



Invertir en la población rural

Republica Federativa do Brasil - Estado da Paraíba

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE)

Missão de supervisão

Relatório principal y apêndices

Datas da Missão: 12-23 March 2018
Data do documento: March 2018
N.º do projeto: 1487-BR
N.º do relatório: 4740-BR

Divisão da América Latina e Caribe
Departamento de Administração de Programas

Índice

Acrônimos y siglas	i
Mapa da área do projeto	ii
Memorando.....	1

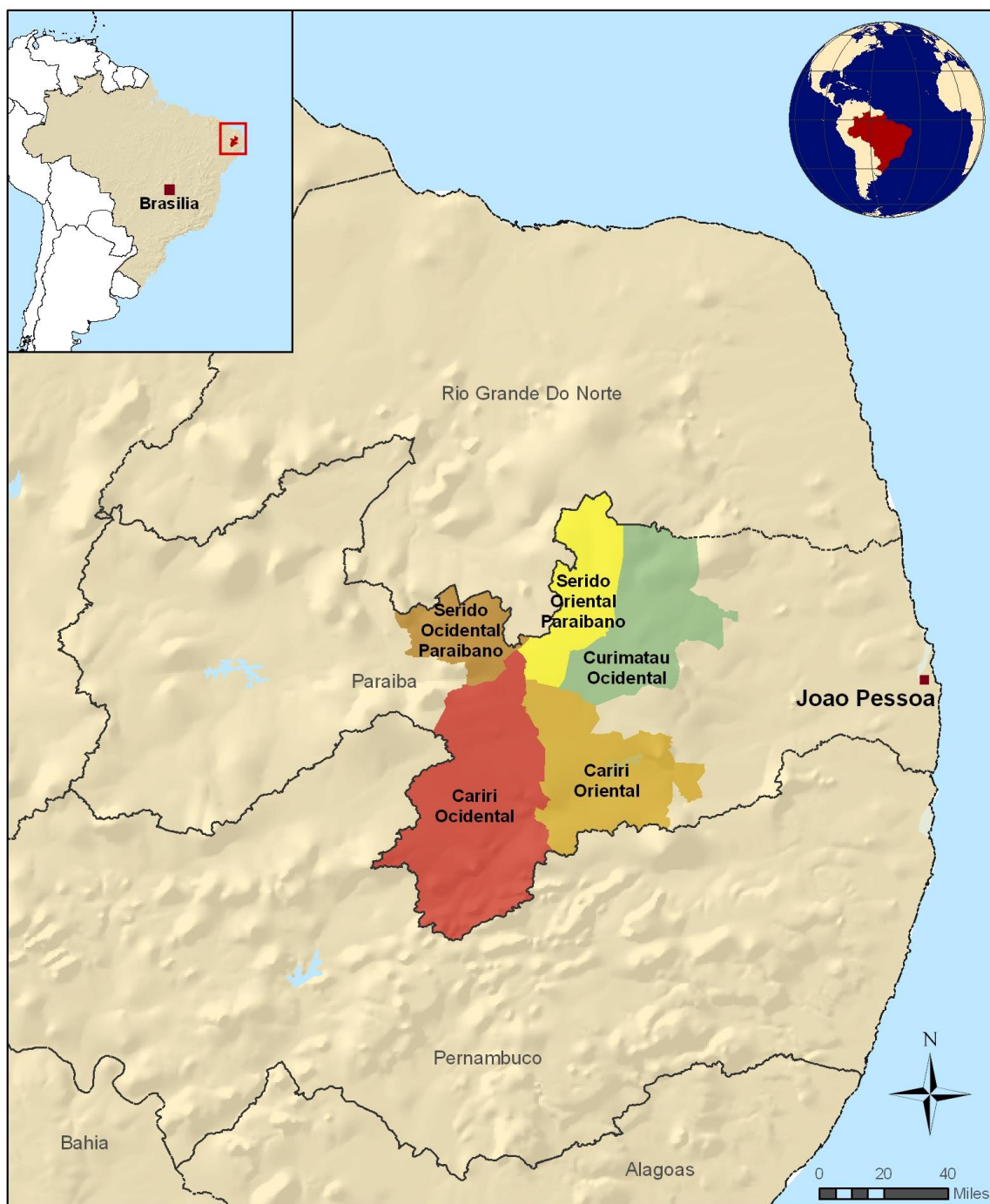
Apêndixes

Appendix 1: Physical progress measured against AWP&B	29
Appendix 2: Financial: Actual Financial Performance By Financier;	39
Appendix 3: Compliance with Legal Covenants: Status Of Implementation.....	51
Appendix 4: Technical background analysis.....	57
Appendix 5: Mission preparation and planning, tors, schedules, people met.....	78

Acrónimos y siglas

ASA	Articulação do Semiárido
AT	Assistência Técnica
CAR	Cadastros Ambientais Rural
CGE	Controladoria Geral do Estado
DRMH	Departamento dos Recursos Minerários e Hidrogeologia da Paraíba
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IDS	Desenvolvimento Rural Sustentável
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
M&A	Monitoramento e Avaliação
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIP	Manual de Implementação do Projeto
ML	Marco Lógico
OD	Orçamento Democrático
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PP	Projeto Produtivo
PROCASE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RTP	Relatórios Técnicos de Progresso
SAF	Sistemas Agro Florestais
SECOM	Secretária de Comunicação Institucional
SEDAP	Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UGP	Unidade Gestora do Projeto
URGPs	Unidades Regionais do Projeto

Mapa da área do projeto



The designations employed and the presentation of the material in this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of IFAD concerning the delimitation of the frontiers or boundaries, or the authorities thereof.

IFAD Map compiled by IFAD



Memorando

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DA PARAÍBA

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE)

EMPRÉSTIMO I-798-BR

MISSÃO DE SUPERVISÃO, DE 12 A 23 DE MARÇO DE 2018

A. Introdução

1. Entre os dias 12 e 23 de março de 2018, o FIDA efetuou a missão de Supervisão ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procase)¹. Durante a permanência na Paraíba, a missão se reuniu com o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca (SEDAP), Romulo Montenegro, responsável pela Unidade Gestora do Projeto, o Secretário de Estado de Planejamento (SEPLAG), Waldson Souza, com representantes da unidade da Embrapa Ovinos e Caprinos de Sobral, funcionários do Comitê de Licitações da Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), funcionários da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), funcionários da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e o coordenador estadual do Programa Água Doce.

2. A missão também se reuniu com representantes das entidades de ATER (Assessoria Técnica e Extensão Rural) que iniciaram suas atividades em campo em setembro de 2017 para acompanhar os 90 Projetos Produtivos elaborados: Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Rural Sustentável (IDS), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa Estadual de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER), e COOPTERA (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Paraíba). Ao longo das duas semanas de trabalho, a missão foi acompanhada de perto pelo Coordenador-Geral do Projeto, Aristeu Chaves, bem como por toda a equipe da Unidade Gestora do Projeto (UGP) e os técnicos das Unidades Regionais do Projeto (URGP).

3. A missão iniciou os trabalhos com uma apresentação dos avanços do Projeto desde a última supervisão, realizada na nova sede do Projeto em João Pessoa no dia 12 de março. Entre os dias 13 e 15 de março a equipe do FIDA foi a campo. No total, foram feitas visitas de campo às seguintes comunidades e assentamentos com Projetos Produtivos em execução, além dos grupos que estão recebendo os investimentos do Plano Emergencial e os investimentos nas novas ações acordadas com o Governador do Estado: Associação Comunitária do Sítio Cajueiro em Pocinhos, Associação dos Produtores Rurais do Arruda em

¹ A missão do FIDA foi composta por Leonardo Bichara Rocha, Oficial de Programas para o País; Emmanuel Bayle, Coordenador Técnico e Especialista em Desenvolvimento Rural; Danilo Pisani, Especialista em Gestão Financeira; Lucianna Matte, Especialista em Aquisições; Rodrigo Dias, Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Pablo Sidersky, Especialista em Assessoria Técnica e Assentamentos; Conceição Dantas, Especialista em Focalização, Gênero, Raça e Juventude; Donivaldo Martins, Especialista em Obras Hídricas e Meio Ambiente; e Pedro Meloni, Especialista em Planos de Negócios e Acesso a Mercados.

Soledade, Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Assentados do Sítio Juá em Taperoá, Associação dos Produtores de Frutas de Assunção e Região da Paraíba em Assunção, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola, Associação Comunitária de Desenvolvimento do Ligeiro em Serra Branca, Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Produtores do Assentamento Riacho da Cruz em Cuité, Associação Rural dos Fruticultores do Sítio Bujari em Barra de Santa Rosa, Associação Comunitária Louceiras Negra da Serra do Talhado em Santa Luzia, Assentamento Mundo Novo em São Mamede, Associação dos Assentados no Assentamento Zé Marcolino em Prata, Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú, Comunidade Malhada de São Domingos em Cuité, Cooperativa de Produção Agropecuária do PA Oziel Pereira em Remígio, Comunidade Saco dos Goitis em Santa Luzia, Associação dos Produtores Artesanais de Juazeirinho, Associação dos Quilombolas Rural de Areias de Verão em Sumé, Plano Emergencial em Tanquinhos em Prata, Plano Emergencial no Assentamento Unha de Gato e em Pedras Pretas em Juazeirinho, além das Barragens Riacho Fundo em Soledade e em Desterro. Ao final das visitas a campo, no dia 16 de março, realizou-se uma reunião de nivelamento em João Pessoa com toda a equipe do Projeto, incluindo técnicos da UGP e URGP. Entre 19 e 23 de março, a missão fez reuniões temáticas com os gerentes dos componentes da UGP, os funcionários das URGP, e os respectivos técnicos responsáveis pela sua implementação, bem como entidades e Secretarias parceiras, contando com o fundamental apoio e articulação do Secretário da SEDAP e da SEPLAG. A assinatura do Memorando desta missão de Supervisão deu-se no dia 23 de março de 2018.

B. Avaliação geral da implementação do projeto, com produtos e resultados

4. Em comparação com a situação encontrada na missão de supervisão de agosto 2017, a missão constatou um salto qualitativo e uma notória aceleração do ritmo de implementação do Projeto. Tanto na UGP, URGP e nas comunidades beneficiárias, nota-se um grau de entusiasmo muito bom. Vários fatores explicam essas evoluções. A começar pela questão climática e a volta, ainda irregular, porém significativa, das chuvas, quando comparadas aos últimos 6 anos.

5. Dos principais avanços destacamos:

- i. Os gastos do projeto até 28/02/2018 são de USD 17,2 milhões (recursos FIDA: USD 8,7 milhões; e recursos de contrapartida: USD 8,58 milhões), 49% do valor total atualizado do projeto de USD 35,3 milhões, restando executar USD 18 milhões;
- ii. Contrapartida do Governo da Paraíba: do valor pactuado de USD 12,1 milhões, 71% (USD 8,5 milhões) foram executados até o presente momento, entre contrapartidas financeira e econômica;
- iii. Nas comunidades beneficiárias, 90 Projetos Produtivos (PP) estão em diversos estágios de implementação, beneficiando um total de 2.111 famílias e outras 2.278 famílias atendidas pelos Planos Emergenciais. Além disso, pelo menos 2.500 famílias suplementares foram atendidas por Assessoria Técnica (AT) na área do Projeto, por meio de ações contrapartida estadual por parte da EMATER;
- iv. Do público total atendido pelo Projeto, 1.709 são mulheres, representando 24%, 417 jovens, correspondendo a 6% do público beneficiário, e 131 famílias quilombolas;
- v. As atividades do Edital 2016 estão em via de licitação e vão permitir atender 55 novas comunidades dos grupos prioritários formados por mulheres, jovens e quilombolas;
- vi. As novas ações definidas durante a última supervisão estão em sua maioria contratadas ou em fase de contratação;

- vii. Foram assinados em agosto de 2017 quatro contratos com entidades para prover assessoria técnica durante um ano para as 90 comunidades com Projetos Produtivos (PP). Dois contratos adicionais estão prestes a serem assinados;
- viii. Desembolso equivalente a 41% do valor do financiamento do FIDA até 28/02/2018. Quando considerado o adiantamento e o desembolso em processamento ao longo desta missão, o desembolso chega a 49,76%. Prevê-se que 100% dos recursos FIDA serão desembolsados até dezembro deste ano.

6. Uma avaliação global evidencia avanços significativos acumulados nos últimos sete meses. A totalidade do recurso do projeto já está comprometida. Todavia, considerando o dia 31/12/2018 como a data de conclusão atualmente prevista para o Projeto, de 6 anos de duração, a situação continua como de atraso, principalmente no que diz respeito a implementação das atividades em campo. Considerando essa situação, a capacidade da nova equipe e os compromissos já estabelecidos, a presente missão de supervisão trabalhou também na perspectiva de prorrogar a data de conclusão do Projeto por mais um ano, até o 31/12/2019, garantindo assim o prazo necessário para alcançar uma implementação integral dos recursos nas comunidades beneficiárias e dentro do esperado em termos de sustentabilidade.

C. Progresso na implementação do Projeto

C.1. Aspectos institucionais

7. Desde a última missão, não houve mudança no arranjo institucional do Projeto. A missão foi informada que o Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP), órgão responsável pela aprovação dos investimentos produtivos e todas as novas ações do Projeto, após revisão técnica da UGP, está se reunindo regularmente, o que é um sinal positivo sobre o funcionamento do mecanismo de aprovação.

8. A missão constatou que a inserção do Projeto dentro da estratégia do Governo está progredindo cada vez mais. Novas parcerias estão se construindo numa perspectiva de agilizar a implementação e também para alcançar as necessidades de mobilizar a contrapartida necessária.

9. A chegada na equipe do Projeto (UGP e URGPs) de vários profissionais oriundos do Programa Cooperar, conforme acordado na última missão de supervisão, assim como a instalação da UGP no prédio originalmente utilizado por este programa, melhorou as condições do ambiente de trabalho, sobre tudo com uma equipe reforçada.

10. Parcerias. A parceria com a Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia está avançado muito bem e dentro do previsto, em particular com a construção das 4 barragens na área do Projeto, cuja incorporação ao Procace foi validada em missão específica do FIDA de fevereiro de 2017. A SEIRHMACT está responsável também pelas licitações dessas outras ações em fase de contratação: i) poços com cata-ventos e kits completos de irrigação e gotejamento e ii) Instalação de 60 sistemas de dessalinização, em parceria com o Programa Água Doce. A implementação dessas atividades já foi iniciada. Isso constitui mais um avanço para o Projeto em termos de atendimento das necessidades dos beneficiários e de alcance de metas.

11. Nos últimos meses, as atividades conduzidas pela assessoria de gênero e o Componente 1 contaram com a participação e contribuições (capacitações principalmente) da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL). Essa participação vem reforçar a atuação do Procace e sua inserção no governo estadual.

12. As contribuições e o apoio da Superintendência de Administração de Meio Ambiente (SUDEMA) continuam sendo fundamentais, em particular na questão do licenciamento ambiental. Outras ações complementares da SUDEMA na área de intervenção do Projeto foram validadas a título de contrapartida do Governo às ações do Procace.

13. Durante a missão houve uma reunião com representantes da Embrapa caprinos e ovinos envolvidos na implementação do Programa Inova Social, financiado pelo BNDES e cuja implementação está sendo coordenada pela Embrapa. Devido ao foco na cadeia de leite de cabra, foi definido que será realizado a curto prazo um levantamento para identificar as organizações (cooperativas e associações de produtores) com as quais poderia se construir uma sinergia entre o Inova Social e o Procace. Várias áreas de complementaridades foram identificadas desde a produção, gestão do rebanho, beneficiamento e comercialização.

14. Naquilo que se refere diretamente às ações no campo, destacamos que o Procace tem conseguido mobilizar parcerias junta a diversas prefeituras municipais. Nessa esfera, também há uma proximidade com diversos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Outra instituição com a qual existe uma colaboração proveitosa é o Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Também mencionaremos que finalmente foram contratadas quatro entidades de AT e um novo contrato, com mais duas entidades, está por começar já contando com a Não-Objecção do FIDA.

15. Sobre a estratégia de intervenção do Procace. Desde 2015 o Procace tem trabalhado com uma estratégia de intervenção do Projeto composta por dois tipos principais de intervenção – os Projetos Produtivos e os Planos Emergenciais. Atualmente, o Procace trabalha com 90 comunidades no modelo PP. Cabe destacar que, durante a última missão de supervisão, ficou acordado que seria ampliada a ação do Procace de maneira significativa, operando no modo Plano Emergencial. Assim, somando as comunidades onde esta modalidade já iniciou com aquelas que estão sendo incorporadas atualmente, está previsto que o Procace atinja mais de 700 comunidades.

C.2. Planejamento, Monitoramento e avaliação (M&A) e Alinhamento com o POA

16. Finalmente o Projeto possui uma equipe dedicada ao Monitoramento e Avaliação, que contém 01 gerente, 01 especialista, 03 profissionais de apoio (cedidos pelo Cooperar e estado), e 01 bolsista. Esta composição permitiu iniciar a organização das principais informações acerca do avanço obtido pelo Procace até o momento, como também preparar a estratégia de monitoramento das novas ações.

17. A missão propõe que haja mais interação entre todos os componentes do Projeto com o M&A, para que se tenha uma unidade na informação, transversal a todos. Importante que o M&A participe das reuniões e tomadas de decisões gerenciais, inclusive com as entidades de AT, no sentido de monitorar e avaliar as ações em campo.

18. Com base nas fragilidades apontadas na missão de supervisão de 2017, a equipe obteve os seguintes avanços: i) Início da consolidação do banco de dados das ações do Projeto, sendo que a conclusão deste depende da finalização do cadastramento que as entidades de AT estão fazendo em campo. Cabe destacar que essas informações são fundamentais para o encerramento do Projeto; ii) Equipe de M&A consolidada. A missão recomenda que o profissional especialista em TI do Procace passe a atender também as demandas “tecnológicas” do M&A; iii) Início da construção da proposta metodológica para a mensuração dos indicadores de resultado do Marco Lógico.

19. Monitoramento das contrapartidas: O Procace apresentou ações da EMATER como contrapartida financeira para os componentes 1 e 4 para os anos de 2016 e 2017. No que tange aos beneficiários destas ações, a missão destaca:

- i. Contrapartida das ações da EMATER - AT: Foram apresentados os quantitativos globais das famílias beneficiadas por AT, nos municípios de atuação do Projeto. Com base nos documentos expostos e nas ações contratadas, a missão reconhece o atendimento de AT, até o momento de pelo menos de 2.500 famílias, acrescendo assim o alcance dos indicadores relacionados a esta atividade do Componente 4;
- ii. Contrapartida das ações da EMATER – Capacitações: Com base no relatório apresentado pelo Projeto, a missão reconhece o atendimento com capacitações para 6.000 famílias, compondo assim avanços para os indicadores do Componente 1.

20. Atendimento às metas: A missão solicita que o Projeto incorpore as informações acerca destes beneficiários ao banco de dados existente, e que esteja obrigatoriamente segregado por gênero, etnia e jovens, inclusive as informações sobre o tipo e a data do evento realizado, nome da comunidade e município e o montante do investimento. Desta forma, será possível monitorar as famílias beneficiadas pelas ações do Projeto e pelas ações das contrapartidas, sem que haja dupla contagem de beneficiários.

21. A tabela abaixo apresenta o alcance dos principais indicadores do marco lógico, com 2 períodos: i) executado até o presente momento; ii) a executar até 12/2018. Com base nas informações cedidas pelo Projeto e incluídas no POA 2018, é factível o alcance das metas estipuladas.

Indicador	Alcance até 03/2018	Previsto até 12/2018
Meta: 18.500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	7.236	18.578
C1: 4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades do componente.	8.049	11.438
C4 (ML): Instituições de extensão rural podem assistir as 15.200 famílias beneficiárias	6.919	11.401

22. Monitoramento das famílias com acesso à PRONAF (e outros): O Projeto possui como meta de famílias com acesso à crédito a totalização de USD 3,4 milhões. O M&A deverá solicitar que as entidades de AT obtenham esta informação junto aos beneficiários, desagregado por ano.

23. Mensuração dos indicadores de resultado: Com as ações do Projeto em curso, torna-se fundamental a realização de avaliações de resultados acerca das atividades desenvolvidas junto aos beneficiários. É importante que esta aborde inclusive as ações já realizadas no Plano Emergencial e Projetos Produtivos. Recomenda-se utilizar indicadores de resultados, além dos presentes no ML.

24. Revisão do Marco Lógico (ML): Este foi revisado e validado pela missão de supervisão. O ML atual reflete todas ações a serem desempenhadas pelo Projeto. O ML ajustado está inserido no sistema de M&A do FIDA. A missão solicita que o Procasse faça a atualização dos indicadores de forma mensal.

25. POA 2018: Em relação ao POA 2018, o Projeto realizou a correlação dos códigos financeiros com os indicadores do marco lógico, o que permitirá construir uma análise acerca da evolução físico-financeiro no decorrer do período. A missão reforça a importância da gerência de M&A acompanhar sistematicamente os avanços físicos e financeiros do Projeto, utilizando como base o POA 2018.

26. Relatório Técnico de Progresso (RTP) de 2017: A missão recebeu o RTP referente ao 2ª semestre de 2017 no decorrer da missão de supervisão. O FIDA irá avaliar a qualidade do RTP e enviará as considerações ao Projeto até o dia 06 de abril de 2018.

C.3. Equipe e Infraestrutura

27. Equipe: O Projeto conta com um total de 67 membros, portanto 23 a mais que o identificado durante a última missão de supervisão realizada em 2017. Esse incremento se deu a partir da identificação da necessidade de reforçar a equipe, principalmente no âmbito da gestão do Projeto, das novas ações acordadas com o Governador e, especialmente, para as atividades de contratos, licitações, prestação de contas e M&A. Conforme apresentado na tabela abaixo, a ampliação ocorreu com 13 colaboradores do Estado e 7 bolsistas distribuídos essencialmente na UGP e nas URGPs. Vale destacar que o reforço da equipe do Procace com profissionais provenientes do COOPERAR, SEPLAG, SEIRHMACT e Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC), bem como a nomeação formal do Gerente para o Componente de Desenvolvimento Produtivo, permitiu completar a equipe, que em poucos meses foi capaz de imprimir um novo ritmo de trabalho e assim avançar na execução do Projeto.

Distribuição da Equipe do Projeto*						
UGP/URGP	Servidores do Estado	Colaboradores do Estado	Consultores	CLT	Bolsistas	Total
UGP João Pessoa	10	13	14	1	5	43
UGP Campina Grande			1			1
UGRP Cariri Ocidental			3		1	4
UGRP Cariri Oriental			4		1	5
UGRP Curimataú			4		1	5
URGP Médio Sertão			3		1	4
URGP Seridó			3		1	4
IICA-Brasília			1			1
Total	10	13	33	1	10	67

*Elaborada a partir de informações fornecidas pelo Procace

28. Foi identificada a necessidade de completar a equipe de campo nas URGPs, das quais um ou outro profissional saiu. O FIDA recomenda que sejam realizados esses complementos o mais rapidamente possível.

29. O FIDA observou, durante a missão, que mesmo estando com a equipe completa e com os cargos e funções definidas, ainda se faz necessário um melhor afinamento nos fluxos operacionais e entre as equipes dos diversos setores do Projeto, tanto na UGP como nas URGPs (incluindo o pessoal das entidades de AT). O FIDA entende que somente assim o Procace poderá continuar avançando e dar conta do grande volume de trabalho a ser realizado nos próximos meses.

30. A sede atual do Procace é mais ampla e capaz de atender às necessidades da equipe. Do ponto de vista dos veículos e dos equipamentos, o Projeto concluiu as aquisições previstas, sendo supridas assim as necessidades para poder funcionar em boas condições.

C.4. Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia

31. Nas visitas de campo realizadas durante a missão, nas reuniões com a equipe do Procace e equipes de AT (coordenações e ponto focal de gênero), percebe-se uma ampliação em números do alcance do projeto. O projeto atendeu 7.236 famílias, das quais, 4.736 famílias com Projetos Produtivos e Planos Emergenciais. Dessas, 1.709 são com mulheres/beneficiárias titular dos Projetos Produtivos (PPs), 417 com jovens como beneficiários(as) principal e 131 famílias Quilombolas. Esses resultados alcançados foram obtidos, especificamente em decorrência de: (i) A equipe do Procace teve maior empenho em

fortalecer a focalização: gênero, juventude, raça e etnia, com o envolvimento, dos componentes I e II; ; (ii) Criação do GT de gênero com interfase entre juventude raça e etnia, envolvendo as URGP's do Procace e os pontos focais de gênero das AT; (iii) capacitação de técnicas e técnicos das AT contratadas, totalizando 177 profissionais com capacitação para atender o público beneficiário.

32.O Procace teve um considerável avanço no atendimento ao público prioritário desde a missão de supervisão de agosto de 2017. Os números de PPs conveniados com processos de aquisições concluídos e o número de mulheres, jovens e quilombolas capacitados demonstra essa evolução: (i) 22 PPs de mulheres, sendo, 03 PPs de mulheres quilombolas e mais 01 (hum) grupo misto quilombola conveniados para o melhoramento da infraestrutura e custeio, totalizando um valor de R\$ 3.831.989,68, beneficiando 398 mulheres e 131 famílias quilombolas; (ii) Desde a última missão, entre agosto de 2017 a março de 2018, foram atendidas pelo desenvolvimento de capacidades 732 pessoas, sendo 327 mulheres e, destas, 68 jovens e 89 quilombolas.

33.O desenvolvimento das ações das AT contratadas em agosto de 2017 tem potencializado a participação das mulheres e qualificado sua atuação nos projetos produtivos. Todos os Planos de Desenvolvimento Estratégico- PDE - têm ações voltadas para mulheres, juventude e quilombolas. No entanto, ainda percebe-se uma tendência, em alguns PDEs, a direcionar ações das mulheres para o dito “trabalho de mulheres” como, manicures, entre outros, quando as beneficiárias do PPs estão envolvidas em atividades agrícolas e, em muitos casos, não agrícolas como o artesanato. Recomenda-se: (i) que o GT de gênero e a assessora especial de gênero devam dialogar com as AT e beneficiárias sobre a viabilidade efetiva da ação ou se é mais uma oferta pré-concebidas para as mulheres rurais; ; (ii) construir uma proposta alternativa dialogada no GT de Gênero para que essa não seja a tônica do trabalho com mulheres desenvolvido pelas AT; (iii) o fortalecimento das ações do GT de gênero, com atividades periódicas de apoio as AT sobre a temática, com subsidio de conteúdo e metodologia de trabalho com mulheres; (iv) que deva existir um empenho conjunto do Procace e das AT para contratação de consultoria especializada para o caso particular das rendeiras, cuja ação do Procace até agora não permitiu resolver seu principal problema. A consultoria deve ter duração de mínima 4 meses, nas áreas de: criação, modelagem, designer e mercado.

34.Edital 2016: A missão reconhece o esforço do Procace de atender ao público prioritário previsto no edital 2016 e o esforço de cumprir as recomendações do memorando de agosto /2017: Contratar uma AT com ações específicas que atendam o público de mulheres, jovens e quilombolas. No entanto, do acordo firmado na última missão, o Procace restringiu-se a uma única possibilidade (um poço, plantação de ½ hectare de palmas, e um kit de irrigação). Neste sentido, para atender à demanda desse público prioritário, a missão recomenda: i) ampliar a proposta já em processo de execução no Procace para atender o edital/2016, incluindo matrizes e reprodutores de caprinos e ou galinhas caipiras, de acordo com a demanda dos grupos pré-selecionadas; ii) estudar a viabilidade de aquisição de equipamentos e insumos para os grupos de artesanatos incluído na seleção, como forma de atender 30% do público do edital/2016; iii) designar uma profissional da equipe atual do setor produtivo com qualificação e abertura política de trabalhar com mulheres e jovens para apoiar o processo de implementação em comum diálogo com os grupos pré-selecionados.

35. O Procace permanece com dificuldade de executar a demanda de ampliação das capacidades para jovens, em especial fazer a capacitação em agroecologia e implementar o sistema de Bolsa. Para isso a missão propõe i) fazer uma contratação do IEL- Instituto Euvaldo Lodi /FIEP ou similar no sistema compras de vagas e exigir uma proposta metodológica capaz de atender aos princípios e conteúdo da capacitação proposta pelo projeto; ii) executar o processo de contratação das bolsas já em andamento pela FAPESQ iii) definir um

procedimento de implantação o mais ágil possível e adequado ao prazo disponível, com uma metodologia de capacitação e acompanhamentos de bolsistas pré-estabelecida.

36.A missão reconhece ainda o esforço da gestão de conhecimento em divulgar e socializar as ações de focalização. Para que esse processo seja fonte de aprendizado, recomenda-se ao Procace: i) buscar parceria com a UEPB e o SEMEAR internacional para sistematizar a experiência do trabalho com mulheres do Procace, incluindo ação dos PPs, capacitações e ações do GT de gênero. ii) Essa sistematização deve centrar nas três dimensões contidas na política de gênero do FIDA, i.e: a) capacitação econômica; b) Mulheres e homens com igualdade de participação; c) trabalho e remuneração mais equitativo.

C.5. Desenvolvimento Humano e Social

37.É importante lembrar que o objetivo deste Componente no documento do desenho se reduzia ao apoio ao segmento de jovens rurais no sentido deles serem capazes de desenvolver negócios agrícolas e não agrícolas ou se inserir no mercado de trabalho. A modéstia das ambições originais deste componente é coerente com o seu peso relativo no orçamento, que representa 5,1% do valor total do Projeto.

38.Durante a implementação do Procace, o tema do trabalho com jovens permaneceu como uma questão importante. No entanto, a equipe do Projeto entendeu que era imprescindível ampliar o escopo da ação deste Componente. Em particular, foram identificados temas de carência no público beneficiário dos investimentos feitos pelo Projeto, que deveriam ser abordados. Diante desta constatação, o Componente 1 passou a trabalhar com um leque mais amplo de públicos (não apenas os jovens) e passou a implementar diversos tipos de atividades de desenvolvimento de capacidades.

39. As atividades de desenvolvimento humano e social do Procace. A partir de 2014, este Componente passou a organizar eventos de capacitação de diversos tipos. Após um início vagaroso, este trabalho foi ganhando maior volume com o passar do tempo, conforme podemos ver na tabela a seguir.

Eventos realizados pelo Componente 1, para os públicos de agricultores/as e de técnicos/as.					
Ano	No. de eventos	Participantes do público dos PPs	Participantes do Público beneficiário, sem PP	Participantes Técnicos/as (do Procace, prestadoras, outros)	Total de participantes
2014	6	104	68		172
2015	14	562	367		929
2016	36	625	395	77	1.097
2017	67	1.056	-	413	1.469
2018 (*)	44	732	-	-	732

(*) Os dados de 2018 consideram somente as atividades realizadas nos meses de janeiro e fevereiro.

40. Nos primeiros anos do Procace, as atividades de capacitação promovidas pelo Componente consideraram tanto o público atendido com investimentos (Componente 2) como outros públicos. Mas, na medida em que foi crescendo o número de Projetos Produtivos (PPs) em implementação, a ação do Componente 1 concentrou-se mais neste público, dadas as graves carências nele encontradas. A capacitação do público de técnicos/as, que ganhou vulto principalmente em 2017, também está relacionada ao trabalho do Procace com os grupos contemplados com investimentos. Cabe destacar que a efetiva presença no campo de quatro entidades de AT a partir de setembro de 2017 foi um elemento muito importante que permitiu um crescimento significativo das atividades de capacitação: 55% de todos os eventos de

capacitação aconteceram depois desta data (ou seja, nos últimos 8 meses). Além disso, passam a ser consideradas também as capacitações (contrapartida), realizadas pela EMATER na área do Projeto.

41. As atividades realizadas em 2017/2018 e a estratégia de atuação do Componente 1. A Revisão de Meio Termo recomendou que o Procace elaborasse uma estratégia geral para organizar o trabalho do Componente. Esta estratégia deveria definir alguns eixos temáticos, assim como públicos específicos, além dos arranjos operacionais necessários para a realização destas capacitações. Esta estratégia foi elaborada pela equipe do Procace² e está em vigência desde abril de 2017. Nela definiram-se quatro eixos temáticos principais: i) gestão democrática, viabilidade econômica e inserção de mercado; ii) equidade de gênero, raça/etnia e juventude; iii) qualificação profissional (visando atender prioritariamente os jovens – público privilegiado do Componente 1 no Projeto original – assim como os públicos de mulheres e quilombolas); iv) desenvolvimento das ‘habilidades específicas’ necessárias para a implementação dos PPs.

42. De fato, a ação do Componente 1 integrou-se nesta estratégia. Assim, é possível, a partir de 2017, classificar as atividades de capacitação do Procace em função destes quatro eixos temáticos. Na tabela apresentada a seguir é possível observar quais foram as temáticas privilegiadas até então, além de outros detalhes das capacitações realizadas pelo Projeto.

Distribuição dos eventos de capacitação do Componente 1 em função dos eixos temáticos e dos públicos atendidos.					
Eixo temático	2017		2018		TOTAL
	Beneficiários/as	Técnicos/as	Beneficiários/as	Técnicos/as	
Gestão, viabilidade econômica, <i>economia solidária</i>	19	-	13	-	32
Equidade de gênero, raça/etnia, juventude	17	9	10	-	36
Qualificação profissional	2	-	-	-	2
Habilidades específicas (horta orgânica, apicultura, etc.)	12	-	21	-	33
Outros	3	5	-	-	8
TOTAL	53	14	44	-	111

43. A partir desta tabela, observa-se que houve um investimento importante junto aos beneficiários e as suas organizações, tanto nos temas de ‘habilidades específicas’ como no tema da gestão associativa. Dentro do contexto da implementação dos PPs, uma parte importante desta capacitação tem sido dedicada à gestão do próprio PP (incluindo as licitações para adquirir os bens financiados, o registro destas operações, etc.). E, para além dos eventos registrados na tabela acima, cabe mencionar que a EMATER também está realizando (na forma de contrapartida) um trabalho de capacitação que deverá atingir, ao todo, aproximadamente 6.000 beneficiários/as. Outra questão importante é que em 2017 houve um investimento por parte do Procace na capacitação das equipes contratadas de AT, principalmente na temática de gênero. Esta iniciativa atende uma recomendação da missão de supervisão de agosto de 2017, no sentido de ‘transversalizar’ o enfoque de busca da igualdade de gênero na ação do Procace junto às comunidades por meio da ação das equipes de AT. Por

² Cf. o documento “Estratégia de intervenção do Componente 1” (Documento interno do PROCASE, março de 2017).

outro lado, os dados desta tabela permitem ver com bastante clareza que o eixo de 'qualificação profissional' destinado principalmente aos jovens é aquele que menos avançou.

44. A lacuna naquilo que se refere à criação de oportunidades de capacitação para jovens tem uma longa história no Procace. A primeira tentativa data de 2015. Após esta primeira tentativa infrutífera, foi aberta uma negociação com a Universidade Estadual da Paraíba. No momento da última supervisão (agosto de 2017), estava para ser assinado um Termo de Cooperação para a realização de um curso de técnico em agropecuária para jovens da área de intervenção do Procace. Mas isto não aconteceu, registrando-se assim um segundo fracasso. Outra iniciativa que já estava em andamento em agosto de 2017 era a negociação para implementar um programa de concessão de bolsas para jovens em parceria com a FAPESQ (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba). Neste caso, a missão foi informada que o instrumento foi assinado com a FAPESQ e que esta iniciativa, que deve beneficiar 300 jovens, deve iniciar-se em breve.

45. Os principais desafios que ainda se colocam ao Procace no âmbito do desenvolvimento do capital humano e social. Entre as tarefas que o Procace ainda precisa realizar, algumas já estão encaminhadas. Em particular, uma boa parte das capacitações que tratam do que foi chamado de 'habilidades específicas' serão bem cobertas tanto pelas quatro entidades de AT que estão sob contrato atualmente, atendendo assim as comunidades que têm PPs. No entanto, a realização da parte ainda não realizada das capacitações deste tipo que são necessárias, vai exigir a extensão do contrato destas quatro entidades. Ao mesmo tempo, estão para ser contratadas duas entidades para atender mais de 600 comunidades nas quais vai ser instalado um poço equipado e uma área de palma irrigada. A efetivação destes investimentos e, principalmente, o início do seu funcionamento, colocam a necessidade de capacitar estes grupos, o que demandará um esforço significativo. Estima-se que o tempo necessário para a realização destas ações de capacitação é de um ano a partir do momento que estas duas entidades comecem a trabalhar.

46. Conforme foi dito acima, o trabalho do Procace de oferecer oportunidades de capacitação para jovens rurais é provavelmente aquele que menos avançou. Neste caso, então, está colocado o desafio imediato de montar o processo de formação imprescindível para orientar a ação do que os 300 jovens bolsistas, mencionados anteriormente, farão durante o tempo que terão este vínculo com o Procace / FAPESQ. Embora as tentativas anteriores de oferecer uma capacitação em agroecologia não deram certo, a missão entende que o Procace deve trabalhar para implementar uma alternativa neste domínio. Por isso, recomenda-se que seja criado e realizado um conjunto de cursos curtos para jovens rurais em torno da temática da convivência com o semiárido, aproveitando o capital de conhecimento que existe na região sobre este tema³. Foram ventiladas pelo menos duas possibilidades operacionais para implementar esta iniciativa: um acordo com o IEL/PB ou a contratação de consultorias.

47. Finalmente, o Componente ainda tem o desafio de fornecer um aporte específico de capacitação para as cinco associações de rendeiras como as quais trabalha o Projeto. Nas visitas de campo realizadas durante a presente missão detectou-se a necessidade de montar um trabalho de formação em torno de temas de criação e confecção de novas peças e comercialização para este grupo, para que elas possam de fato ampliar as possibilidades de auferir renda a partir deste trabalho de tanta beleza e tradição. Neste caso, trata-se de montar um pequeno programa de formação, contando com consultoria especializada, e mobilizando também o apoio da AT da Emater (entidade de AT que trabalha com os grupos e rendeiras atendidas pelo Procace).

³ Existem na região onde trabalha o PROCASE, diversas experiências concretas que trabalham com esta ideia. Além disso, seria possível encontrar em diversas instituições (tais como INSA, UEPB, PATAC, AS-PTA, etc.) os recursos humanos para esta iniciativa.

C.6. Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental

48. Situação geral do Componente: em relação à última missão de supervisão, foi possível identificar avanços importantes neste componente. Parte dos avanços puderam ser constatados na prática durante as visitas de campo, onde os investimentos realizados por meio dos projetos produtivos, juntamente com as primeiras ações realizadas pelas entidades de AT, permitiram melhorar as condições para produzir e em alguns casos melhorar as possibilidades dos beneficiários/as para geração de renda.

49. As informações financeiras apuradas durante a missão e condensadas na tabela abaixo demonstraram que, dos 90 PP referentes aos Editais 2013/2014 e 2015, 93,5% dos recursos já foram repassados para as associações, significando um aumento de 64,5% em relação à missão de supervisão anterior.

Informações financeiras dos 90 PPs*					
Valor total dos convênios (c/ aditivos) (R\$)	Concedente FIDA/GOV (R\$)	Contrapartida dos beneficiários (R\$)	Valor repassado para as associações (R\$)	Saldo a ser repassado (R\$) e comprovado	Executado pelas associações (R\$)
13.547.860,29	11.955.013,33	1.592.846,96	11.179.528,52	775.484,81	2.358.668,38

*Elaborada a partir de informações fornecidas pelo Procace

50. Com os recursos em conta, as associações estão iniciando as licitações/aquisições e por isso, no momento da missão identificou-se que somente 21,1% do recurso repassado foi executado (fornecedor pago). Apesar de já ter sido realizado um número considerável de licitações para os 90 PPs, ainda existem situações que dificultam que o nível de execução no campo seja realizado no curto prazo. Os principais fatores que estão imputando dificuldades na execução dos convênios são os pedidos de apostilamento e a necessidade de aditivos, em particular para o uso dos recursos de rendimento. Verificou-se que no caso de apostilamento (maior parte do problema) o prazo médio para tramitar o processo é de 30 dias. Para evitar que estes problemas sejam tratados como imprevistos, a missão recomenda que o Procace se antecipe a eles, executando uma força tarefa para realizar uma revisão nos PPs que ainda possuem metas para serem licitadas e proceda com a identificação e tratamento dos problemas, conforme o caso. A missão considera muito importante que os pedidos de apostilamento e de aditivo sejam encaminhados para a UGP até **13/04/2018**.

51. Os PPs financiados pelo Procace não apresentam grande diversificação de atividades produtivas. A criação de pequenos ruminantes envolve 56,7% das atividades (51 PPs), seguido do artesanato e unidades de beneficiamento de alimentos, com 13,3% ou 12 PPs cada.

52. Dos 90 PPs, 41 estão de alguma forma envolvidos com obras civis, sejam elas para construções novas ou para reformas. O Procace vem atuando para licitar e executar essas obras, entretanto os resultados ainda não são os mais satisfatórios, já que 48,9% (20) dos PPs ainda não tiveram as obras iniciadas e apenas 14,6% foram concluídas.

53. As obras que envolvem unidades de beneficiamento de alimentos apesar de serem mais complexas e demoradas são estratégicas para fortalecer importantes cadeias produtivas, como a do leite de cabra, fruticultura e apicultura. Nesse sentido, a prorrogação do prazo do Projeto por mais um ano será de extrema importância para que as obras sejam devidamente concluídas e que as entidades prestadoras de AT tenham tempo suficiente para apoiar os beneficiários na obtenção das licenças necessárias, na operacionalização das unidades e nas questões organizativas em geral, incluindo as que estão atreladas com o acesso ao mercado e à comercialização.

54.No mesmo nível de importância das unidades de beneficiamento de alimentos está o artesanato, que envolve obras de reforma ou construção nova em 13 PPs. Neste caso, as obras estão mais adiantadas, pois a maioria já foi iniciada, duas já foram concluídas e as demais têm previsão para serem finalizadas até outubro deste ano. Neste caso, poder trabalhar com esses grupos durante o ano de 2019, provendo serviços de AT adequado, proporcionará o alcance de melhores resultados para os beneficiários e beneficiárias.

55.Como são vários tipos de problemas que envolvem execução das obras civis, o FIDA solicita ao Procace que apresente um plano de ação demonstrando com objetividade a previsão de prazo para início e final das obras não iniciadas, bem como uma data limite para que as associações que ainda apresentam pendências possam solucioná-las, sob pena de terem os convênios cancelados. O FIDA solicita que este documento seja apresentado até **13/04/2018**.

56.Sobras de recursos e utilização de rendimentos: em decorrência do atraso na implementação do Projeto, a maior parte dos 90 PPs deverá ter ao final da sua execução algum saldo de valor em conta corrente proveniente de rendimentos de aplicação financeira. Além disso, é possível que em alguns casos haja uma sobra de parte do recurso original, seja pela realização de aquisições com valores mais baixos ou por meta que por algum motivo não tenha sido licitada. Considerando que a utilização desses recursos só poderá ser feita após a prestação de contas final dos convênios, o FIDA orienta que o Procace adote os seguintes procedimentos e critérios:

- i. Que todos os convênios dos 90 PPs tenham sua prestação de contas finalizadas até o dia **15/12/18**. O FIDA sublinha que o Procace já pode iniciar a prestação de contas e proceder com o uso dos recursos de vários PPs que já tiveram os recursos implementados, portanto a data informada é para que os PPs mais atrasados possam ser concluídos adequadamente;
- ii. Que o plano de trabalho de cada PP seja elaborado com apenas uma meta a fim de simplificar o processo de aquisição e que o prazo para execução da meta seja de no máximo um trimestre. Para viabilizar essa operação, o FIDA solicita que todos os planos de trabalho para uso das sobras e dos rendimentos estejam concluídos até no máximo **30/12/18**. Conforme esclarecido em outras missões do FIDA, com o Procace, a utilização dos rendimentos deve guardar relação direta com a atividade produtiva do PP.

57.Edital 2016: diante da exposição de motivos registrada no memorando da missão de supervisão passada, o Procace planejou atender 55 comunidades, financiando em cada dois conjuntos de ações compostas por poço tubular, cata-vento, kit de irrigação e meio hectare de palma. Durante esta missão foi sugerido ao Procace que as ações propostas sejam ampliadas, conforme informações apresentadas no item C4, sobre o edital 2016. Desta forma, o FIDA solicita ao Procace que apresente até **13/04/18** uma revisão da proposta inicial, juntamente com uma memória de cálculo.

58.Sobre as novas ações: durante a missão foi possível verificar que as ações planejadas já estão bem encaminhadas. As cooperativas que receberão o sistema de energia fotovoltaico e o caminhão frigorífico já tem os convênios assinados e aguardam o repasse dos recursos para iniciar a implementação. Os projetos de apoio às atividades de forragicultura e a produção agrícola mecanizada e de recuperação e/ou substituição de sistemas de irrigação em nove municípios do Médio Paraíba, no Cariri Paraibano estão em fase final de contratação. Tanto o FIDA como o Procace consideram importante que a gestão desses projetos seja realizada com a participação direta da EMATER.

59. Mercado/Comercialização: durante as visitas de campo foi possível constatar diversas práticas utilizadas pelos agricultores para acessar mercado e realizar a comercialização de parte do que produzem. A venda ocorre da forma tradicional, com atravessadores, feiras locais tradicionais e agroecológicas, por encomendas (artesanato), para o mercado institucional (PAA e PNAE), entre outras formas como nas bodegas e Casa da Economia Solidária (ação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano). Sem dúvida, ainda há muito por fazer nessa temática, entretanto cabe ao Procasse articular com as entidades prestadoras de AT que dediquem parte do tempo delas para capacitar e orientar os agricultores e agricultoras a acessarem da melhor forma possível os diferentes canais de comercialização.

60. É muito importante que as entidades de AT planejem ações específicas para os grupos de mulheres envolvidas com o artesanato em renda renascença e também com os grupos das unidades de beneficiamento de alimentos (conforme já foi assinalado anteriormente). Estas atividades requerem maior experiência dos grupos, tanto sob o aspecto organizativo como da gestão.

61. Assessoria Técnica (AT): A estratégia principal de ação no campo do Procasse tem duas vertentes. Na primeira, a implementação de Planos Produtivos é o elemento principal da sua atuação junto ao público beneficiário. Neste caso, a AT tem um papel central no processo de acompanhamento na execução do PP de cada grupo atendido. Na segunda vertente – aquela que trabalha com investimentos predefinidos (Plano emergencial, etc.) – a AT não tem a responsabilidade de elaborar um Projeto, mas tem um papel importante no acompanhamento da instalação e no apoio ao funcionamento destes investimentos. Assim, a presença em campo de uma AT, para ambas vertentes da estratégia, tem sido uma demanda recorrente do FIDA nas missões de supervisão dos últimos anos.

62. No momento atual o Procasse tem quatro entidades em campo atendendo comunidades com PPs e já foram assinados mais dois contratos de AT para dar cobertura aos investimentos predefinidos.

63. A provisão de AT aos Projetos Produtivos. O Procasse trabalha com PPs em 90 comunidades dos diversos Territórios (comunidades oriundas dos editais 2013/2014 e 2015). Alguns casos tiveram um apoio ‘espontâneo’ de entidades ou pessoas físicas, que esgotou-se rapidamente. Durante um tempo o único acompanhamento feito a estas 90 comunidades partiu das equipes do próprio Projeto (URGPs e UGP). Na presente missão de supervisão, foi encontrada uma situação totalmente diferente, no que se refere à provisão de AT para estas 90 comunidades. Em agosto de 2017 foram assinados os contratos de um ano com quatro entidades prestadoras de AT. Assim as 90 comunidades com PP estão sendo atendidas da seguinte forma: 26 comunidades (665 famílias) no Cariri Ocidental atendidas pela EMATER-PB; 23 comunidades (452 fam.) do Médio Sertão e Seridó são atendidas pelo SENAR-PB; 21 comunidades (540 fam.) do Cariri Oriental são atendidas pelo IDS; 24 comunidades (529 famílias) são atendidas pela COOPTERA.

64. Os relatos feitos pela própria equipe do Projeto sobre a situação nestas comunidades, assim como os depoimentos colhidos em campo pela equipe de supervisão, coincidem. Todos afirmam que a presença da AT nas comunidades tem sido fundamental para o avanço dos trabalhos. De fato, estas equipes foram fundamentais no apoio às associações para realizar aquisições. Também já iniciaram a realização de capacitações. A missão também observou que seria possível melhorar os Planos de ação (PDEs) nas comunidades, introduzindo ajustes que os tornem mais próximos da realidade das necessidades de cada comunidade. Mas esta observação em nada diminui a importância dos avanços encontrados na presente missão. Sendo que estes contratos vencem em agosto de 2018, a missão recomenda que seja realizada uma renovação destes pelo prazo mínimo de seis meses.

65.A provisão de AT aos grupos/comunidades atendidos com investimentos predefinidos. Em 2015, o Plano Emergencial iniciou a realização de investimentos (infraestrutura hídrica + plantio de palma) em mais de 450 comunidades (das 560 previstas). Estas comunidades tiveram um acompanhamento, leve, porém útil, de uma entidade contratada de AT até o final de 2016. Conforme acordado com o FIDA em agosto 2017 o Procace vai retomar um trabalho semelhante ao do Plano Emergencial com Novas Ações em aproximadamente 740 grupos/comunidades. A estes, estão inclusas 55 grupos oriundos do Edital de seleção de comunidades de 2016, que irão receber um conjunto de investimentos predefinidos incluindo infraestrutura hídrica e mais alguns outros. Assim, o Procace está prevendo trabalhar em 770 grupos/comunidades com este tipo de intervenção. Conforme foi acordado com o FIDA na última missão supervisão, o Procace providenciou a contratação de AT para estes grupos/comunidades. Assim, a presente missão foi informada que os contratos de provisão de AT para este grande conjunto de comunidades já foram assinados com duas entidades: o PATAC, para o Cariri Oriental e Ocidental e a EMATER-PB, para o Curimataú, Seridó e Médio Sertão. Resta apenas a publicação destes contratos no Diário Oficial, para que estas entidades possam junto a estes grupos. A missão entende que estes contratos devem ter uma duração de um ano, para poderem surtir os efeitos esperados.

66.Outras ações de AT da Emater (contrapartida): Conforme entendimentos acordados na missão de supervisão de agosto de 2017, o Procace apresentou outras ações de AT realizadas pela EMATER-PB dentro da área de intervenção do Projeto nos anos de 2016 e 2017. Estas ações atingiram, no mínimo, 2.500 famílias. Cabe registrar que, para além da AT mais cotidiana feitas nas unidades produtivas, este trabalho da EMATER incluiu a assessoria às famílias para o acesso a diversas políticas públicas, entre as quais citaremos: PRONAF (crédito), PAA Leite e PAA CONAB. A EMATER também viabilizou o acesso de diversas famílias ao PNAE. A EMATER também teve um importante papel no cadastramento de um grande número de famílias no Programa Garantia Safra.

67.Sustentabilidade Ambiental: As atividades dos PPs estão sendo implementadas numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, sempre buscando o uso racional dos recursos (como a água nos sistemas de irrigação), a valorização das espécies e da vegetação nativa e a proteção dos solos. Esses aspectos fundamentais estão incorporados no trabalho das entidades de AT. As Unidades de Aprendizagem (UA) instaladas pelo Projeto são lugares estratégicos para continuar introduzindo e desenvolvendo práticas sustentáveis que poderão ser reproduzidas nas unidades familiares.

68.Está prevista a instalação de aproximadamente 50 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAF) repartidos na área do Projeto. Está em curso a contratação de uma empresa que vai assumir a implantação desses SAF. Numa perspectiva de complementaridade e de agilidade na execução, a missão recomenda que os SAF sejam implantados quando possível, juntos com outras ações do Projeto já existentes como as UAs, os campos de palma, determinados projetos produtivos, sendo que um dos objetivos desses SAF é contribuir na construção de novas práticas e referências. A divulgação dos resultados será importante e parceria com o Programa Semear Internacional poderá ser relevante neste sentido.

69.Além desses aspectos vinculados com o uso dos recursos naturais, o Projeto tem ficado bastante atento para atuar dentro da legislação ambiental em vigor. O FIDA destaca a importância de manter essa forma de atuação até a conclusão de todos os PPs.

C.7. Gestão do Conhecimento, Comunicação e Disseminação

70.As Missões de Revisão de Meio Termo (dez. de 2016) e de supervisão de agosto de 2017 apontaram os avanços em termos da comunicação e difusão do Procace, dos quais podemos destacar: (i) Difusão das informações sobre o Projeto nos 56 municípios da sua área de intervenção; (ii) A partir de 2015, com o início da implementação de Projetos Produtivos e das

ações do Plano Emergencial, o Procace foi protagonista da difusão com a interação de diversos atores sociais importantes da região.

71. Esse período coincide com a chegada do assessor de comunicação que ampliou as ações de difusão, com as seguintes iniciativas: (1) Boletim Informativo produzido regularmente e difundido por meio de uma lista de e-mails. Hoje o boletim é produzido quinzenalmente em um formato online e atende a público externo ao projeto; (2) A criação do site exclusivo do Procace (<http://www.procace.pb.gov.br/>), considerado um mecanismo importante na difusão dos conteúdos trabalhados e das atividades do projeto; (3) Página Procace Mulher pertencente ao site (<http://www.procace.pb.gov.br/>); (4) Uma Fanpage do Procace (<https://www.facebook.com/procacepb/>), atualmente com 1.944 seguidores.

72. Além, desses instrumentos elencados como avanços, o setor de comunicação e difusão avançou na sua rotina de trabalho com produtos e progressos no cotidiano do setor, dos quais pode-se citar: (1) Atualização de site e redes sociais, com maior periodicidade na divulgação, incluindo postagem de boletim informativo online, com reportagens em vídeo e comunicação específica em audiovisual; (2) Adaptações no site, facilitando o acesso a informações sobre os PPs conforme orientação do MIP; (3) Melhoria na comunicação e informação entre, UGP e URGP's do Procace; (4) Articulação com SECOM, Assessorias das empresas de ATER, SEMEAR Internacional e Projetos FIDA para divulgação das ações; (5) Participação no GT Gestão do Conhecimento (Articulação com Semear Internacional e Projetos FIDA para intercâmbio e divulgação de experiências exitosas); (6) Organização do banco de imagens dos projetos produtivos e demais ações do Procace; (7) Criação de peças gráficas para divulgação virtual, com dados sobre os projetos produtivos, como os de mulheres e quilombolas; (8) Clipagem (virtual e impressa) de publicações acerca do Projeto.

73. Avaliando os avanços no tema da difusão do Procace, e considerando as missões de agosto/2017 e a RMT/2016, a atual Missão observou que seria importante elencar algumas ações a serem desenvolvidas neste setor. Várias dessas observações são oriundas das recomendações da missão anterior, que ainda permanecem como desafio. Aqui foram atualizadas como proposições.

74. Assim, elencamos as seguintes proposições: (i) A Fanpage do Procace deve ser alimentada diariamente, bem como, construir meta de alcance de suas publicações com patrocínio de postagem e ampliação de seguidores com meta pré-estabelecida de alcance; (ii) A missão reconhece os avanços já citado como a inclusão da listagem e informações dos PPs, melhoramento visual com aumento do número de atualizações; no entanto, observando as publicações, a página do Procace ainda carece de maior frequência de atualização com informações advindas do campo com periodicidade semanal de cada território e incluir informações e documentos relevantes; (iii) O banco de imagens com fotos, foi criado; no entanto, ainda necessita de fotos de alta resolução. Por isso, recomenda-se construir uma parceria com a ganhadora do prêmio SEMEAR de fotografia para aperfeiçoar esse banco de imagens com o público prioritário do projeto (Mulheres, Jovens e quilombolas); (iv) Segue como desafio realizar duas sistematizações de experiências bem sucedidas do público prioritário, por meio da linguagem escrita e de audiovisual; (v) Multiplicar as visitas de intercâmbio entre grupos, mas buscando explicitar as finalidades principais de cada uma destas iniciativas, em especial para ampliar as capacidades de mercados; (vi) Fortalecer a articulação, em conjunto com o novo Programa Semear Internacional (do FIDA), buscando realizar uma retroalimentação recíproca de informação e também construir algumas iniciativas conjuntas de Gestão do Conhecimento e de dados de M&A construídos pelo Projeto e pela equipe de M&A do Programa SEMEAR Internacional.⁴

⁴ O Semear Internacional conta com uma gerência própria de M&A para apoio aos Projetos FIDA, além de dois outros consultores especialistas contratados especificamente para a área.

C.8. Acesso a água e Plano Emergencial

75. As atividades do Procace que viabilizam o acesso à água são a construção de barragens subterrâneas, a perfuração e instalação de poços tubulares, a distribuição de kits de irrigação, a construção de barragens convencionais e a instalação de dessalinizadores. Estas atividades estão implementadas nos Planos Produtivos e no Plano Emergencial (PE) de junho de 2015, atualizado em fevereiro de 2017, com complementações após a missão de supervisão de agosto 2017. Estão apresentadas na tabela que segue.

Resumo do Planejamento das atividades de acesso à água -(Ver detalhamento no Anexo 4c)				
Especificação	PP (1)	PE (Jun/15)	PE (Fev/17)	Dez/2017
Barragens convencionais			4	
Barragens subterrâneas	9	280		
Poços (perfuração e instalação)	33	280		
Poços (instalação/recuperação)	1			
Poços (perfuração e instalação de cata-ventos)				338
Poços (instalação cata-ventos)				123
Kits de irrigação completos		560		338
Kits de irrigação (filtros e fitas gotejadoras)				1500
Dessalinizadores				60
Cisterna	10			
Tanque de pedra	5			
Captação de água	5			
Sistema de reuso de água	15			

76. Das atividades previstas relacionadas à gestão ambiental:

- i. 09 dos 13 viveiros foram implantados (2 estão produzindo mudas, 5 estão sendo rebaixados - 3 já rebaixados e 2 em processo, 1 está em implantação e 1 dos que foram implantados está com problema relacionado ao fornecimento de água;
- ii. 05 unidades de aprendizagem foram implantadas;
- iii. Para o cadastramento ambiental rural estão sendo feitos diagnósticos pelas URGP's, devendo ser concluídos dentro de 3 meses (estima-se que 50% das propriedades trabalhadas pelo Procace já estejam cadastradas), além das informações a serem fornecidas pelo INCRA, com prazo de conclusão de 100% até o final do ano;
- iv. Dos licenciamentos ambientais em atividades de artesanato com minerais, um está pronto e outro está em fase de conclusão;
- v. Os Estudos Ambientais das Barragens de terra estão contratados, com prazos de conclusão de 6 meses;
- vi. Os SAFs que deverão, entre outras ações, substituir os 48 hectares de recuperação dos entornos das barragens estão contratados, com prazo de 6 meses para conclusão.

77. A evolução, tanto nos tipos de intervenção como nos números das ações relacionadas aos temas "acesso à água" e "questões ambientais", evidencia a importância dada pelo Governo do Estado da Paraíba aos mesmos, bem como o entendimento e apoio do FIDA neste sentido.

78.Com relação aos 60 dessalinizadores, merece destaque a questão da gestão: no Nordeste a manutenção e operação destes equipamentos têm se mostrado de grande fragilidade, levando grande parte dos equipamentos instalados ao não uso. No caso em questão, está somente previsto que o Procace financie a construção e equipamento. Não foram previstos recursos para a gestão, ficando, a priori, a SEIRHMACT responsável pela implantação dos mesmos (obras e equipamentos). Duas alternativas foram analisadas: i) reduzir o número de 60 para 50 e direcionar a diferença do valor para a gestão; e ii) o Governo do Estado assumir a gestão via a Gerência de Saneamento Rural, que está em constituição ou de outra forma (seja com recursos próprios ou de outros financiadores) e o montante entrar como contrapartida no contrato com o FIDA.

79.Quanto ao andamento das ações propostas no PE e suas complementações, no que toca ao acesso à água, pode-se avaliar: i) no que se refere às barragens convencionais, foram executadas em um prazo bom, com bom acompanhamento pela SEIRHMACT, devendo todas as quatro estarem concluídas num prazo de 3 a 4 meses e os estudos ambientais previstos deverão estar completamente prontos, até no máximo, final de setembro 2018; ii) apenas 24 comunidades dos 280 poços tubulares inicialmente previstos estão completamente prontos (com bombeamento, reservatório, kit de irrigação e palma), vale ressaltar que o número de comunidades com poços secos foi 91,; outros 338 deverão ser iniciados e 123 instalados com cata-ventos, o que exigirá aproximadamente um ano para conclusão; iii) a distribuição de kits de irrigação para uso produtivo das águas do São Francisco, além da conclusão da licitação, necessitará de uma boa estratégia para seleção dos beneficiários e acompanhamento durante e depois da implantação; e iv) a instalação dos dessalinizadores deverá ser acompanhada de uma gestão eficiente sob pena de frustrar todo o esforço e não gerar resultados significativos.

D. Aspectos fiduciários

D.1. Gestão financeira

80. Avaliação do Risco Fiduciário. Os arranjos de gestão financeira do Procace avaliados durante a missão indicam como moderadamente satisfatórios para cumprir os compromissos fiduciários. Os gastos do projeto até 28/02/2018 são de USD 17,2 milhões (recursos FIDA: USD 8,7 milhões e recursos de Contrapartida: USD 8,5 milhões), 49% do valor total atualizado do projeto de USD 35,3 restando executar USD 18 milhões. Com base nas Diretrizes de Avaliação do FIDA o risco foi **classificado como risco fiduciário alto** para o projeto, pois encontrou dificuldades que estão relatadas detalhadamente neste Memorando a saber: i) atraso na implementação e realização de despesas com um saldo de 60% a desembolsar no último ano do projeto; ii) atraso no processo de licitação da Auditoria; iii) Sistema Contábil do Projeto necessitando ajustes, levando o Projeto a elaborar relatórios em Excel e iv) uso dos fundos FIDA como contrapartida.

81.Embora o risco fiduciário seja alto, o Governo e especialmente a UGP articulou todos os procedimentos para recuperação do atraso da implementação do Procace que ora ainda não se efetivou. O passivo de repasses às OPRs foi resolvido, o orçamento, contrapartidas e sistema contábil auxiliar disponibilizados e todos os processos de contratações foram iniciados e alguns concluídos. Apesar do relevante atraso na execução, a nova gestão da UGP deu uma rápida resposta às fragilidades recorrentes do Procace e, permanecendo este cenário, há condições satisfatórias para que todos os recursos financeiros sejam pagos ou empenhados neste último ano do Projeto. Foi suscitado uma prorrogação de mais um ano de execução para que os contratos firmados neste ano sejam efetivados junto aos beneficiários, bem como o acompanhamento de sua implementação, embora os gastos estimados de gestão dessa prorrogação terão o custo de cerca de USD 1 milhão.

82. Organização e equipe: Há uma coordenação estratégica de atividades de gestão financeira, orçamento, aquisições e convênios, onde há a definição de responsáveis em cada área e liderados por um Gerente Administrativo Financeiro levando a um satisfatório nível de gestão financeira. A equipe administrativo-financeira está adequada, mitigando as fragilidades identificadas em missões anteriores nos temas de Orçamento e Finanças, na disponibilidade plena do Sistema Contábil, na complementação do Manual de Gestão Financeira e nos óbices identificados pelos Auditores, tarefas a ele incumbidas. Há dois profissionais dedicados em prestação de contas e a UGP pretende redirecionar os técnicos da URGP de apoio em gestão para atuar em apoio para prestação de contas a partir de 30/04/2018, quanto estima-se que todas as licitações estarão concluídas.

83. Orçamento/POA: Do valor total do POA para 2017 da ordem de R\$ 20 milhões, onde foram executados R\$ 11 milhões (55%). O valor total do POA para 2018 é da ordem de R\$ 71 milhões (+/- USD 22 milhões), sendo R\$ 14 milhões em contrapartida de outras fontes do governo nas ações do Projeto. O orçamento do estado disponível para 2018 diretamente ao Procace é de R\$ 40,7 milhões (R\$ 35M/FIDA; R\$ 5,7M/GovPB) e indica ser suficiente para atender o POA, com um déficit de apenas R\$ 9.635.774,35 milhões da fonte FIDA, que está sendo providenciado pela UGP e comprometido pelo Secretário de Planejamento, O POA deverá ser revisado, ou com o corte de parte das novas ações, ou o compromisso de uma maior contrapartida financeira (com vistas à prorrogação). Há ainda a necessidade de uma adequação no POA a fim de contabilizar a contrapartida não financeira dos beneficiários e de acesso a outras fontes.

84. Realocação de Categorias e Componentes do Projeto: Devido aos vários ajustes decorrentes da implementação do Projeto até o momento e da previsão de fechamento, as tabelas de Categorias e Componentes do Projeto deverão ser ajustadas conforme as tabelas a seguir.

Realocação de recursos por Componentes (em USD)						
Comp/ fonte	1	2	3	4	5	Total em USD
	Desenvolvimento do Capital Humano e Social	Des. Prod. e Inserção Competitiva de Mercado	Recursos Naturais e Comb. Desertificação	Desenvolvimento Institucional	Gerenciamento de Projeto	
FIDA	690.000	19.600.000	1.690.000	135.000	1.077.008	23.192.008
GOV	650.000	7.500.000	330.000	65.000	3.556.000	12.101.000
TOTAL	1.340.000	27.100.000	2.020.000	200.000	4.633.008	35.293.008

Realocação de recursos por Categoria de Desembolso do Contrato			
Categoria	Alocação Original	Ajuste	Alocação final
	(em SDR)	(em SDR)	(em SDR)
I - Equipamentos e Veículos	540.000	-430.000	110.000
II - Treinamento - Cursos e Oficinas	1.300.000	-800.000	500.000
III.a -Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	950.000	-550.000	400.000
IV.a -Fundos de Investimentos Produtivos	8.100.000	+1.564.876	9.664.876

Realocação de recursos por Categoria de Desembolso do Contrato			
Categoria	Alocação Original	Ajuste	Alocação final
	(em SDR)	(em SDR)	(em SDR)
IV.b -Fundos de Investimentos Ambientais	500.000	+570.000	1.070.000
V.a -Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	2.380.000	+1.220.000	3.600.000
V.b -Custos Recorrentes/Custos Operacionais	720.000	0	720.000
Não alocado	1.574.876	-1.574.876	-
TOTAL	16.064.876	-	16.064.876

85. Sistema Contábil: O Sistema auxiliar está implementado, contendo pequenas necessidades de ajustes para a geração de relatórios e uso gerencial de controle das contas do Projeto. Durante a Missão, a equipe de suporte do projeto FIDA Pró-semiárido (Bahia) estava apoiando a finalização destes ajustes. A missão acordou que até o fim de abril este sistema estará totalmente operacional, com o controle de contas e dados, gerando relatórios completos e fiáveis, por categorias e componentes do projeto.

86. Relatórios e Acompanhamento: A contabilidade do projeto está sendo demonstrada em um balancete com informações elaboradas em Excel. Devido à fragilidade da contabilidade e o estimado volume de recursos a ser operado no pouco tempo de execução restante, o FIDA solicita que estes relatórios sejam revisados por um segundo profissional antes de enviá-los ao FIDA. A missão reitera a necessidade de estes serem extraídos diretamente do Sistema Contábil do Projeto.

D.2. Desembolsos

87. O valor do empréstimo de SDR 16.064.876 está atualmente em cerca de USD 23,2 milhões devido à variação do SDR, sem, contudo, prejudicá-lo, pois devido à valorização do dólar o valor em Reais Brasileiros passou de R\$ 40 milhões originais para cerca de R\$ 73 milhões. O Procace desembolsou em 7 parcelas o valor de USD 9,6 milhões, equivalentes a 41% do valor do financiamento do FIDA, sendo USD 3 milhões em adiantamento e um desembolso em processamento no valor de cerca de USD 1,6 milhão referente aos gastos do projeto em 2017, o que o elevará a 49%. O saldo a executar do projeto até previsto para o final deste ano de 2018 é o alto valor de USD 13,9 milhões. **Diante deste nível de desembolso há uma necessidade de que o Governo continue a concentrar todos os esforços para comprometer com contratos, empenhos e licitações iniciadas, todo o saldo de recursos até dezembro de 2018, já que os recursos estarão comprometidos com as novas ações.** A Missão informou que a partir deste ano o FIDA iniciará a recuperação do adiantamento à Conta Designada, restando cerca de 1/3 do valor solicitado no desembolso, portanto faz-se necessário agilizar os gastos e sua apresentação ao FIDA de forma sistemática.

D.3. Fundos de contrapartida

88. Do valor pactuado de USD 12,1 milhões, 71% (USD 8,58 milhões) foi executado até o presente momento entre contrapartida financeira e econômica. O FIDA reconheceu o compromisso do aporte de USD 4,2 milhões relativos a investimentos na construção de 4 barragens a serem contabilizados em Investimentos Produtivos na Categoria IV. Este aporte é registrado contabilmente nas contas do Projeto a medida que forem sendo realizados. A UGP apresentou ainda um montante de USD 4 milhões relativos a investimentos em AT e capacitações realizada pelo EMATER desde janeiro de 2016 como contrapartida ao público alvo a serem contabilizados nas Categoria II, Va. e Vb e USD 144 mil em ações ambientais da

SUDEMA. Considerando: i) todos estes aportes, ii) o déficit de USD 800 mil de contrapartida financeira, iii) a demanda de compromissos atuais de USD 1,2 milhões e, iv) uma extensão de um ano do Projeto, faz necessário a partir deste ano, um total de USD 2,7 milhões, ou seja R\$ 8,7 milhões. Destes, R\$ 5,7 milhões este ano, onde já está garantido o orçamento. A contrapartida financeira apresentada contém apenas R\$ 2,1 milhões de reais, o que é insuficiente para a prorrogação das ações do Projeto por mais 1 ano. Diante da dificuldade econômica pela qual passam os Estados e Municípios brasileiros, o Governo solicita considerar como contrapartida não financeira (econômica) as ações que o Estado está implementando na área de atuação do PROCASE, tais como: adutoras (Transparaíba, Santo André, Coxixola, Caraúbas, entre outras), investimentos do EMPREENDER, passagens molhadas ao longo do Rio Paraíba perenizado pela transposição do rio São Francisco, todos os investimentos com recursos próprios do Estado. No que tange à prorrogação do projeto por mais um ano, o planejamento das ações e custos devem ser tratados posteriormente em POA específico para o ano de 2019. Diante do pleito, a Missão esclareceu que não há espaço para contrapartida econômica e que esta já está superavitária. Esclareceu ainda que o valor das ações programadas são para pagamentos em dinheiro para contratos firmados ou novos cujo total equivale a USD 16,4 milhões. Contudo o valor disponível do FIDA é de USD 14,5 milhões. Ou seja, é necessário que o Governo da Paraíba honre com o aporte total de USD 1,9 milhões ou a programação deverá ser reduzida para os USD 14,5 milhões, cortando ações.

89. Do valor dos recursos de contrapartida previstos no POA para 2018 é de R\$ 2,1 milhões (financeira) e R\$ 14 milhões em outras fontes do governo. Até o momento não foram contabilizados a contrapartida dos beneficiários pactuada em USD 9,2 milhões e dos recursos por estes acessados ao PRONAF ou outras fontes pactuadas em USD 3,4 milhões. A Missão acordou com a UGP o aporte da contrapartida necessária e da contabilização da contrapartida dos beneficiários até junho de 2018.

D.4. Cumprimento das cláusulas do convênio de empréstimo

90. As cláusulas contratuais estão em sua maioria sendo cumpridas com relativo atraso. Foi identificado pela missão que foram parcialmente cumpridas: (i) a disponibilização do software contábil para a gestão financeira auxiliar; (ii) a disponibilidade em quantidade e oportunidade da contrapartida e orçamento; (iii) o não envio do POA no prazo previsto; (iv) o atraso no início do certame para contratação de auditoria independente, deveria estar concluído em dezembro de 2017.

91. O Plano Operativo Anual, Plano de Aquisições e o Relatório de Progresso foram entregues durante a missão, quando passaram por revisão da equipe FIDA. A contratação de Auditoria Independente está na fase de elaboração de propostas pelas proponentes e segundo os prazos do edital de SMC – Seleção pelo Menor Custo, a previsão de envio do relatório de auditoria ao FIDA será por volta de 15/06/2018, dentro do prazo máximo definido nas cláusulas contratuais, que é até 30/06/2018. A missão ressalta que a entrega do relatório do ano passado descumpriu o prazo, chegando em Roma somente em 14/09/2017.

D.5. Aquisições e contratações

92. O Arranjo das Aquisições e Contratações do Projeto: contou nos últimos meses com o apoio provisório da Secretaria Estadual de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, por meio de um Termo de Cooperação n.º 001/2017 com a SEAFDS, para a realização de alguns certames acordados com o FIDA, o que não interferiu no arranjo inicial do Projeto, que continua distribuído com licitações realizadas diretamente pela UGP, em parte pelo IICA, como também no âmbito dos convênios com as associações beneficiárias. A UGP continua a contar com o apoio do grupo de força tarefa, que se integrou às equipes, reforçando e otimizando as atividades do Procace, conforme acordado na missão passada.

93. Constatamos que as aquisições do Projeto de forma geral deram um salto considerável em relação à última missão realizada em agosto de 2017, com progressos tanto no âmbito da UGP, quanto no âmbito dos convênios produtivos. O Projeto, com a nova gestão, está alcançando em curto prazo patamares muito positivos de execução, a considerar os contratos que estão sendo oficializados neste período, num patamar em torno de **R\$ 35.000.000,00** e que demandam um aditamento de prazo para o Procace após dezembro de 2018, de forma a não prejudicar os beneficiários e a resguardar os recursos e ações já pactuadas.

94. Conforme acordado na missão passada, o edital de Assistência Técnica nº 01/2016 foi efetivados com as organizações EMATER, COOPTERA, IDS e SENAR até agosto de 2018. É de suma importância que esses contratos sejam aditados para garantir que as aquisições feitas este ano pela UGP sejam entregues e utilizadas com o apoio também dessas Assistências Técnicas.

95. As contratadas EMATER e SENAR integravam o CEGIP – Comitê Gestor do Procace e na missão anterior o FIDA solicitou que se desligassem para assumir os contratos de forma a não configurar conflito de interesses. Foi solicitado ao Projeto que, antes que efetivassem os contratos, enviassem ao FIDA a comprovação do desligamento das organizações do CEGIP, mas somente na missão atual foram apresentados os respectivos documentos.

96. O outro edital previsto de Assistência Técnica (nº 01/2017) foi licitado. Durante a missão foi emitida não objeção às minutas contratuais com as vencedoras EMATER e PATAC. Esses contratos atenderão ao processo de ampliação da estratégia aos diversos assentamentos existentes na área de atuação do Procace, bem como o atendimento aos 55 grupos produtivos identificados nas audiências do Orçamento Democrático, tendo como foco prioritário mulheres, jovens e quilombolas. A previsão contratual é de 01 (um) ano, o que indica encerramento em abril/2019. Esse período perpassa o prazo de encerramento do Procace. Porém é de suma importância para o atendimento dos beneficiários FIDA se estender o prazo do Projeto para finalizar com êxito as ações atuais, que foram anteriormente penalizadas por uma má gestão, hoje já regularizada com a substituição da Coordenação do Projeto.

97. Licitações realizadas fora dos Projetos Produtivos: Ficou acordado na missão anterior que, devido ao curto tempo do projeto, as associações beneficiárias alvo do Edital de ATER 01/2017 não realizassem as licitações de seus planos produtivos e que as demandas de aquisições fossem levantadas em blocos para que os certames fossem conduzidos pela UGP com o apoio da equipe de força-tarefa, e, atualmente, com o apoio também da SEIRHMACT. Foi solicitado anteriormente, e reiteramos a recomendação por meio dessa missão, que seja elaborado um adequado planejamento para a entrega desses bens e serviços licitados para os beneficiários do Procace, contemplando informações de monitoramento e avaliação, e de forma casada com os serviços de assistência técnica que esses beneficiários receberão. É necessário ainda, de forma urgente e para complementar estas ações, estabelecer **Acordos de Cooperação Técnica não financeiros com a EMATER e a Secretaria do Programa Água Doce no estado da Paraíba**, para o adequado atendimento dos beneficiários, inclusive dos que se encontram nas margens do Rio São Francisco, em municípios alvo do Procace.

98. Nesse ínterim precisam ser consideradas nesse plano de ação, de apoio à gestão, as aquisições de Patrulhas Agrícolas Mecanizadas, de Dessalinizadores, dos Kits de Irrigação com gotejamento, de poços com cata-ventos e raquetes de palma, e uma nova aquisição a ser feita de pequenos animais (caprinos/ovinos e ou aves) para serem distribuídos exclusivamente para mulheres, jovens e quilombolas (conforme edital 01/2016), considerando suas especificidades e os respectivos arranjos de assistência técnica necessários. Este planejamento deverá ser enviado ao FIDA para análise no mais breve tempo possível.

99. Prestações de Contas dos Convênios: Conforme verificado com as equipes regionais nas visitas a campo, a questão das prestações de contas dos convênios com as associações beneficiárias tem-se mostrado uma preocupação para a execução atual do Procasse, considerando que a maioria das licitações já foram realizadas e as restantes estão em andamento.

100. Em apoio ao Projeto a missão realizou no dia 15/03/2018 uma oficina sobre “Aquisições, Contratações e Prestações de Contas no âmbito dos Convênios com os Beneficiários”, com a participação das equipes da UGP de Licitações e de Prestações de Contas, dos técnicos de ATER e contratados via IICA que tratam desses temas em campo, de forma a promover um diálogo direto e focado na resolução eficiente dos problemas existentes para agilizar a execução. O momento oportunizou explicar sobre a política do FIDA em relação aos beneficiários e a tirar dúvidas sobre a condução dos certames, gestão dos contratos e ações de prestação de contas.

101. Diante da gama de dificuldades verificadas quanto às prestações de contas e para garantir que essa etapa seja ágil, a missão recomenda que a área jurídica, em conjunto com a equipe de prestações de contas e licitações da UGP, promova uma oficina com a participação de todos que atuam em campo, para que de forma objetiva e pontual tratem das ações necessárias à apostilamentos, aditamentos, uso dos rendimentos, revisões de planos de trabalho com olhar de licitações, evitando direcionamentos de marcas e outros problemas.

102. Nesse entendimento, a missão também recomenda que a UGP, contando com o apoio das URGP's e dos prestadores de assistência técnica, faça um levantamento local dos problemas que podem estar impactando a execução, seja por necessidades de apostilamentos, de aditivos ou outras, de forma a identificar as associações que demandam maior apoio, para então se definir equipes de força tarefa para regularizar as pendências com maior agilidade, baseadas nas orientações da oficina mencionada no parágrafo acima. Em 19/03/2018 foi realizada reunião com os representantes das organizações contratadas de Assistência Técnica e foi reforçada a necessidade de identificação desses gargalos na execução dos convênios, principalmente sobre a questão de licitações atrasadas, das prestações de contas que precisam ser agilizadas, bem como sobre a montagem das equipes de força tarefa.

103. Uso dos rendimentos e de sobras de recursos: Importante registrar que o uso dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos dos convênios, e de sobra de recursos relativos a contratos que tiveram preços menores que o orçados no Plano de Trabalho, precisam ser otimizados para complementação das ações em andamento, a exemplo da Associação Comunitária do Sítio Cajueiro, município de Pocinhos, Convênio 38/2016, cuja atividade é o artesanato e na qual foi construído espaço físico para a produção e comercialização, mas que a especificação técnica da obra não contemplou proteção para a vitrine e janelas de vidro e nem para a instalação de cisterna, tendo a associação recurso disponível do convênio que pode ser utilizado para essas melhorias. A missão recomenda que esses itens sejam brevemente especificados e que seja realizada, na medida do possível, uma única licitação, e, que para todos os demais casos que assim se assemelham, seja dado o mesmo tratamento.

104. Renovação dos Convênios: É necessário realizar levantamento de todos os convênios que precisam ser aditados por prazo e tomar providências tempestivas para efetivar esses aditamentos, considerando o tempo que demoram para ser aprovados e o curto prazo de execução que o projeto ainda dispõe.

105. **Defeso Eleitoral:** Durante a missão foi lembrado que o período de defeso eleitoral das eleições municipais, de acordo com a Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), não afetaria a celebração dos Planos de Negócios, uma vez que não há transferências a prefeituras municipais e o Projeto é fruto de uma obrigação formal preexistente para execução de atividades em andamento e com cronograma prefixado, conforme previsto no artigo 73 descrito abaixo:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: (...)

VI – Nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;(grifo nosso)

106. **PCT/IICA:** (i) com referência aos consultores individuais a missão recomenda maior atenção quanto ao vencimento dos contratos e ação tempestiva na renovação, antes dos vencimentos, evitando lançar mão de retroatividade; e, (ii) durante as visitas a campo foi verificado que as placas de identificação dos projetos produtivos possuem a logomarca do IICA. Em virtude do IICA atuar no Procace como agência executora cooperante por meio de um PCT cujos recursos são do Projeto (financiados pelo governo e pelo FIDA), e que para realizar a execução das atividades previstas no PCT há uma remuneração por taxa percentual sobre os serviços prestados, não realizando investimentos próprios junto ao Projeto, a missão solicita que as placas de identificação dos Projetos Produtivos tenham somente as logomarcas do Governo, do Projeto e do FIDA, podendo a disposição de ordem ser conforme manual de Identidade Publicitária Unificada do Estado da Paraíba. Obviamente que a logo do IICA deve permanecer nos termos de referência, nos documentos de licitações e nos contratos no âmbito do PCT, sempre havendo reporte nos documentos ao Acordo de Empréstimo, ao Governo e ao FIDA.

107. O detalhamento das informações do item “D.5” encontra-se no **Anexo 03** ao Memorando.

D.6. Auditoria

108. A missão verificou que a auditoria referente às contas de 2016 teve opinião sem ressalvas quanto à elegibilidade das despesas realizadas, movimentação da conta designada e licitações. Contudo emitiu opinião com ressalvas relativas aos Demonstrativos Contábeis e arranjos de gestão moderadamente satisfatórios. Durante a missão verificamos que os itens apontados no Relatório de Auditoria em geral tiveram a devida solução, exceto quanto a disponibilidade do software auxiliar de gestão.

109. Para o ano de 2017 o projeto enviou o TDR de auditoria ao FIDA somente em 08/02/2018 para a seleção e contratação da firma. A missão ressalta a necessidade especial atenção para o cumprimento do prazo determinado para apresentação do relatório de Auditoria ao FIDA em 30 de junho de 2018 a fim de evitar o atraso como ocorreu em 2017. A missão financeira estima que o relatório chegará em atraso ao FIDA e recomenda que a UGP adote, em circunstâncias similares no futuro, a utilização de recursos 100% contrapartida disponíveis no IICA, a fim de utilizar os procedimentos de SDC do IICA que produz mais celeridade para este fim, excepcionalmente.

Programação do orçamento					
DESCRIÇÃO	FIDA		Contrapartida		TOTAL
	USD milhões	Contrato	USD milhões	Contrato	USD milhões
I - VALOR DO FINANCIAMENTO TOTAL - ATUALIZADO	23,20	100%	12,10	100%	35,30
DESEMBOLSADO					
DESEMBOLSADO FIDA	9,60	41%	8,55	71%	18,15
SUBTOTAL DESEMBOLSADO	9,60	41%	8,55	71%	18,15
II COMPROMISSOS					
II.1- PASSIVO PROCASE					
A DESEMBOLSAR (PEDIDO Nº 8)	1,70	7%		0%	1,70
PPs comunitários	0,25	1%		0%	0,25
ASSISTENCIA TÉCNICA - AT - 90 PPs	1,50	6%	-	0%	1,50
GESTÃO DO PROJETO	-	0%	1,20	10%	1,20
BARRAGENS (contrapartida)	-	0%	3,20	26%	3,20
SUBTOTAL PASSIVO PROCASE	3,45	15%	4,40	36%	7,85
II.2 - TEMAS PRIORITÁRIOS PROCASE					
ASSISTENCIA TÉCNICA - AT Edital 2016 e outras	1,50	6%	-	0%	1,50
ASSISTENCIA TÉCNICA - AT - 90 PPs + 6 meses	0,90	4%		0%	0,90
AÇÕES DE FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES	0,40	2%	-	0%	0,40
GESTÃO DO PROJETO +1 ano		0%	1,00	8%	1,00
SUBTOTAL TEMAS PRIORITÁRIOS	2,80	12%	1,00	0%	2,80
II.3 PLANO DE NOVAS AÇÕES DO PROCASE 2017/18					
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA O USO PRODUTIVO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO	1,50	6%		0%	1,50
AÇÕES PARA FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO LEITE, PISCICULTURA, ARTESANATO E FRUTICULTURA DE FORMA SUSTENTÁVEL	0,50	2%	-	0%	0,50
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS REMANESCENTE PLANO EMERGENCIAL INCLUINDO AT- 2017	6,60	28%		0%	6,60
ESTUDOS AMBIENTAIS	0,20	1%		0%	0,20
DESANILIZADORES	1,55	7%		0%	1,55
SUBTOTAL PNAP	10,35	45%	-	0%	10,4
SUBTOTAL II - COMPROMISSOS 2018	16,60	65%	5,40	45%	22,00
III - DESEMBOLSADO+ COMPROMISSOS	26,20	113%	13,95	115%	40,15
ADIANTAMENTO AO GOVERNO	3,00	13%			
TOTAL	23,20	100%			

E. Sustentabilidade

110. Desde a última missão, os avanços da implementação física e o fornecimento de AT têm mudado as perspectivas de sustentabilidade das ações apoiadas pelo Procace.

111. As articulações institucionais cada vez mais diversificadas e intensas constituem outro fator importante da sustentabilidade do Projeto.

112. Contudo, além da finalização dos investimentos físicos, permanece o desafio importante do fortalecimento das capacidades dos beneficiários para colocar em funcionamento e assumir a gestão desses investimentos. Este segundo aspecto está sendo assumido pelas entidades de AT e constituem um aporte importante do Procace em termo de sustentabilidade. Vale destacar que alcançar resultados satisfatórios no fortalecimento das capacidades dos beneficiários até o final de 2018 é bastante desafiador, considerando o curto tempo disponível, em particular devido ao atraso de implementação dos investimentos. A perspectiva de uma extensão de prazo terá um impacto determinante sobre o fortalecimento da sustentabilidade das ações do Projeto.

F - Programa de trabalho acordado entre a SEDAP e o FIDA

Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	M&A – Banco de dados das contrapartidas	Consolidar o banco de dados contendo os dados das famílias apresentadas como contrapartida não financeira, dos anos de 2016 e 2017, segregados por jovens, mulheres e etnia, beneficiadas por AT e capacitações, inclusive as informações sobre o tipo e a data do evento realizado, nome da comunidade e município e o montante do investimento.	15-05-2018
2	M&A – Mensuração dos indicadores de resultado	Finalizar a metodologia para mensurar os indicadores de resultado do ML.	23-04-2018
3	M&A – Sistema de M&A do FIDA	Manter o sistema de M&A do FIDA atualizado.	Mensal
4	Comp. 1 - Eixo da qualificação profissional (jovens)	Preparar e implementar um módulo de capacitação inicial para os 300 jovens bolsistas da FAPESQ, de modo a orientar o trabalho a ser realizado por estes. Acertar a inserção dos bolsistas nos seus lugares de trabalho.	20-04-2018
5	Comp. 1 - Eixo de gestão e eixo de habilidades específicas.	Montar um pequeno programa de formação, sobre temas como a criação e confecção de novas peças e a sua comercialização. Encontrar o formato operacional que permita realizar este pequeno programa.	30-04-2018
6	Comp. 2 - Pedidos de apostilamento e aditivos para os PPs dos editais 2013/2014 e 2015	Realizar uma força tarefa nas URGP's para identificar e elaborar todos os pedidos de apostilamento e aditivos que forem necessários e encaminhar para a UGP.	13-04-2018
7	Comp. 2 - Prestação de contas dos PPs dos editais 2013/2014 e 2015	Concluir a prestação de contas dos 90 PPs.	15-12-2018
8	Comp. 2 - Uso de sobras e rendimentos dos PPs dos editais 2013/2014 e 2015	Elaborar plano de trabalho para utilização de sobras e/ou rendimentos para os 90 PPs e encaminhar para a UGP.	30-12-2018
9	Focalização: Elaboração de documento	Elaboração um documento contendo um desenho do GT de gênero com propósitos/objetivos, metodologias, metas a cumprir até o prazo final do projeto. O documento deve conter ainda, uma rotina de funcionamento do GT.	Junho de 2018
10	Focalização/Gerência Produtiva: Ampliação do apoio a produção de mulheres e jovens/ Edital 2016	Ampliação da proposta já em processo de execução no Procasse para atender o edital/2016, incluindo matrizes de caprinos/ovinos e ou galinhas caipiras e estudar a viabilidade de aquisição de equipamentos e insumos para os grupos de artesanatos incluído na seleção.	Iniciação imediata
11	Focalização: Capacitação de jovens	Criar conjunto de cursos de curta duração (80 a 120 horas) para jovens na temática da convivência com o Semiárido, preferencialmente mediante a contratação do IEL- Instituto Euvaldo Lodi /FIEP, ou instituição semelhante, no sistema compras de vagas de curso (mas podendo ser também via consultorias), exigindo uma proposta metodológica capaz de atender aos princípios e conteúdo da capacitação proposta pelo projeto.	Até maio/2018
12	Acesso à água: Perfuração e instalação de poços	338 poços tubulares perfurados e instalados e 123 poços tubulares instalados.	6 meses
13	Acesso à água: Implantação de	60 dessalinizadores instalados em poços existentes com vazão suficiente e água adequada.	6 meses

Nº	Atividade	Meta	Prazo
	dessalinizadores		
14	Acesso à água: Aproveitamento das águas do São Francisco	1.500 unidades produtivas beneficiadas com kits de irrigação.	8 meses

Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba – Administrativo-Financeiro

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Pregão Eletrônico ou NCB	Aquisição de pequenos animais (caprinos/ovinos e ou galinhas) para serem distribuídos exclusivamente para mulheres e jovens.	30-04-2018
2	Orçamento	Disponibilizar todo orçamento fonte FIDA.	30-04-2018
3	Sistema de Gestão Contábil	Disponibilidade do sistema com todas as informações financeiras do Projeto.	30-04-2018
4	Gestão Financeira	Atuação dos técnicos em gestão da UGP para apoio em prestação de contas.	30-05-2018
5	Auditoria	Contratação. Conclusão dos trabalhos. Envio do Relatório de Auditoria 2016 ao FIDA.	30-04-2018 10-06-2018 30-06-2018
6	Contabilidade Geral	Aporte da contrapartida necessária e da contabilização da contrapartida dos beneficiários direta ou econômica nos Convênios, econômica no Plano Emergencial e de acesso a outras fontes (PRONAF e outras).	30-06-2018

H. Conclusões incluindo o tema do aditivo.

113. A missão do FIDA gostaria de reconhecer o empenho e os significativos avanços do Procace desde a última supervisão do ano passado. A situação de emergência em que se encontrava o Projeto na época, após o envio de uma carta gerencial do FIDA, está sendo revertida, com as ações do Procace se acelerando em todas as frentes nos últimos 8 meses (Projetos Produtivos, Planos Emergenciais e novas Ações acordadas com o Governador - Planos de Ação para o Procace (PNAP)). A Assessoria Técnica finalmente chegou com qualidade e quantidade a todas as 4 regiões do Projeto, e o nível de execução física e financeira melhorou: hoje, os PP encontram-se com pelo menos 72% das licitações realizadas. O nível de desembolso de recursos FIDA subiu de 34% para 50% (incluindo a solicitação sendo processada na missão) no período.

114. Cabe reconhecer e destacar os logros resultantes da rápida operacionalização da Força-Tarefa montada pelo Governador, e mobilizada por meio das Secretarias de Planejamento e de Recursos Hídricos, com imediata disponibilização de técnicos advindos do Programa COOPERAR, da SEPLAG, do FUNDEP ou do Programa Água Doce para implementação de todas as novas ações do PNAP.

115. O Projeto Procace chega ao seu último ano com uma execução financeira de apenas USD 25 milhões. Essa situação continua preocupante sendo que o montante previsto no Acordo de Empréstimo, incluindo fontes FIDA e Governo do Estado, é de USD 35 milhões (dos quais USD 23 milhões são de recursos FIDA).

116. Com previsão atual de encerramento para dezembro de 2018, o Procace permanece ainda com alguns desafios.

117. Neste momento, faz-se imprescindível:

- i. A operacionalização em campo das duas entidades contratadas de AT cujo procedimento está em curso;
- ii. A criação de uma força tarefa para a finalização da implementação dos 90 PP e correção dos seus gargalos, de acordo com as recomendações deste documento, sob a liderança do Gerente do Componente Produtivo, com apoio da Gerente em Monitoramento e Avaliação e do Gerente Administrativo e Financeiro;
- iii. A elaboração urgente de acordos de gestão para as novas ações e Planos Emergenciais de modo que os benefícios sejam tangíveis e concretos aos beneficiários, em especial para os dessalinizadores, as patrulhas agrícolas, os Kits de Irrigação com gotejamento, poços com cata-ventos e raquetes de palma. Corre-se o risco de os investimentos serem feitos sem continuidade de operacionalização;
- iv. O atingimento de 100% de desembolso de recursos FIDA até dezembro de 2018, de modo a possibilitar a não devolução de recursos ao FIDA;
- v. A tramitação e um pedido de prorrogação de prazo junto ao Governo Federal para execução e acompanhamento das três frentes de implementação do Projeto, a fim de que haja pelo menos 12 meses de AT para todas as ações financiadas pelo Projeto. Esta solicitação deve ser enviada por meio do preenchimento de um formulário (já disponibilizado durante a missão) e envio à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN) do Governo Federal, com vistas à sua aprovação pelo GTEC ainda no mês de abril de 2018.

118. O FIDA agradece o envio de Ofício pelo Secretário da SEDAP formalizando a solicitação de extensão de prazo para implementação do Projeto por mais um ano, até 31/12/2019. O processo será tramitado em Roma concomitantemente à postulação frente ao Governo Federal.

119. Apesar do curto período de tempo disponível para implementação, o FIDA hoje crê ser possível o atingimento de todas as metas previstas no Desenho do Projeto e pactuadas ao longo dos últimos 12 meses, detectando por parte de toda a equipe do Procace o comprometimento com a sua execução física e financeira em sua integralidade no momento atual. Na certeza de que o Procace se consolidará como um Projeto de legado e sustentabilidade para os agricultores familiares do semiárido paraibano, o FIDA coloca a sua equipe à inteira disposição do Projeto. A missão também agradece ao Governador, às Secretarias de Planejamento, Secretaria de Recursos Hídricos, ao Secretário da SEDAP, à equipe do Projeto, e em especial ao novo Coordenador-Geral, por contribuírem de forma tempestiva, pronta e dedicada para o sucesso da missão.

João Pessoa, 23 de março de 2018.

Rômulo Montenegro
Secretário da Agropecuária e da Pesca
(SEDAP)

Leonardo Bichara Rocha
Oficial de Programas do FIDA para o País

Waldson Souza
Secretário de Estado de Planejamento
(SEPLAG)

Aristeu Chaves
Coordenador Geral do Projeto Procace





Apêndice 1: Physical progress measured against AWP&B






SISTEMA DE M&A DO FIDA BRASIL





AVANÇO DE INDICADORES RESPEITO DO POA(2018)









DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

ESTADO: PARAIBA
PROJETO: Projeto Paraíba (PROCASE) - Projeto de desenvolvimento Rural Sustentável no Cariri e Seridó
MÊS DE AVANÇO: Março









Dados do Indicador													
Resumo Descritivo	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%	Meios de Verificação	Supostos
META Desenvolvida a economia rural da região semi-árida do Paraíba e reduzidos os níveis de pobreza das famílias rurais pobres	00.00.01	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de ativos produtivos			Anual	0	0	0,00	3.700	0	0,00	• Pesquisa de base do projeto • Resultados de meio termo e finais e avaliação de impacto • Dados estatísticos nacionais (IBGE)	
	00.00.02	10% redução da prevalência de malnutrição infantil, por gênero (h/a, w/a, w/h)*			Semestral	0	0	0,00	0	0	0,00		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO Os beneficiários do projeto na região semi-árida da Paraíba tem melhorado de forma sustentável, a renda agrícola e não-agrícola, ativos produtivos, capacidades organizacionais e práticas ambientais	00.00.03	18.500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto		Família	Mensal	11.342	0	0,00	18.500	7.236	39,11	• Cadastro local de negócios • Pesquisa de base do projeto • Avaliação de meio termo e final • Sistema de informações gerenciais (MIS) • Relatórios das agências co-executoras • Sistematização da experiências e dos estudos de caso • Estudos específicos sobre as atividades	• Secas • Acesso a terra e parcerias facilitadas pelo GOB • Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo GOB • Mercados individuais estáveis e preparados para absorver incrementos de
	00.00.03.01	Famílias com mulheres beneficiadas		Mulher	Mensal	5.691	0	0,00	7.400	1.709	23,09		
	00.00.03.02	Famílias com jovens beneficiados		Família	Mensal	383	0	0,00	800	417	52,13		
	00.00.03.03	Famílias Quilombolas		Família	Mensal	69	0	0,00	200	131	65,50		
	00.00.04	75% das famílias beneficiárias tem acrescido a renda agrícola e não-agrícola			Semestral	0	0	0,00	13.875	0	0,00		






Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		de 20%										econômicas locais • Avaliação participativa • Dados estatísticos nacionais (IBGE) • Sistema de Informações sobre Trabalho • Documentos produzidos sobre a política e a estratégia	produção • Mantidas as presentes políticas de fortalecimento dos serviços públicos de extensão • Problemas para o acesso a terra
	00.00.05	10% aumento anual nos volumes e valores dos produtos comercializados suportados pelo projeto			Semestral	0	0	0,00	0	0	0,00		
	00.00.06	Pelo menos 20% de aumento na renda líquida dos pequenos negócios agrícola e não-agrícola suportados pelo projeto			Semestral	0	0	0,00	0	0	0,00		
	00.00.07	80% dos negócios agrícolas e não agrícolas				0	0	0,00	96	0	0,00		
	00.00.08	80% do negócios funcionam de maneira rendosa depois de três anos			Anual	0	0	0,00	96	0	0,00		
	00.00.09	4300 trabalhos criados pelas atividades econômicas suportadas pelo projeto			Mensal	1.000	0	0,00	4.300	0	0,00		
	00.00.10	Instituições de extensão rural podem assistir 15 200 famílias rurais pobres			Mensal	4.482	0	0,00	15.200	6.919	45,52		
	00.00.11	225 hectares de caatinga sob boas praticas de gestão de recursos naturais			Semestral	306	0	0,00	225	560	248,89		
	00.00.12	Pelo menos 80% das organizações de produtores apoiadas pelo projeto participam das reuniões e de instâncias colegiadas municipais e ou regionais.			Mensal	37	0	0,00	72	35	48,61		
Componente 1. Desenvolvimento do capital humano e social Componente 1. Desenvolvimento do	01.01.01	1.200 Jovens capacitados para desenvolvimento de planos de negócios e em equidade de gênero raça,			Mensal	270	0	0,00	1.200	331	27,58	• Avaliação de meio termo e final • Sistema de informações gerenciais (MIS) •	• SECTMA não estabelece a parcerias necessária para implementar o







Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
capital humano e social: Jovens, homens e mulheres beneficiados por a expansão do acesso a treinamento e à educação profissional para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais		geração, gestão democrática e práticas sustentáveis para o desenvolvimento rural.										Relatórios das agências co-executoras • Avaliação participativa	programa • Programas de formação técnica não respondem às necessidades do mercado do trabalho
	01.01.01.01	1200 jovens capacitados, sendo 600 jovens em planos de negócios, e 600 jovens em equidade de gênero raça, geração, gestão democrática e práticas sustentáveis para o desenvolvimento rural. Sendo que 50% devem ser mulheres.		Jovens	Mensal	100	82	82,00	1.200	653	54,42		
	01.01.01.02	3700 Jovens (50% moças) com capacitação em temas de Desenvolvimento Rural Sustentável (Agroecologia, Manejo de Caatinga, Irrigação localizada, Proteção de APP's, Manejo Fitozoosanitário, Manejo reprodutivo, Banco de forragens, Gestão de Viveiros etc.)		Jovens	Mensal	3.000	0	0,00	3.700	0	0,00		
	01.01.02	Concessão de 300 bolsas para jovens multiplicadores com atuação nas comunidades com projetos conveniados com o PROCASE			Mensal	300	0	0,00	300	0	0,00		
	01.01.02.01	130 jovens recebem bolsas para atuarem como multiplicadores nas comunidades com projetos conveniados pelo Projeto.			Mensal	0	0	0,00	130	0	0,00		
	01.01.03	80% de jovens que desenvolvem planos de			Mensal	140	0	0,00	140	0	0,00		





Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		negócios podem ascender a financiamentos para implementar os projetos											
	01.01.04	4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades do componente			Mensal	2.700	689	25,52	4.500	8.738	194,18		
	01.01.04.01	3.000 pessoas não beneficiadas por PP			Mensal	2.312	0	0,00	3.000	317	10,57		
	01.01.04.02	1.500 pessoas beneficiadas também por PP			Mensal	811	689	84,96	1.500	689	45,93		
Componente 2.1. Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados: Resultado 2.1. Os produtores rurais pobres apoiados para aumentar sua produção e produtividade, melhorar a qualidade dos seus produtos e desenvolver a capacidade de comercialização.	02.01.01	11 600 agricultores, 1 400 pequenos mineiros e 1 000 artesãos, organizados em pelo menos 54 associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		Produtor	Mensal	10.292	0	0,00	11.600	4.419	38,09		
	02.01.01.01	4.000 famílias dos 90 Projetos Produtivos (PP)			Mensal	0	0	0,00	4.000	2.111	52,78		
	02.01.01.02	40 famílias com melhoria de renda e incentivadas a buscar novas tecnologias a partir das UA			Mensal	10	0	0,00	40	30	75,00		
	02.01.01.03	500 famílias apoiadas com ações de apoio a cooperativas		Família	Mensal	500	0	0,00	500	0	0,00		
	02.01.01.04	6.760 famílias atendidas com Plano Emergencial + Plano de Assentamentos		Família	Mensal	4.482	0	0,00	6.760	2.278	33,70		
	02.01.01.05	2000 famílias atendidas com serviços de		Família	Mensal	2.000	0	0,00	2.000	0	0,00		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		mecanização agrícola											
	02.01.01.06	1800 famílias atendidas com dessalinizadores		Família	Mensal	1.800	0	0,00	1.800	0	0,00		
	02.01.01.07	1500 famílias atendidas com fitas gotejadoras, para irrigação por gotejamento (Rio São Francisco)		Família	Mensal	1.500	0	0,00	1.500	0	0,00		
	02.01.02	Associações e cooperativas de produtores desenvolvem pelo menos 2 cooperativas para proporcionar serviços de marketing e de assistência técnica aos membros			Mensal	1	0	0,00	2	0	0,00		
	02.01.03	90 Projetos Produtivos apoiados			Mensal	0	0	0,00	90	90	100,00		
	02.01.03.02	05 Unidades de Aprendizagem (UA) implantados			Mensal	0	0	0,00	5	5	100,00		
	02.01.04	766 comunidades beneficiadas com ações de disponibilidade hídrica e campo de forragens			Mensal	335	0	0,00	766	431	56,27		
Componente 2.2. Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados - Resultado 2.2. Os pequenos produtores tem acesso à assistência técnica e recursos financeiros para melhorar a produção agrícola e não agrícola	02.02.01	14 000 pequenos produtores (40% de mulheres e 20% de mulheres chefes de família) formadas em técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregados por produção e gênero)			Mensal	6.000	689	11,48	14.000	5.238	37,41		
	02.02.02	766 comunidades atendidas com Assessoria Técnica.			Mensal	335	0	0,00	766	431	56,27		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	02.02.03	25,8 USD milhões do Fundo de Investimento produtivo são alocados por 11 200 pequenos(as) produtores(as) para os planos de investimentos produtivos.		Produtor	Mensal	13.400	0	0,00	25.800	2.940	11,40		
	02.02.04	11 200 pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar crédito a curto prazo (incluso PRONAF)			Mensal	2.000	0	0,00	11.200	0	0,00		
	02.02.04.01	USD 3.25 milhões de crédito de curto prazo (incluso PRONAF)			Mensal	500	0	0,00	3.250	410	12,62		
	02.02.05	36 negócios agrícolas e não agrícolas apoiados para melhor acesso a mercados			Mensal	4	0	0,00	36	32	88,89		
	02.02.06	Pelo menos 446 artesãos recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolver negócios, sendo 50% de mulheres			Mensal	75	0	0,00	446	371	83,18		
	02.02.06.01	200 rendeiras atendidas com AT e recursos financeiros			Mensal	0	0	0,00	200	177	88,50		
	02.02.07	860 sistemas de acesso a água		Sistema	Mensal	342	0	0,00	860	444	51,63		
	02.02.07.01	04 grandes barragens para abastecimento humano			Mensal	4	0	0,00	4	0	0,00		
	02.02.07.02	576 Poços Tubular profundo instalados			Mensal	338	0	0,00	576	238	41,32		
	02.02.07.03	280 Barragens Subterrâneas			Mensal	0	0	0,00	280	206	73,57		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	02.02.08	Distribuição de 1.000 caprinos e ovinos (reprodutores e matrizes) para melhoria do padrão genético dos animais.			Mensal	3.018	0	0,00	1.000	918	91,80		
Componente 3. Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - Promovida a Gestão sustentável dos recursos naturais, incluso técnicas e conhecimentos para apoiar a luta contra a desertificação	03.01.01	480 sistema ILPF implantados, na modalidade campos de palma consorciados, SAFs, quintais produtivos, sistema de acoponia, entre outros, resultando na capacitação de 480 produtores(as).			Mensal	615	0	0,00	480	142	29,58		
	03.01.02	Criar um projeto piloto para cadeia produtiva da Viveiricultura.			Mensal	1	0	0,00	1	0	0,00		
	03.01.02.01	43 jovens se integram no fortalecimento da cadeia produtiva da restauração florestal e vivericultura			Mensal	0	0	0,00	43	43	100,00		
	03.01.02.02	400 famílias beneficiadas pela implantação de Unidade de produção de energia solar para cooperativas e associações que trabalham com beneficiamento de leite, pescado, artesanato, fruticultura e avicultura.		Família	Mensal	400	0	0,00	400	0	0,00		
	03.01.03	Pelo menos 80% de funcionários de extensão e agentes de desenvolvimento local formados em técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres)			Mensal	120	0	0,00	120	0	0,00		
	03.01.03.01	Pelo menos 50% Mulheres			Mensal	0	0	0,00	0	0	0,00		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	03.01.04	Mais de 10.000 crianças (de famílias rurais na área do projeto) seriam beneficiadas pelos programas de "educação do meio ambiente" e 150 professores seriam treinados para este fim			Mensal	1.050	0	0,00	10.000	0	0,00		
	03.01.04.01	10.000 crianças beneficiadas pelo programa educação do meio ambiente através de conferências, simpósios, ações ambientais pontuais.			Mensal	1.000	0	0,00	10.000	0	0,00		
	03.01.04.02	150 professoras/es da educação básica capacitadas/os em temas ambientais associados as questões produtivas e de convivências com o semiárido.			Mensal	50	0	0,00	150	0	0,00		
	03.01.05	Regularização ambiental (CAR/PRA, Licenciamento, Outorgas) de 90 projetos			Mensal	89	0	0,00	90	1	1,11		
Componente 4. Desenvolvimento Institucional - Instituições rurais preparadas para melhorar as capacidades de formular, desenvolver e executar políticas e projetos de desenvolvimento rural na região semiárida	04.01.01	A equipe das agências parceiras do projeto, os representantes municipais e as organizações dos produtores assistem a 27 reuniões de trabalho e treinamento sobre questões relacionadas às metodologias de desenvolvimento local e territorial, governança local e participação social.			Mensal	6	0	0,00	27	21	77,78	<ul style="list-style-type: none"> · Avaliação de meio termo e final · Sistema de informações gerenciais (MIS) · Relatórios técnico das agências parceiras · Sistematização das experiências e dos estudos de caso · Documentos produzidos sobre a política e a estratégia · Avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> · Mantido o governo local, as políticas participativas e a legislação
	04.01.02	Instituições de assessoria técnica podem assistir as			Mensal	4.482	0	0,00	15.200	6.919	45,52		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		15.200 famílias beneficiárias										participativa	
	04.01.02.01	Famílias beneficiadas diretamente pela Assistência Técnica, contabilizada como contrapartida da EMATER		Família	Mensal	0	0	0,00	14.000	14.047	100,34		
	04.01.02.02	Famílias beneficiadas indiretamente pela Assistência Técnica da EMATER, via benefício do Programa Garantia Safra		Família	Mensal	0	0	0,00	13.000	13.000	100,00		
	04.01.03	Sistematizadas 5 experiências de sucesso de desenvolvimento			Mensal	5	0	0,00	5	0	0,00		
	04.01.04	Organizados 6 workshop			Mensal	2	0	0,00	6	2	33,33		
	04.01.05	Pelo menos 50 representantes dos pequenos produtores treinados sobre temas de desenvolvimento rural			Mensal	0	0	0,00	50	50	100,00		
	04.01.05.01	50% de mulheres, pequenas produtoras treinadas sobre temas de desenvolvimento rural		Mulher	Mensal	0	0	0,00	25	25	100,00		
Componente 5. Gestão do Projeto e Sistema de Monitoramento e Avaliação - Estabelecida uma eficaz Unidade de Gestão do projeto	05.01.01	5 escritórios regionais criados e instalados (URGP's)		Escritório	Anual	0	0	0,00	5	5	100,00		
	05.01.02	Satisfatória gestão da supervisão técnica e financeira do projeto		Porcentagem	Mensal	100	0	0,00	700	0	0,00		
	05.01.03	Realização de pelo menos 70% das atividades/intervenções planejadas no Plano Anual de trabalho e		Porcentagem	Anual	70	0	0,00	70	25	35,71		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		Orçamento											
	05.01.04	Pelo menos 40% da equipe do projeto são mulheres		Porcentagem	Semestral	40	40	100,00	40	40	100,00		
	05.01.05	As missões do FIDA avaliam de forma de positiva o sistema de M&A do projeto		Porcentagem	Mensal	100	70	70,00	700	240	34,29		
	05.01.05.01	Encontros territoriais de monitoramento e avaliação para identificação de avanços e entraves na execução do projeto			Mensal	4	0	0,00	5	1	20,00		
	05.01.06	Sistema de informações gerenciais (MIS) e sistema M&A			Mensal	10	7	70,00	70	24	34,29		

Appendix 2: Financial: Actual Financial Performance By Financier;

BY COMPONENT AND DISBURSEMENTS BY CATEGORY

Tabela 5A:	Execução Financeira por financiador			28/02/2018
Financiador	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD equiv)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA	25.000.000	23.192.008	9.573.205	41%
Governo da Paraíba	12.101.000	12.101.000	8.552.440	71%
Total	37.101.000	35.293.008	18.125.644	51%
*Variação do SDR				
Beneficiários	9.190.000	9.190.000	511.000	6%
Outras fontes	3.400.000	3.400.000	-	0%
	49.691.000	47.883.008	18.636.644	39%
Tabela 5A¹:	Execução Financeira por financiador (Moeda do contrato)			28/02/2018
Financiador	Aprovado (Moeda do Contrato)	Atual (Moeda do Contrato)	Desembolsado (Moeda do Contrato)	% desembolsado
FIDA (SDR)	16.064.876	16.064.876	6.672.598	41%
Gov da Paraíba	12.101.000	12.101.000	8.552.440	71%
Total USD	37.101.000	35.293.008	18.125.644	51%

Tabela 5B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)									
									28/02/2018
Componente	FIDA			Governo da Paraíba			Total		
	Previsto*	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento humano e capital social	943.692,06	113.596,82	12,0%	1.615.970,00	640.633,34	39,6%	2.559.662,06	754.230,16	29,5%
2. Desenvolvimento Produtivo e inserção no mercado;	18.497.481,38	7.330.224,57	39,6%	7.355.470,00	6.235.641,34	84,8%	25.852.951,38	13.565.865,91	52,5%
3. Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	1.436.614,99	171.367,19	11,9%	1.498.900,00	333.672,55	22,3%	2.935.514,99	505.039,75	17,2%
4. Desenvolvimento Institucional	722.811,38	24,26	0,0%	239.330,00	36,39	0,0%	962.141,38	60,65	0,0%
5. Gerenciamento do Projeto	1.591.407,73	1.070.659,92	67,3%	1.391.330,00	1.342.455,89	96,5%	2.982.737,73	2.413.115,81	80,9%
Total	23.192.007,54	8.685.872,76	37,5%	12.101.000,00	8.552.439,51	70,7%	35.293.007,54	17.238.312,28	48,8%
Fonte: UGP/PROCASE		* atualizado devido à variação do SDR							

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR)					SDR, em 28/02/2018		
	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	540.000	540.000	102.160	-	437.840	19%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.300.000	1.300.000	201.064	-	1.098.936	15%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	950.000	950.000	326.534	1.486	621.980	35%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	8.100.000	8.100.000	3.091.414	748.324	4.260.262	47%
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	500.000	500.000	-	-	500.000	0%
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	2.380.000	2.380.000	621.206	395.024	1.363.770	43%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	720.000	720.000	387.793	8.066	324.142	55%
VI	Não alocado	1.574.876	1.574.876	-	-	1.574.876	
DI	Depósito Inicial	-	-	1.942.428	-	(1.942.428)	
	Total	16.064.876	16.064.876	6.672.598	1.152.901	8.239.377	49%
Atual - SDR = 1,45							

Tabela 5C': Desembolsos por Categorias (USD)				USD, em 28/02/2018			
Descrição da Categoria		Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	840.348	779.574	143.416,05		636.158	18%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	2.023.060	1.876.753	279.474,22		1.597.279	15%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	1.478.390	1.371.473	446.407,60	2.155,13	922.911	33%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	12.605.220	11.693.614	4.299.558,27	1.085.070,39	6.308.986	46%
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	778.100	721.828	-		721.828	0%
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	3.703.756	3.435.901	865.263,38	572.785,04	1.997.853	42%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	1.120.464	1.039.432	539.085,17	11.695,34	488.652	53%
VI	Não alocado	2.450.662	2.273.431	-		2.273.431	
	Depósito Inicial			3.000.000		(3.000.000)	
	Total	25.000.000	23.192.008	9.573.205	1.671.706	11.947.097	49%
Original-	SDR = 1,5562	Atual - SDR = 1,45					

Tabela atualizada de acompanhamento das observações de auditoria – março 2018							
Título do Projeto: PROCASE							
Empréstimo n.º I-798-BR							
N.º	Exercício econômico	Classe: importantes/gerais	Referencia da auditoria	Observação de auditoria	Valor R\$	Ação pela UGP	Resultados
1	2016	Demonstrativos	3.1	(a) Analisar a divergência identificada entre o saldo final da conta operativa em 31.12.2016 apresentado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos no Projeto – DOARP e o respectivo saldo evidenciado no correspondente extrato bancário, com o objetivo de identificar a sua origem e avaliar o tratamento a ser dado para a regularização desta. (b) Adotar a prática de mensalmente conciliar a posição do saldo bancário da conta operativa com o respectivo saldo evidenciado nos controles financeiros da UGP, com o objetivo de manter um maior acompanhamento sobre os lançamentos e a movimentação da conta operativa do Projeto.	221.419,99	Demonstrativos 2017 não fiável.	pendente
2	2016	Contas	3.2	Providenciar a regularização do Paripassu dos desembolsos relacionados ao PCT IICA o mais breve possível, mediante prévio entendimento com o FIDA.	354.357,27	Não providenciado / Previsão de regularizar em 2018	pendente
3	2016	Contratos	3.3	Adotar o procedimento de numerar a documentação integrante dos processos de pagamento e de licitação (aquisições e/ou contratações) dos Convênios firmados com as Entidades beneficiadas pelo Projeto, assim como adotar o referido procedimento como padrão para todos os processos geridos no âmbito do PROCASE.	-	A UGP informou que regularizou.	resolvido
4	2016	Contratos	3.4	Adotar o procedimento de elaborar (e manter atualizado) um demonstrativo dos contratos que forem objeto de aditamento contratual, contendo detalhes sobre o contrato original e as partes que foram objeto dos aditamentos.	-	- Realizado.	resolvido
5	2016	Aquisições e Contratos	3.5	Providenciar a aposição da placa de identificação dos subprojetos do Plano Emergencial.		Cumprido no ano de 2017	resolvido

6	2016	Ativos	3.6	Observamos que o viveiro de mudas da Comunidade Bujari, pertencente ao Município de Cuite/PB apresenta problemas em sua execução, uma vez que suas colunas ficaram muito altas facilitando, a ação do vento e ocasionando a ruptura da tela de proteção do viveiro. Entrar em contato com a empresa responsável pela execução das referidas ações físicas e solicitar a pronta regularização das não conformidades observadas.		A comunidade está fazendo a recuperação. A empresa não foi paga.	Parcialmente resolvido
7	2016	Convênios	3.7	Envidar esforços com o intuito de obter as licenças necessárias para que a Coogarimpo possa iniciar suas atividades operacionais.		UGP informou que o sistema em funcionamento.	resolvido
8	2016	Convênios	3.8	Observamos em nossa visita ao Assentamento Tanque do Boi, no município de Cubati/PB, que a chula do kit de irrigação é de pouca qualidade e frequentemente ocorrem rompimentos que ocasionam no desperdício de água. Entrar em contato com a empresa responsável pelo fornecimento do kit de irrigação e solicitar chulas com melhor resistência.		UGP informou que o sistema em funcionamento.	resolvido
9	2016	Convênios	3.9	Observamos em nossa visita ao Assentamento Tanque do Boi, no município de Cubati/PB, que a chula do kit de irrigação é de pouca qualidade e frequentemente ocorrem rompimentos que ocasionam no desperdício de água. Entrar em contato com a empresa responsável pelo fornecimento do kit de irrigação e solicitar chulas com melhor resistência.		UGP informou que o sistema em funcionamento.	resolvido
10	2016	Relatórios	3.9	Manter contato com o Especialista Financeiro do FIDA e indagar sobre a necessidade de elaboração do Demonstrativo de Acompanhamento do Acordo de Empréstimo em SDR e demais aspectos relacionados ao envio deste ao FIDA.	-	Feito em março de 2018	resolvido
11	2016	Aquisições	3.10	Rever e modificar o procedimento de guarda atualmente adotado para com a documentação integrante dos processos licitatórios realizados pelo IICA, de modo que as vias originais ou uma		Em posse da UGP	resolvido

				cópia destas permaneçam de posse e sob a guarda da UGP/PROCASE.			
12			3.11	Desatualização e falta de tempestividade das informações e controles administrativos	-	Os consultores responsáveis tem como meta, o atendimento dos prazos e a atualização das informações solicitadas, sendo condicionado o recebimento do seu produto.	aplicado
13			3.12	Dependência pela UGP da área financeira da SEDAP para a realização de registros orçamentários e execução financeira do PROCASE	-	Nos convênios e contratos referente a unidade gestora FUNDAGRO	aplicado
14	2016	Cláusulas Contratuais	4.1	Envidar esforços no sentido de concluir a revisão do Manual de Implementação do Projeto e a conclusão do Manual dos Arranjos Financeiros do Projeto, visando o cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo FIDA No I-798-BR.	-	Concluído	resolvido
15	2016	Cláusulas Contratuais	4.2	Envidar esforços no sentido de concluir a customização e a alimentação do Banco de Dados, visando o início da plena utilização do software de gerenciamento financeiro e administrativo do Projeto.	-	O sistema está customizado, porém faltando alimentar dados e concluir controle de contas.	Resolvido parcialmente
16	2016	Cláusulas Contratuais	4.3	Atentar para o cumprimento dos prazos de envio das demonstrações financeiras do Projeto ao FIDA, estabelecidos no Acordo de Empréstimo FIDA No I-798-BR e nas Condições Gerais de Acordos FIDA.	-	O consultor responsável terá como meta, o atendimento dos prazos, sendo condicionado o recebimento do seu produto.	aplicado
17	2016	Cláusulas Contratuais	5.1	Entendemos que a Unidade de Gestão do Projeto – UGP, deve envidar esforços no sentido de acelerar a implementação das ações previstas para o PROCASE que ainda apresentam um reduzido percentual de realização.	-	Planejamento para 2018 e 2019 estão sendo executados para concluir todas as ações do projeto	aplicado
18	2015	Cláusulas Contratuais	4.1	Atualização do Manual de Implementação do Projeto e Elaboração do Manual dos Arranjos Financeiros do Projeto	-	Atualizado	resolvido

- Resultados :aplicados/ resolvido/ parcialmente resolvido/ não aplicado/pendente

Apêndice 2a: Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario de los programas

Projeto N.º 798-BR – PROCASE

Organismo de execução: Governo da Paraíba por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP

	Avaliação dos Riscos E/M/B	Medida corretiva proposta
Risco inerente		n.d.
Riscos controláveis		
1. Organização e dotação de pessoal	B+	Revisar Manual financeiro
2. Orçamentação	B+	Elaborar POA com antecedência
3. Fluxo de fundos e disposições sobre desembolsos	E-	Finalizar contratações
4. Controles internos	B	
5. Contabilidade	M	Operacionalizar o sistema contábil do Projeto
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento	M+	Operacionalizar o sistema contábil do Projeto
7. Auditoria interna	N/A	
8. Auditoria externa	M+	Adoção de processo célere de contratação e apoio concentrado aos auditores
Risco fiduciario geral do Projeto	E-	
E=elevado, M=médio, B=baixo		

Observações:

1. Com base nas Diretrizes de Avaliação do FIDA o risco foi classificado como risco fiduciário alto para o projeto, pois encontrou dificuldades que estão relatadas detalhadamente neste Memorando a saber: i) atraso na implementação e realização de despesas com um saldo de 60% a desembolsar no último ano do projeto; ii) atraso no processo de licitação da Auditoria; iii) Sistema Contábil do Projeto necessitando ajustes, levando o Projeto a elaborar relatórios em Excel e iv) uso dos fundos FIDA como contrapartida.
2. Embora o risco fiduciário seja alto, o Governo e especialmente a UGP articulou todos os procedimentos para recuperação do atraso da implementação do Procasse que ora ainda não se efetivou. O passivo de repasses às OPRs foi resolvido, o orçamento, contrapartidas e sistema contábil auxiliar disponibilizados e todos os processos de contratações foram iniciados e alguns concluídos. Apesar do relevante atraso na execução, a nova gestão da UGP deu uma rápida resposta às fragilidades recorrentes do Procasse e, permanecendo este cenário, há condições satisfatórias para que todos os recursos financeiros sejam pagos ou empenhados neste último ano do Projeto. Foi suscitado uma prorrogação de mais um ano de execução para que os contratos firmados neste ano sejam efetivados junto aos beneficiários, bem como o acompanhamento de sua implementação.

Questionário de Avaliação da Gestão Financeira durante a supervisão

País: BRASIL	Número do empréstimo: I 798-BR
Nome do Projeto: Projeto de Desenvolvimento sustentável do Cariri e Seridó	PROCASE
Organismo de execução: SEDAP	GPP: Paolo Silveri
Especialista em Gestão Financeira/Oficial de Finanças encarregado do exame: Danilo Pisani /Dario Rimedio	Data do exame: 12/03/2018

Tema		Qualificação do Risco E/M/B	Questões/ Observações/ Recomendações
A. Riscos inerentes			
B. Riscos controláveis			
1. Organização e dotação de pessoal			
a.	Adequação da estrutura orgânica para satisfazer as necessidades funcionais do projeto	B	profissionais de URGP vão apoiar prestação de contas
b.	Existência de descrições claras dos postos de trabalho dos cargos chave do Projeto, incluindo os fiduciários	M	Atualizar MGF –novo ajuste
c.	Adequação do pessoal encarregado da gestão financeira do Projeto (quantidade e competências),conforme as necessidades funcionais do Projeto	B	
d.	Existencia e adequação de manuais e diretrizes de atuação destinados ao pessoal	M	idem
e.	Existencia de um sistema de avaliação baseado no desempenho e realização pontual da avaliação do desempenho de todo o pessoal	B	
f.	Adequação da cobertura do seguro médico de todo o pessoal (se procede)	B	A equipe tem seguro médico público
g.	Pagamento pontual das contribuições a seguridade social (se procede)	B	Pessoal contratado pelo IICA necessita fazer suas próprias.
h.	Pessoal corretamente informado da política nacional e do FIDA acerca da anticorrupção e quem contatar a este respeito	B	
2. Planejamento e Orçamento			
a.	Preparação e aprovação pontuais do plano operativo anual (POA)	M	Boa qualidade – entrega com atraso
b.	Concordancia do POA com as categorias de gastos do Apêndice 2 do contrato de financiamento	B	
c.	Se são identificadas as fontes de financiamento e os organismos de execução de cada categoria do POA	B	
d.	Se são identificadas as vinculações entre o POA e o plano de aquisições e contratações (no tocante ao cálculo dos custos e atividades). Há controle entre a estimativa de custos realizada previamente e o efetivo contratado	B	
3. Fluxo de fundos e Desembolso			
a.	Pontualidade no desembolso dos fundos pelas diversas fontes (e do recursos de cofinanciadores, se procede)	M	Atraso na implemnetação
b.	Pontualidade no desembolso dos fundos de contrapartida	E	Governo propôs ações de outros programas para o público alvo Situação

			macroeconômica sensível Ano eleitoral
c.	Eficiência dos canais de financiamento. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos	E	idem
d.	Eficiência dos canais de financiamento das linhas de crédito. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos, se procede	M	Há a necessidade de apoio para gestão financeira pelas associações
e.	Gestão da(s) conta(s) operativa(s), conta(s) designada(s), desembolsos		
	i) Adequação da alocação autorizada para assegurar a fluidez do fluxo de fundos	M	
	ii) Correção dos métodos empregados para fazer os desembolsos	B	
	iii) Adequação do respaldo documental das declarações de gastos, reembolsos, pagamentos diretos e compromissos especiais.	B	
	iv) Preparação pontual e exatidão dos Pedidos de Saque	M	Dificuldades na elaboração e composição
	v) Autorização dos Pedidos de Saque	B	Secretario SEDAP e Coordenador (duas assinaturas conjunta)
	vi) Situação dos fundos retirados da conta designada para cobrir gastos cuja reposição ainda não foi solicitado	E	Utilização temporária para gastos da contrapartida Recuperação da Conta especial – Necessitará de fundos próprios e talvez pedir reembolso
	vii) Regularidade do monitoramento da(s) conta(s) designada(s)/operativa(s) e as conciliações mensais assinadas pelo gerente financeiro/projeto. Examina-se e avaliam-se as conciliações.	B	
	viii) Comparação do desembolsado com o POA e análise se a taxa de desembolso é satisfatória tendo em conta o tempo de execução restante. Formular observações, se procede	E	O projeto executou pouco em função da indisponibilidade de contrapartida.
	ix) Recuperação dos saldos da(s) conta(s) designada(s) dentro do fechamento do empréstimo	E	Em curso – afetar a liquidez
4. Controle Interno			
a.	Segregação de funções. Estão em diferentes unidades ou em pessoas distintas as seguintes responsabilidades operativas: i) a autorização de uma transação; ii) a execução de uma transação; iii) o registro da transação, e iv) a custódia dos bens objeto da transação	B	No fluxo de pagamentos há a segregação.
b.	A clareza e a adequação dos processos de decisão e a sequência de eventos das funções permite controle na execução do Projeto e reflete-se no manual financeiro (ou seu equivalente)	B	Sistema Governamental Financeiro satisfatório
c.	Observância do manual financeiro	B	
d.	Eficácia e eficiência dos controles internos das entradas de fundos não procedentes do FIDA	B	
e.	Adequação da gestão dos contratos (manutenção de registro de contratos e de formulário de acompanhamento) e de seu arquivo	B	O sistema nacional e planilhas atendem esta necessidade.
f.	Eficácia e eficiência dos controles internos dos gastos (ciclo completo: compromisso, pagamento, recepção de bens e serviços, aprovação de pagamentos, qualificação, etc.)	B	A lei nacional regulamenta o ciclo de controle dos gastos.

g.	Documentos justificativos que confirmem a entrega e aceitação dos bens, obras ou serviços contratados	B	Os documentos são analisados; recebido e atestados pelo recebedor e por mais um servidor
h.	Controles físicos do dinheiro em caixa, documentos e registros. Adequação dos sistemas de arquivo. Se efetuam conciliações mensais da caixa pequeno (suprimento de fundos) e arqueos sorpresivos? Custódia do Caixa pequeno e controle das recurso	B	Há regras nacionais próprias. Recursos depositados sempre em conta bancária
i.	Adequação da gestão eficaz do material (gestão patrimonial)	B	Sistemas nacionais adequados
j.	Pagamento pontual aos provedores e consultores	B	
k.	Legitimidade dos gastos com respeito aos convenios de financiamento	B	
l.	Legalidade/legitimidade dos adiantamento de fundos do Projeto e justificação pontual de sua utilização	M	Uso de fundos para cobrir contrapartida – USD 846 ml
m.	Cumprimento das Cláusulas sobre gestão financeira do Contrato de Financiamento e da Carta ao Mutuário	M	O sistema contábil específico elaborado, necessitando pequenos ajustes em andamento, mas é utilizado o sistema estadual que atende para controle e fluxo, Uso de fundos FIDA para cobrir contrapartida
n.	Adequação da manutenção de registros atualizados dos ativos fixos com os existentes.	B	
o.	Adequação dos controles dos ativos do Projeto, com inclusão de: i) gestão dos veículos e de outros ativos (estão devidamente etiquetados o marcados os ativos, se efetuam regularmente um inventário físico das existências?); ii) gestão de combustíveis (os motoristas possuem um caderno de registro?), e iii) as autorizações de viagens (incluídos as diárias pagas ao pessoal)	B	
p.	Adequação do seguro dos veículos e os ativos (asseguráveis)	NA	Os veículos são alugados
q.	Oficinas/ seminários: i) disponibilidade e a lista dos participantes; ii) diárias pagas aos participantes, e iii) recibos dos gastos das oficinas/ seminários	B	
r.	Adequação dos controles e do processo de autorização para o emprego dos fundos (pagamentos, transferências, gestão do caixa/saldo bancário) e outras contas operacionais – conta não designada	B	Definido
s.	Arranjos e controles bancários (conciliação dos estados bancários com as contas financeiras)	B	conciliam mensalmente
t.	Existência de uma unidade de apoio adequada de tecnologia da informação	B	Contratado
5. Contabilidade			
a.	Regime da contabilidade (caixa, competência) e controle sobre se as normas contábeis estão em consonância com os requisitos do FIDA (por exemplo, NIIF/IPSAS 1, apresentação de demonstrativos financeiros/IPSAS 2 demonstrativo de fluxo).	B	caixa

b.	Adequação e confiabilidade do sistema contábil (Se emprega a contabilidade por partida dobrada?; especificar o software que se utiliza. Se registram os dados orçamentários no sistema contábil? Pode produzir os relatórios financeiros periódicos de forma automática com o software?)	M	Sistema nacional abarca estes controles. Sistema contábil para gerar relatórios financeiros necessita pequenos ajustes
b.	Manutenção de registros (com inclusão da documentação e do arquivo)	M	Registros realizados em Excel. Registros físicos bem organizados
c.	Manutenção e conciliação do registro dos ativos fixos (controle físico e por amostragem)	B	Inventário anual realizado pela SEAD e PROCASE
d.	Documentação e controles adequados dos sistemas de informação, com inclusão dos procedimentos contábeis documentados, a segurança na replicação dos registros financeiros e a integração de todos os subsistemas	M	Transferência de dados por meio de relatórios e inserção em excel
e.	Adequação do plano de contas a efeitos da contabilidade do Projeto	M	Plano de contas do estado não é suficiente. Sistema em adequação abarcará o plano de contas adequado
f.	Pontualidade no registro das transações, regularidade da realização e aprovação das conciliações, controles de registros	M	Atrasado em 30 dias por : Sistema Contábil do Projeto inconcluso e realização em Excel (retrabalho)
g.	Contabilização correta das contribuições de fundos de contrapartida (como impostos e isenções fiscais), assim como daquelas dos beneficiários, e apropriada apresentação de relatórios a respeito.	M	Demora dos SOEs de outras contrapartidas
6. Relatórios financeiros e acompanhamento			
a.	Exaustividade, exatidão, utilidade e pontualidade dos relatórios financeiros	B M	1- Ótimo Sistema governamental. 2- Sistema Contábil Auxiliar em ajustes
b.	Relatórios periódicos da gestão financeira e sua vinculação com os relatórios de progresso do Projeto - preparação e apresentação ao FIDA nos tempos oportunos	M	excel
c.	Preparação de relatórios que mostrem os ingressos e gastos reais e orçados e a taxa de execução do POA	M	excel
d.	Acompanhamento das recomendações sobre questões fiduciárias de ajudas memorias anteriores	M	Sistema Contábil do Projeto; Contrapartida
e.	Alinhamento razoável entre a taxa de desembolso das categorias de gastos recorrentes frente aos dos investimentos	E	demora em aquisições/ contratações
7. Auditoria interna			
a.	Existência de disposições sobre auditoria interna	N/A	Auditoria interna do Estado e revisão da Assessoria Jurídica
b.	Adequação das disposições sobre auditoria interna (organização - capacidade do pessoal)	N/A	eventual
c.	Adequação do escopo do trabalho e da qualidade dos relatórios de auditoria interna	N/A	
d.	Avaliação das questões dispostas nos relatórios de auditoria	N/A	
8. Auditoria externa			
a.	Adequação do escopo e do trabalho	B	
b.	Cumprimento dos trabalhos	M	Demorou pois os SOEs não estavam precisos
c.	Pontualidade do relatório de auditoria	E	Previsão de atraso na entrega de até 90 dias
d.	Qualidade da Auditoria	B	
e.	Implementação das recomendações de auditoria/e plano de ação acordado para fazê-lo	M	Demora em atender

Appendix 3: Compliance with Legal Covenants: Status Of Implementation

1. Arranjos de Aquisições e Contratações do Projeto

O Arranjo das Aquisições e Contratações do Projeto contou nos últimos meses com o apoio provisório da Secretaria Estadual de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, por meio de um Termo de Cooperação n.º 001/2017 com a SEAFDS, para a realização de alguns certames acordados com o FIDA na missão anterior, em virtude do pouco tempo restante de execução que o projeto dispõe.

Porém esse apoio não interferiu no arranjo inicial do Projeto que continua distribuído em parte com licitações no âmbito de um Projeto de Cooperação Técnica – PCT com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, em parte no âmbito dos convênios com as organizações representativas das famílias beneficiárias e em parte na UGP/PROCASE, com o registro das licitações no sistema da PGE – Procuradoria Geral do Estado e no sistema da CGE – Controladoria Geral do Estado, onde os processos são previamente analisados, sendo ainda submetidas à análise do Comitê Gestor de Contingência que verifica se não há abuso de preços e se esses são praticados conforme a realidade de mercado.

Na missão anterior foi **recomendado** que as licitações do Projeto PROCASE fossem liberadas de submissão à análise Comitê Gestor de Contingência, tema esse tratado em reunião com o Governador e o Secretário de Planejamento, além de mencionado com o Procurador Geral Adjunto do estado da Paraíba, em reuniões que trataram sobre estratégias para agilizar a execução do projeto e diminuir os entraves, sendo unânime o entendimento de liberação. Porém as licitações continuam passando pelo mencionado Comitê.

2. Pessoal de Aquisições e Contratações

A UGP continua a contar com o apoio do grupo de força tarefa, que se integrou às equipes, reforçando e otimizando as atividades do PROCASE, conforme acordado na missão passada. E de forma provisória com o apoio da Comissão de Licitação da SEIRHMACT, na realização das contratações que lhes foram submetidas. Porém, a UGP/PROCASE continua com sua Comissão Especial de Licitações composta por 03 (três) integrantes. Também lotados na UGP há mais 4 (quatro) colaboradores, sendo que dois desses também apoiam as licitações dos beneficiários relativas as regiões de Cariri Oriental e Médio Sertão/Seridó.

Conta com o apoio de mais 02 (dois) profissionais lotados nas URGPs que atendem o Cariri Oriental e Curimataú, além dos técnicos das organizações de Assistência Técnica que apoiam diretamente as licitações e contratações dos beneficiários e as prestações de contas.

A missão destaca que a atuação das equipes foi de forma integrada e colaborativa, proporcionando um avanço considerável nas licitações previstas, tanto no âmbito da UGP, quanto no dos beneficiários, em curto tempo, elevando os níveis de desembolsos.

3. Arquivos dos registros de licitações e documentação de suporte

Os documentos licitados pela UGP e pelo IICA em sua maioria estão adequadamente registrados e guardados. Porém, ainda é necessária maior atenção à adequada guarda dos documentos dos beneficiários, instruindo-os no mesmo número de processos de seus respectivos convênios (no mesmo processo administrativo) para se ter o controle desses registros e identificar dentro do processo de cada convênio, todas os documentos das licitações e contratações realizadas e respectivas prestações de contas, evitando-se desorganização e extravios. Os documentos dos beneficiários ainda estão em pastas suspensas, separadas dos processos de convênios, faltando ordem cronológica, paginação e rubrica, não sendo às vezes, facilmente encontrados.

4. Gestão de contratos

Várias contratações foram realizadas em grandes blocos pela UGP, por meio da Central de Licitações e pela Comissão Especial de Licitações da SEIRHMACT, para atendimento dos beneficiários do PROCASE, em virtude do tempo exíguo do Projeto.

Essas aquisições foram acordadas na missão passada e em grande maioria estão em fase de contratação, denotando os avanços do Projeto, conforme demonstra a tabela a seguir:

UNIDADE DE LICITAÇÃO e MÉTODO	OBJETO	PROPOSTAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL R\$	SITUAÇÃO
CENTRAL DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Patrulha Mecanizada e Equipamentos Agrícolas (04 lotes)	1 - Veneza Máquinas Comércio LTDA 2 - RK Industria de Implementos Agrícola Eireli EPP 3 - Capri Indústria E Comércio De Máquinas Agrícolas LTDA. 4 - Delba Vicentini Cremasco ME	R\$1.681.122,90 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil, cento e vinte e dois reais e noventa centavos).	Em fase de Assinatura Contratual (Vigência de 45 dias)
CENTRAL DE LICITAÇÕES CHAMADA PÚBLICA	Contratação de Serviços de Assistência Técnica	1- EMATER 2- PATAC	R\$ 4.527.735,73 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos).	Em fase de Assinatura Contratual (Vigência de 01 ano a partir de abril/2018)
CENTRAL DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Fitas Gotejadoras	Ainda não divulgado	R\$ 4.149.525,00 (valor previsto)	Processo em fase de relatório de avaliação de conformidade, parou devido a troca de Pregoeiro (vigência de 45 dias)
CENTRAL DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Raquetes de Palma	-	R\$ 2.079.991,62 (valor previsto)	Empresas não atenderam as especificações técnicas e foram desclassificadas. Nova chamada foi publicada em 20/03/2018
SEIRHMACT CONCORRÊNCIA	Instalação de 123 poços com cataventos e kits completos de irrigação e gotejamento (Plano Emergencial – comunidades já possuem os poços)	Hydrogeo Projetos e Serviços Ltda. Eirelle EPP	R\$3.692.875,74 (valor do contrato)	Ordem de Serviço emitida para 26/02/2018 até 26/10/2018 (Vigência de 08 meses) Contrato 001/2018
SEIRHMACT CONCORRÊNCIA	Instalação de 338 poços com cataventos e kits completos de irrigação e gotejamento (comunidades não possuem os poços)	Lote 1 – CONSTRUHINDO R\$ 4.627.015,68 Lote 2 – HYDROGEO R\$ 4.690.809,75 Lote 3 – HYDROGEO R\$ 4.527.651,15 Foi feita reserva orçamentária para os contratos referentes aos LOTES 1 e 2 e foi dada entrada numa descentralização para o LOTE 3 que está em curso.	13.845.476,58 (valor total dos contratos)	Homologação Publicada em 01/03/2018 Contratos dos Lotes 1 e 2 em processo de assinatura e Lote 3 aguardando finalizar processo de descentralização orçamentária para prover a assinatura contratual.
SEIRHMACT CONCORRÊNCIA	Instalação de 60 sistemas de dessalinização	Hydrogeo Projetos e Serviços Ltda Eirelle EPP	R\$ 4.950.758,84 (valor previsto)	Fim do prazo de recurso em 20/03/2018 Contratação prevista dentro de 30 dias.
VALOR TOTAL			R\$34.927.486,41	

Em termos de gestão de contratos, foi solicitado na missão anterior e reiteramos a recomendação por meio desta, para que seja elaborado um adequado planejamento para a entrega desses bens e serviços licitados aos beneficiários do PROCASE, contemplando informações de monitoramento e avaliação, e de forma casada com os serviços de assistência técnica que esses beneficiários receberão.

Nesse íterim precisa ser considerado nesse planejamento as aquisições de Patrulhas Agrícolas Mecanizadas, de Dessalinizadores, dos Kits de Irrigação com gotejamento, de poços com cata-ventos e raquetes de palma, aliados aos serviços contratados de assistência técnica.

É necessário ainda, de forma urgente e para complementar estas ações, estabelecer Acordos de Cooperação Técnica não financeiros com a EMATER e a Secretaria do Programa Água Doce no estado da Paraíba, para o adequado atendimento dos beneficiários, inclusive dos que se encontram nas margens do Rio São Francisco, em municípios alvo do PROCASE.

Este planejamento deverá ser enviado ao FIDA para análise no mais breve tempo possível.

Outro ponto relativo à gestão de contratos reflete sobre o PCT/IICA. A missão constatou que há atrasos na renovação contratual dos consultores individuais e recomenda maior atenção quanto ao vencimento dos contratos e ação tempestiva na renovação, evitando lançar mão de retroatividade.

Quanto aos Convênios com os beneficiários, é necessário realizar levantamento de todos os que precisam ser aditados por prazo e tomar providências tempestivas para efetivar esses aditamentos, considerando o tempo que demoram para ser aprovados e o curto prazo de execução que o projeto ainda dispõe.

5. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições

As aquisições do PROCASE foram em sua maioria concluídas, relativas ao atendimento de questões do plano emergencial e de demandas acordadas com o Governador (aquisição de dessalinizadores, tratores para a patrulha mecânica e kits de irrigação) na missão passada. Porém ainda é necessário centrar esforços no restante das aquisições previstas no âmbito dos convênios com os beneficiários que ainda não foram licitadas, apesar dos avanços que também alcançaram.

Está sendo contratada Assistência Técnica para apoiar o processo de ampliação da estratégia aos diversos assentamentos existentes na área de atuação do PROCASE, bem como o atendimento aos 55 grupos produtivos identificados nas audiências do Orçamento Democrático, tendo como foco prioritário mulheres, jovens e quilombolas. As assistências serão prestadas pela EMATER e pela PATAAC. Nesse entendimento, a missão recomenda a elaboração de um edital para aquisição de pequenos animais, como caprinos, galinhas de capoeira (caipiras) etc. para serem distribuídos exclusivamente para mulheres, considerando suas especificidades.

Como plano de fortalecimentos das aquisições dos beneficiários, é necessário otimizar o uso dos rendimentos das aplicações financeiras e de sobras de recursos no âmbito dos convênios, relativos a contratos que tiveram preços menores que os orçados no Plano de Trabalho.

A missão recomenda otimizar esses recursos com complementação das ações em andamento, a exemplo da Associação Comunitária do Sítio Cajueiro, município de Pocinhos, Convênio 38/2016, cuja atividade é o artesanato e foi construído espaço físico para a produção e comercialização, mas que a especificação técnica da obra não contemplou proteção para a vitrine e janelas de vidro e nem para a instalação de cisterna, tendo a associação recurso disponível do convênio que pode ser utilizado para essas melhorias. A missão recomenda que esses itens sejam brevemente especificados e que seja realizada, na medida do possível, uma única licitação, e, que para todos os demais casos que assim se assemelham, seja dado o mesmo tratamento.

6. Revisão do progresso da implementação do Plano de Aquisições

A missão constatou que as aquisições do Projeto de forma geral deram um salto considerável em relação à última missão realizada em agosto de 2017, com progressos tanto no âmbito da UGP, por meio da Central de Licitações e da Comissão Especial de Licitações da SEIRHMACT, quanto no âmbito dos convênios produtivos. O Projeto, com a nova gestão, está alcançando em curto prazo patamares muito positivos de execução, a considerar os contratos que estão sendo oficializados neste período e que demandam, para não prejudicar os beneficiários, de um prazo além do término do projeto, previsto para dezembro de 2018, sendo de extrema necessidade para não se perder o que já foi pactuado, um aditamento de prazo para o PROCASE. Grande parte deste progresso pode ser conferido na tabela do item 4 deste Anexo 03.

Além das aquisições previstas, houveram progressos com os contratos para serviços de assistência técnica, conforme segue:

- O edital de Assistência Técnica n.º 01/2016 foi aditado com as organizações EMATER, COOPTERA, IDS e SENAR até agosto de 2018. As contratadas EMATER e SENAR integravam o CEGIP – Comitê Gestor do PROCASE e na missão anterior o FIDA solicitou que se desligassem para assumir os contratos de forma a não configurar conflito de interesses. Foi solicitado ao Projeto que, antes que efetivassem os contratos enviassem ao FIDA a comprovação do desligamento das organizações do CEGIP, mas isso não ocorreu e somente na missão atual, por solicitação, foram apresentados os respectivos documentos. Em virtude das aquisições atuais do PROCASE, é necessário que esses contratos sejam

novamente aditados, considerando a importância desses serviços para os beneficiários e a necessidade de aditar o prazo do Projeto para finalizar as atividades em curso.

- O outro edital de Assistência Técnica n.º 01/2017 foi licitado. Durante a missão foi emitida não objeção às minutas contratuais com as vencedoras EMATER e PATAC. Esses contratos atenderão ao processo de ampliação da estratégia aos diversos assentamentos existentes na área de atuação do PROCASE, bem como o atendimento aos 55 grupos produtivos identificados nas audiências do Orçamento Democrático, tendo como foco prioritário mulheres, jovens e quilombolas. Este edital possui previsão contratual de 01 (um) ano, o que indica encerramento em abril/2019. Esse período perpassa o prazo de encerramento do PROCASE. Porém é de suma importância para o atendimento dos beneficiários FIDA, denotando grande necessidade de se estender o prazo do Projeto para finalizar com êxito as ações atuais, que foram anteriormente penalizadas por uma má gestão, hoje regularizada com a substituição da Coordenação do Projeto.

Diante dos progressos alcançados pelo Projeto, é de suma importância para o atendimento dos beneficiários FIDA que se estenda o prazo do Projeto para finalizar com êxito as ações atuais e se atingir as metas previstas, que foram anteriormente penalizadas por uma má gestão, hoje já regularizada com a substituição da Coordenação do PROCASE.

7. Sistema Nacional de Aquisições e Contratações

Aquisições e Contratações do Sistema Nacional aplicar-se-ão subsidiariamente às normas e regulamentos do FIDA, devendo sempre prevalecer o atendimento das Diretrizes FIDA. O método nacional Pregão Eletrônico e adesão de suas atas podem ser aceitos, mas deve-se primar pela utilização dos métodos previstos nas Diretrizes FIDA, que trazem a segurança jurídica necessária ao Acordo de Empréstimo. Métodos nacionais que divergem da regra FIDA e do estabelecido no Plano de Aquisições aprovado pelo FIDA, devem ser submetidos à consulta prévia para verificação de viabilidade e aceitação por excepcionalidade. As licitações realizadas no âmbito do PCT/PNUD seguem as regras do organismo de cooperação técnica por assim ter sido definido no desenho inicial do Projeto, mas devem zelar pelo atendimento de critérios que promovam contratar os profissionais e organizações melhores qualificados principalmente por experiência, conforme preconizam as Diretrizes FIDA, sendo:

- Para Consultorias de Empresas: 80% experiência e 20% preço – nota de corte de 70 pontos.
- Para Consultorias de Pessoas Físicas: 70% experiência e 30% formação – nota de corte entre 60 ou 70 pontos.

8. Cumprimento de cláusulas contratuais

O Plano Operativo Anual, o Plano de Aquisições e o Relatório de Progresso não foram entregues no prazo previsto, mas sim durante a missão de supervisão, quando passaram por revisão da equipe FIDA e foram aprovados condicionados ao atendimento das recomendações de ajustes. A missão recomenda proatividade na elaboração desses documentos, em tempo hábil, para não ocorrer mais atrasos.

O Projeto não iniciou o certame para contratação de Auditoria Independente com a devida antecedência, correndo o risco de novamente não atender ao prazo de entrega do Relatório de Auditoria ao FIDA, que vence em 30/06/2018. O certame de SMC – Seleção pelo Menor Custo está em fase de análise de propostas. Considerando os demais prazos para findar o certame, realizar a contratação e a empresa vencedora executar os serviços, a previsão de envio do relatório de auditoria ao FIDA, considerando que não haja problemas e que a empresa execute os serviços com proatividade, será por volta de 15/06/2018. A missão recomenda realizar os certames para contratação de auditoria, ou realizar trâmites de renovações de contratos quando assim for possível, até o mês dezembro de cada ano, para que a execução contratual inicie no máximo até fevereiro do ano subsequente.

Há equipe-chave oficialmente designada por meio de publicação no Diário Oficial, com responsáveis para cada um dos componentes do Projeto.

A missão registra que foram parcialmente cumpridas as seguintes cláusulas:

- Contratação do software contábil para a gestão financeira – ainda em andamento.
- Disponibilidade em quantidade e oportunidade da contrapartida e orçamento – ainda não suficiente.
- Adequada guarda dos documentos – ainda é necessário atenção aos documentos de licitações, contratações e prestações de contas dos beneficiários, que ficam em pastas suspensas separadas e não estão instruídos nos processos administrativos de seus respectivos convênios.

- Cláusulas de combate à fraude e à corrupção – alguns contratos no âmbito dos convênios com os beneficiários não contemplam as cláusulas.

9. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação

De forma geral os processos de licitações e respectivas documentações estão em conformidade com os seus respectivos métodos. Porém, especial atenção deve ser dada aos processos dos convênios com os beneficiários. Em diálogos com as equipes envolvidas com as licitações dos beneficiários, foi identificado que há diversas questões que precisam ser esclarecidas de forma a proporcionar agilidade na execução. Em apoio ao Projeto a missão realizou no dia 15/03/2018 uma oficina sobre “Aquisições, Contratações e Prestações de Contas no âmbito dos Convênios com os Beneficiários”, com a participação das equipes da UGP de Licitações e de Prestações de Contas, dos técnicos de ATER e contratados via IICA que tratam desses temas em campo, de forma a promover um diálogo direto na identificação dos problemas existentes com foco na resolução eficiente. O momento também oportunizou explicar sobre a política do FIDA em relação aos beneficiários e a tirar dúvidas sobre a condução dos certames, gestão dos contratos e ações de prestação de contas.

Diante dos pontos discutidos na oficina, a missão recomenda que com o apoio das URGP e dos prestadores de assistência técnica, seja feito um levantamento dos problemas que podem estar impactando a execução, seja necessidades de apostilamentos, de aditivos ou outros, de forma a identificar as associações que demandam maior apoio, para então se definir equipes de força tarefa para regularizar as pendências com maior agilidade.

De início, durante a oficina, foram registradas dúvidas sobre apostilamentos e aditivos. Isso em razão de itens mal redigidos que estão previstos no plano de trabalho de determinado convênio, indicando muitas vezes direcionamentos de marca, o que é proibido em licitações, dentre outros casos.

Diante dessas situações é de suma importância uma força tarefa da área de licitações para verificar se realmente o que está definido nos Planos de Trabalho que ainda não foram licitados está coerente com as regras de licitações e contratos, ou seja, se não há direcionamento de marca, ou se em um único processo de licitação não estão agrupados itens de diferentes fornecedores etc.

Diante da gama de dificuldades verificadas quanto às prestações de contas e qualidade das documentações dos beneficiários, para garantir que essa etapa seja ágil, a missão recomenda que a área jurídica em conjunto com a equipe de prestações de contas e licitações, promova uma oficina para que de forma objetiva, dentre outros assuntos relevantes tratem dos seguintes temas:

- Quando se deve apostilar um plano de trabalho, o que é necessário e o prazo;
- Quando se deve aditar o convênio por não caber apostilamento, o que é necessário e o prazo;
- Importância da revisão dos planos de trabalho a serem apostilados ou aditados pela equipe de licitações para verificar se não há itens com direcionamento de marca ou mistura de itens de fornecedores diferentes em uma única licitação.
- Como se deve enviar a prestações de contas, informando todos os documentos obrigatórios e as informações que devem conter e meios de se obter as informações;
- Detalhamento da cartilha de prestações de contas e explicações necessárias;
- Detalhamento do memorando sobre o uso dos rendimentos pelos projetos produtivos e qual forma eficiente de se utilizar esses recursos.

Para fortalecer a necessidade da força-tarefa, em 19/03/2018 a missão realizou uma reunião com os representantes das organizações contratadas de Assistência Técnica e foi reforçada a necessidade de identificação desses gargalos na execução dos convênios, principalmente sobre a questão de licitações atrasadas, das prestações de contas que precisam ser agilizadas, bem como sobre a montagem das equipes de força tarefa para resolução tempestiva dos problemas identificados.

10. Outros assuntos relevantes

Durante a missão foi lembrado que o período de defeso eleitoral das eleições municipais, de acordo com a Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), não afetaria a celebração dos Planos de Negócios, uma vez que não há transferências a prefeituras municipais e o Projeto é fruto de uma obrigação formal preexistente para execução de atividades em andamento e com cronograma prefixado, conforme previsto no artigo 73 descrito abaixo:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

VI – Nos três meses que antecedem o pleito:

*a) **realizar transferência voluntária de recursos** da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;*(grifo nosso)

Durante as visitas a campo foi verificado que as placas de identificação dos projetos produtivos possuem a logomarca do IICA. Em virtude do IICA atuar no PROCASE como agência executora cooperante por meio de um PCT cujos recursos são do Projeto, e que para realizar a execução das atividades previstas no PCT há uma remuneração por taxa percentual sobre os serviços prestados, não realizando investimentos próprios junto ao Projeto, a missão solicita que as placas de identificação dos Projetos Produtivos tenham somente as logomarcas do Governo, do Projeto e do FIDA, podendo a disposição de ordem ser conforme manual de Identidade Publicitária Unificada do Estado da Paraíba. Obviamente que a logo do IICA deve permanecer nos termos de referência, nos documentos de licitações e nos contratos no âmbito do PCT, sempre havendo reporte ao Acordo de Empréstimo, ao Governo e ao FIDA.

É necessário que ao término da missão do FIDA seja realizado uma reunião com as equipes do PROCASE para leitura do Memorando e de seus Anexos, de forma a proporcionar que todos tenham conhecimento dos resultados da missão e das recomendações, que se fazem urgentes de providências.

Appendix 4: Technical background analysis

APÊNDICE 4A: BREVE ANÁLISE SOBRE OS PROJETOS PRODUTIVOS E NOVAS AÇÕES DO PROCASE

Situação geral do Componente: em relação a missão de supervisão concluída em agosto de 2017, foi possível identificar avanços importantes neste componente do Projeto durante esta missão. Parte dos avanços puderam ser constatados na prática durante as visitas de campo, onde os investimentos realizados por meio dos projetos produtivos, juntamente com as primeiras ações realizadas pelas entidades de AT, permitiram melhorar as condições para produzir e em alguns casos já melhorar as possibilidades para geração de renda.

As informações financeiras apuradas durante a missão demonstraram que dos 90 PP referentes aos Editais 2013/2014 e 2015, 93,5% dos recursos já foram repassados para as associações, significando um aumento de 64,5% em relação a missão de supervisão anterior.

Informações financeiras dos 90 PPs*					
Valor total dos convênios (c/ aditivos) (R\$)	Concedente FIDA/GOV (R\$)	Contrapartida dos beneficiários (R\$)	Valor repassado para as associações (R\$)	Saldo a ser repassado (R\$) e comprovado	Executado pelas associações (R\$)
13.547.860,29	11.955.013,33	1.592.846,96	11.179.528,52	775.484,81	2.358.668,38

*Elaborada a partir de informações fornecidas pelo Procasse

Com os recursos em conta, as associações estão iniciando as aquisições e por isso, no momento da missão identificou-se que somente 21,1% do recurso repassado foi executado, ou seja, o item (bem ou serviço) foi licitado, contratado, entregue, o processo de pagamento realizado e finalmente o pagamento ao fornecedor efetuado. Apesar de já ter sido realizado um número considerável de licitações para os 90 PPs, ainda existem situações que dificultam que o nível de execução no campo seja realizado no curto prazo. Os principais fatores que estão sendo encontrados e que, em alguns casos estão imputando dificuldades na execução dos convênios são os pedidos de apostilamento e necessidade de aditivos, em particular para o uso dos recursos de rendimento. Verificou-se que no caso de apostilamento (maior parte do problema) o prazo médio para tramitar o processo é de 30 dias e no caso de aditivo de valor o prazo pode ser ainda maior. Para evitar que estes problemas sejam tratados como imprevistos, a missão recomenda que o PROCASE se antecipe a eles, através de uma rápida revisão nos PPs que ainda possuem metas que não foram licitadas e proceda com a identificação e tratamento dos problemas conforme o caso. A missão considera importante a realização de uma força tarefa para que as URGPs concluam rapidamente esta revisão e encaminhem os processos para a UGP até **13/04/2018**.

Ações com cooperativas: encontram-se concluídos e conveniados os Planos de Trabalhos com as cinco cooperativas⁵, cujo valor total a ser repassado é de R\$ 1.548.500,00. O PROCASE financiará a implantação de quatro sistemas de energia fotovoltaica e a aquisição de um caminhão com baú frigorífico.

⁵ Cooperativas beneficiárias das novas ações: Cooperativa Agroindustrial do Seridó e Curimataú Paraibano Ltda. – COOASC, Cooperativa de Avicultura de Galinha Caipira e Agricultura Familiar do Estado da Paraíba Ltda. – COOPEAVES, Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. – CAPRIBOM, Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras Ltda. - ARTEZA, Cooperativa de Pescadores, Aquicultores e Agricultores e Familiares de Camalaú e Região.

Informações financeiras das 5 cooperativas				
Cooperativa	Finalidade	Valor Total (R\$)	Concedente FIDA/GOV (R\$)	Contrapartida dos beneficiários (R\$)
ARTEZA	Sistema fotovoltaico	334.750,00	325.000,00	9.750,00
CAPRIBOM	Sistema fotovoltaico	358.955,00	348.500,00	10.455,00
COOPEAVES	Sistema fotovoltaico	298.700,00	290.000,00	8.700,00
COOASC	Sistema fotovoltaico	298.700,00	290.000,00	8.700,00
COOPESCAF	Caminhão c/ baú refrigerado	303.850,00	295.000,00	8.850,00
Valor Total (R\$)		1.594.955,00	1.548.500,00	46.455,00

Os PPs financiados pelo PROCASE não apresentam grande diversificação de atividades produtivas. A criação de pequenos ruminantes envolve 56,7% das atividades (51 PPs), seguido do artesanato e unidades de beneficiamento de alimentos, com 13,3% cada.

Atividades produtivas apoiadas pelo PROCASE		
Atividades Produtivas	Quantidade	%
Apicultura	1	1,1
Artesanato	12	13,3
Artesanato e Caprinovinocultura	1	1,1
Artesanato em pedras	2	2,2
Canteiro produtivo	1	1,1
Caprinocultura	36	40,0
Caprinovinocultura	5	5,6
Cotonicultura	1	1,1
Cozinha comunitária	1	1,1
Fruticultura	6	6,7
Unidades de beneficiamento (mel, frutas e leite)	12	13,3
Ovinocultura	10	11,1
Outros	2	2,2
Total	90	100

Apesar de não envolver uma grande variedade de atividades produtivas, os 90 PPs estão de alguma forma envolvidos com obras civis, sejam elas para construções novas ou reformas. Durante a última missão de supervisão o FIDA havia identificado inúmeras dificuldades, que na época estavam relacionadas, principalmente com a ausência dos projetos executivos, necessidade de aditivos de valor e licença ambiental. Superados esses problemas o PROCASE vem atuando para licitar e executar essas obras, entretanto os resultados ainda não são os mais satisfatórios, já que 48,9% (20) dos PPs ainda não tiveram as obras iniciadas e apenas 14,6% foram concluídas.

Situação das obras civis dos PPs – construção e reforma		
Status atual	Nº de PPs com obras	%
A ser licitada	4	9,8
Em processo de licitação	2	4,9
Licitada com construção não iniciada	7	17,1
Aditivo e apostilamento	3	7,3
Outros problemas (indefinição, falta de documentos como escritura de terreno, etc)	4	9,8
Execução até 25%	5	12,2
Execução entre 25% e 50%	3	7,3
Execução de 50% até 75%	4	9,8
Acima de 75%	3	7,3
Concluídas	6	14,6
Total	41	100

As obras que envolvem unidades de beneficiamento de alimentos apesar de serem mais complexas e demoradas são estratégicas para fortalecer importantes cadeias produtivas, como a do leite de cabra, fruticultura e apicultura. Nesse sentido, a prorrogação do prazo do Projeto por mais um ano será de extrema importância para que as obras sejam devidamente concluídas e que as entidades prestadoras de AT tenham tempo suficiente para apoiar os beneficiários na obtenção das licenças necessárias, na operacionalização das unidades e nas questões organizativas em geral, incluindo as que estão atreladas com o acesso à mercado e a comercialização.

Situação das obras civis com unidades de beneficiamento de alimentos			
Tipo de obra	Unidades de Beneficiamento de Alimentos		
	Quantidade	Concluídas	% de concluídas
Construção	11	3	27,3%
Reforma	4	1	25,0%

No mesmo nível de importância das unidades de beneficiamento de alimentos está o artesanato que envolve obras de reforma ou construção nova em 13 PPs. Neste caso, a execução das obras estão mais adiantadas, pois a maioria já foi iniciada, duas já foram concluídas e as demais tem previsão para serem finalizadas até outubro deste ano. Neste caso, poder trabalhar com esses grupos durante o ano de 2019, provendo serviços de AT adequado, proporcionará o alcance de melhores resultados para os beneficiários e beneficiárias.

Como são vários tipos de problemas que envolvem execução das obras civis, o FIDA solicita ao PROCASE que apresente um plano de ação demonstrando com objetividade a previsão de prazo para início e final das obras não iniciadas, bem como uma data limite para que as associações que ainda apresentam pendências possam solucioná-las, sob pena de terem os convênios cancelados. O FIDA solicita que este documento seja apresentado até **13/04/2018**.

Sobras de recursos e utilização de rendimentos: em decorrência do atraso na implementação do Projeto, a maior parte dos 90 PPs deverá ter ao final da sua execução algum saldo de valor em conta corrente proveniente de rendimentos de aplicação financeira. Além disso, é possível que em alguns casos haja uma sobra de parte do recurso original, seja pela realização de aquisições com valores mais baixos ou por meta que por algum motivo não tenha sido licitada. Considerando que a utilização desses recursos só poderá ser feita após a prestação de contas final dos convênios, o FIDA orienta que o Procasse adote os seguintes procedimentos e critérios:

- iii. Que todos os convênios dos 90 PPs tenham sua prestação de contas finalizadas até o dia **15/12/18**. O FIDA sublinha que o Procace já pode iniciar a prestação de contas e proceder com o uso dos recursos de vários PPs que já tiveram os recursos implementados, portanto a data informada é para que os PPs mais atrasados possam ser concluídos adequadamente;
- iv. Que o plano de trabalho de cada PP seja elaborado com apenas uma meta a fim de simplificar o processo de aquisição e que o prazo para execução da meta seja de no máximo um trimestre. Para viabilizar essa operação, o FIDA solicita que todos os planos de trabalho para uso das sobras e dos rendimentos estejam concluídos até no máximo **30/12/18**. Conforme esclarecido em outras missões do FIDA, com o Procace, a utilização dos rendimentos deve guardar relação direta com a atividade produtiva do PP.

Edital 2016: diante da exposição de motivos registrada no memorando da missão de supervisão passada, o Procace planejou atender 55 comunidades, financiando em cada dois conjuntos de ações compostas por poço tubular, cata-vento, kit de irrigação e meio hectare de palma. Durante esta missão foi sugerido ao Procace que as ações propostas sejam ampliadas, conforme informações apresentadas no item C4, sobre o edital 2016. Desta forma, o FIDA solicita ao Procace que apresente até 13/04/18 uma revisão da proposta inicial, juntamente com uma memória de cálculo.

Sobre as novas ações: durante a missão foi possível verificar que os projetos de apoio às atividades de forragicultura e a produção agrícola mecanizada e de recuperação e/ou substituição de sistemas de irrigação em nove municípios do Médio Paraíba, no Cariri Paraibano estão em fase final de contratação. Tanto o FIDA como o PROCASE consideram importante que a gestão desses projetos seja realizada com a participação direta da EMATER.

Mercado e Comercialização: durante as visitas de campo foi possível constatar diversas práticas utilizadas pelos agricultores para acessar mercado e realizar a comercialização de parte do que produzem. A venda ocorre da forma tradicional, com atravessadores, feiras locais tradicionais e agroecológicas, por encomendas (artesanato), para o mercado institucional (PAA e PNAE), entre outras formas como nas bodegas e Casa da Economia Solidária (ação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano). Sem dúvida, ainda há muito por fazer nesse temática, entretanto cabe ao PROCASE articular com as entidades prestadoras de AT que dediquem parte do tempo delas para capacitar e orientar os agricultores e agricultoras a acessarem da melhor forma possível os diferentes canais de comercialização.

É muito importante que as ATs planejem ações específicas para os grupos de mulheres envolvidas com o artesanato em renda renascença e também com os grupos das unidades de beneficiamento de alimentos. Estas atividades requerem maior experiência dos grupos, tanto sob o aspecto organizativo como da gestão.

Nos PPs onde for identificada a necessidade de alguma aquisição que possa contribuir para melhorar a comercialização dos produtos (barracas de feira, contentores, balanças, fardamentos, materiais de divulgação, etc) sugere-se avaliar a possibilidade de usar os rendimentos gerados pela aplicação do recurso principal.

Sustentabilidade Ambiental: As atividades dos PPs estão sendo implementadas numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, sempre buscando o uso racional dos recursos (como a água nos sistemas de irrigação), a valorização das espécies e da vegetação nativa e a proteção dos solos. Esses aspectos fundamentais estão incorporados no trabalho das entidades de AT. As Unidades de Aprendizagem (UA) instaladas pelo Projeto são lugares estratégicos para continuar introduzindo e desenvolvendo práticas sustentáveis que poderão ser reproduzidas nas unidades familiares.

Está prevista a instalação de aproximadamente 50 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAF) repartidos na área do Projeto. Está em curso a contratação de uma empresa que vai assumir a implantação desses SAF. Numa perspectiva de complementaridade e de agilidade na execução, a missão recomenda que os SAF sejam implantados quando possível, juntos com outras ações do Projeto já existentes como as UAs, os campos de palma, determinados projetos produtivos, sendo que um dos objetivos desses SAF é contribuir na construção de novas práticas e referências. A divulgação dos resultados será importante e parceria com o Programa Semear Internacional poderá ser relevante neste sentido.

Além desses aspectos vinculados com o uso dos recursos naturais, o Projeto tem ficado bastante atento para atuar dentro da legislação ambiental em vigor. O FIDA destaca a importância de manter essa forma de atuação até a conclusão de todos os PPs.

APÊNDICE 4B – SOBRE A ASSESSORIA TÉCNICA

1. Sobre a estratégia de intervenção do PROCASE e o sobre o papel Assessoria Técnica nesta estratégia

Cabe lembrar, sempre, que Assessoria Técnica (AT) é um ponto de destaque dos projetos de desenvolvimento sustentável apoiados pelo FIDA no Nordeste brasileiro, que deveria caracterizar a estratégia de intervenção destes. Desta forma, o FIDA entende que a função da assessoria técnica (AT) também é crucial para o trabalho do Projeto PROCASE.

Mas, para situar o que deveria ser o papel da AT, é necessário entender como é que o PROCASE está trabalhando para chegar junto aos beneficiários e às beneficiárias. Por isso, na seção a seguir explicitaremos a estratégia de ação do PROCASE.

2. Sobre a estratégia de ação do PROCASE.

A ação do PROCASE junto às famílias beneficiárias/comunidades está centrada basicamente na realização de investimentos nas comunidades / assentamentos, visando criar ou reforçar oportunidades de produção e geração de renda. Esta ação é conduzida principalmente pelo Componente 2 de Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercados (que conta com 80% do orçamento do Projeto).

Inicialmente o único instrumento que definia quais eram estes investimentos a serem realizados junto às famílias / comunidades era o Plano de Negócios ou Plano Produtivo.

Em 2015, ao aderir o PROCASE ao Plano Emergencial de enfrentamento dos efeitos da estiagem do Governo do Estado, o Projeto passou a trabalhar também de outra forma. Nesta segunda vertente, o PROCASE passou a implantar um pequeno conjunto padrão (definido sem qualquer envolvimento dos beneficiários) de investimentos que inclui uma obra hídrica de pequeno porte (barragem subterrânea com cacimbão ou poço tubular com o respectivo equipamento de bombeamento) e uma área irrigada de palma. Além de oferecer uma resposta aos efeitos da estiagem, esperava-se também que este segundo formato, bastante ‘top-down’ na sua metodologia, permitisse acelerar a implementação do PROCASE

Temos então que, atualmente (03.2018), a estratégia de intervenção do Projeto segue dois eixos principais – o dos Projetos Produtivos (PPs) e aquele os Planos Emergenciais.

3. A ação da AT junto aos grupos/ comunidades atendidos com PPs

No caso dos investimentos serem por meio de um Projeto Produtivo, a AT deve ter um papel central no processo de elaboração do PN de cada grupo/entidade atendido e, depois, realizar a implementação destes PNs. Registre-se que é o conjunto deste processo (elaboração e implementação) que deveria ser campo de trabalho do serviço de Assessoria Técnica provido pelo Projeto.

Neste caso, torna-se necessária a realização de três etapas sequenciais e interligadas: i) seleção dos grupos/famílias com os quais irá trabalhar o Projeto; ii) elaboração e aprovação do Projeto Produtivo (PP), cujo conteúdo varia segundo as condições e desejos do grupo; iii) implementação do PP e acompanhamento do início do funcionamento do negócio. Idealmente, o trabalho das etapas ii e iii deveriam ser conduzidos pela mesma entidade / equipe técnica, na medida em que, com isso, esta deveria ter maior familiaridade e também um maior compromisso com o PP.

No PROCASE, nos casos (grupos/comunidades) que se enquadram neste tipo, seguem-se as etapas do roteiro, mas até agosto de 2017 não havia AT contratada para trabalhar com estas comunidades. Isto fez com que fosse a própria equipe do Projeto a conduzir todo o processo, desde a elaboração dos PPs até o acompanhamento da implantação dos investimentos. Dado o número de tarefas necessárias para um bom encaminhamento deste trabalho, não é de estranhar que estas comunidades encontrassem muitos problemas nas diversas etapas do processo. Ao mesmo tempo, e estão em vias de contratação as entidades que deverão acompanhar a implementação e o arranque do PP. Espera-se que para os grupos selecionados em 2016, uma mesma entidade possa elaborar o PP e implementá-lo.

4. A proposta da intervenção tipo ‘Plano Emergencial’ e o papel da AT junto a estes grupos/comunidades

Como foi dito acima, no formato ‘Plano Emergencial’ o PROCASE passou a implantar, em locais (comunidades) escolhidos, um pequeno conjunto padrão pré-formatado de investimentos. Foi dito que os investimentos financiados para os grupos/ comunidades beneficiados do ‘Plano Emergencial’ abrangem a instalação de uma fonte hídrica (poço tubular, barragem subterrânea + cacimbão) à qual está associado

um campo irrigado de produção de forragem. O 'Plano Emergencial' fornece também sementes (raquetes) de palma de variedades resistentes à cochonilha do carmim.

Do ponto de vista do trabalho que deve realizar a AT nestas comunidades (ditas 'do Plano Emergencial'), é importante realçar a seguinte característica: quando comparados às comunidades onde se implementam PPs, nestes casos não há necessidade da etapa (ii) de elaboração participativa da proposta de investimentos, já que o investimento está previamente formatado. Também não há necessidade de acompanhar os beneficiários na realização das aquisições nem na prestação de contas, já que as compras (dos bens e serviços que compõem os investimentos) são realizadas diretamente pelo PROCASE. Assim, a AT entra somente na etapa (iii), quando se trata de acompanhar a implantação física dos investimentos e acompanhamento do início do funcionamento destes.

Cabe mencionar aqui que durante o ano de 2016 houve a contratação da entidade IDS. A equipe desta entidade, embora pequena demais para realizar a atividade de acompanhar 560 grupos/comunidades a contento, de fato teve um papel positivo neste trabalho. Mas este contrato expirou no final de 2016 e somente agora, em março de 2018, é que se tem a perspectiva de ter um acompanhamento dos grupos/comunidades atendidos na modalidade 'Plano Emergencial'.

5. Situação da provisão de AT no momento da Missão de Supervisão de março de 2018

Tendo visto quais são dos tipos de trabalho que a AT deve fazer em função da formatação dos investimentos realizados, nesta seção montaremos um quadro geral dos grupos/comunidades, distribuídos em função do formato dos investimentos e da AT contratada.

Conforme veremos a seguir, a vertente de intervenção com PPs continua trabalhando com os mesmos 90 grupos/comunidades que foram escolhidos entre 2013 e 2015. No que se refere à vertente 'Plano Emergencial', a partir da missão e supervisão do FIDA feita em agosto de 2017 ficou definido que o PROCASE deveria agir para corrigir os problemas encontrados na primeira leva de comunidades atendidas desta forma, além de iniciar outras ações que muito se assemelham com esta última vertente, no sentido de se estruturarem em torno de um conjunto padrão ou pacote de investimentos predefinidos pelo próprio Projeto. Exemplo destas novas ações neste modelo é a proposta orientada aos ribeirinhos do Rio Paraíba (agora 'perenizado'), onde cada beneficiário deve receber implementos para instalar uma área irrigada por gotejamento. Ou seja, ficou acordado nesta data que a vertente 'Plano Emergencial' seria reforçada de maneira significativa no período final do PROCASE.

Na tabela apresentada a seguir são apresentados o número de grupos / comunidades com os quais já o PROCASE já trabalha ou pretende trabalhar, distribuídos em função do tipo de intervenção (tipo PP ou tipo 'Plano Emergencial'). Conforme foi argumentado aqui, o tipo de intervenção determina também o que a AT deverá fazer junto aos grupos/comunidades.

Tabela – Ações do PROCASE, em função do tipo de intervenção.

Ações em curso ou a iniciar	Número	Tipo de ação	AT
Grupos/comunidades selecionados pelos editais 2013/14 e 2015 para elaboração e implementação de PPs	90 grupos / comunidades	Tipo Projetos Produtivos (PPs)	4 entidades de AT, contratadas em agosto de 2017 (edital 2016). AT em curso.
Grupos de mulheres, jovens e quilombolas, selecionados pelos editais 2016	55 grupos / comum.	Tipo 'Plano Emergencial' ⁶	2 entidades de AT contratadas pelo 2º edital de AT (2017). Devem iniciar o trabalho em abril de 2108.
Grupos beneficiários do PROCASE no âmbito do Plano Emergencial	560 grupos	Tipo 'Plano Emergencial'	
Ação produtiva em assentamentos e comunidades quilombolas	160 grupos	Tipo 'Plano Emergencial'	
Kits para ribeirinhos do Rio Paraíba (perenizado)	1.500 famílias	Tipo 'Plano Emergencial'	Ainda não definido

⁶ Inicialmente, estes grupos selecionados pelo edital 2016 deveriam receber Planos Produtivos (PPs). No entanto, na missão de supervisão de agosto de 2017 foi visto que não haveria tempo hábil de realizar o processo completo dos PPs junto a estes grupos até o final do Projeto. Por isso, ficou decidido que estes grupos receberiam investimentos sim, mas numa modalidade do tipo Plano Emergencial.

Assim, no momento da supervisão de março de 2018, a situação encontrada naquilo que se refere à provisão de AT aos grupos trabalhados pelo PROCASE é a seguinte:

- Os 90 grupos/comunidades que receberam ou estão recebendo investimentos na forma de Planos Produtivos (PPs) estão recebendo o serviço de AT prestado pelas quatro entidades (selecionadas por edital em 2016) que foram contratadas em agosto de 2017.
- 775 grupos que já receberam ou vão receber investimentos na modalidade 'Plano Emergencial' deverá passar a ter um acompanhamento da AT das duas entidades que estão em processo de contratação e que deverão iniciar os trabalhos em campo no mês de abril de 2018.

6. Observações sobre a provisão de AT para os grupos/comunidades com PPs

Como já foi assinalado em documentos anteriores, a 'história' das grupos/comunidades, no que se refere aos serviços de AT, é uma história de improvisações e de um atendimento bastante insuficiente. Alguns grupos/comunidades das levas iniciais conseguiram mobilizar uma AT que já trabalhava com eles (por exemplos, alguns assentamentos contaram com o apoio de entidades contratadas, na época, pelo INCRA para ajudar na elaboração dos seus PPs). Mas esta situação *sui generis* de alguns grupos não perdurou e, a partir de 2016, todos os grupos /comunidades com PPs só puderam contar com o apoio das equipes do próprio PROCASE (principalmente das URGPs). Esta situação só se modificou com a entrada em campo das equipes das quatro entidades contratadas em agosto de 2017. O apoio provido pelas equipes do PROCASE, principalmente durante os anos de 2016 e 2017 – até setembro, concentrou-se principalmente no encaminhamento das aquisições previstas nos PPs (quando os recursos estavam disponíveis, o que nem sempre era o caso).

Conforme dissemos anterior mente, a partir de setembro de 2017 a situação mudou. Na primeira atividade dos contratos, o PROCASE buscou garantir uma de orientação destas novas equipes sobre o que elas deviam fazer e também fizeram um 'repasse' da situação na qual se encontrava cada um dos grupos, com seu respectivo PP. O histórico aqui resumido mostra que as entidades contratadas em 2017 se integraram no processo com o 'bonde andando'.

Ficou acertado com estas entidades/equipes que a primeira tarefa que cada equipe foi a de sentar com cada grupo comunitário /associação para fazer um 'diagnóstico' da situação de cada caso, buscando identificar o que era necessário fazer para que o PP possa ser implantado e colocado para funcionar. Assim, foi realizado um planejamento centrado naquilo que a AT deveria fazer junto a cada grupo/comunidade. Estes planejamentos foram registrados em PDEs (Planos de Desenvolvimento do Empreendimento). Estes PDEs deveriam, em princípio, balizar o próprio trabalho da equipe de AT. Mas eles servem também (ou deveriam servir?) como instrumento para o acompanhamento que a equipe do PROCASE deve fazer do trabalho destas equipes contratadas de AT.

A presente missão de supervisão (de março de 2018) aconteceu no momento em que as entidades estavam implementando o PDE de cada um dos 90 grupos/comunidades desta modalidade. Cabe registrar, de início, que nem todas as contratadas estão no mesmo momento de trabalho: enquanto que as entidades IDS, SENAR e COOPTERA já tinham realizado várias atividades constantes nos PDEs, a EMATER apresentava considerável atraso, sendo que as primeiras atividades de capacitação iam ser feitas logo após a visita feita em campo pela missão de supervisão (6 meses após o início do contrato).

Pensando na situação que existia anteriormente (por exemplo, a situação encontrada na supervisão de agosto de 2017), não há nenhuma dúvida de que a situação encontrada na presente missão representa um avanço muito significativo naquilo que se refere à provisão de TA para os grupos/comunidades atendidos pelo PROCASE na vertente PP. Dito isto, cabe também fazer algumas observações críticas, o que será feito a seguir.

Para além de verificar o avanço 'físico' do trabalho das equipes de AT junto a estes grupos/comunidades, a missão teve a oportunidade de consultar uma amostra de PDEs, além de buscar entender qual seria a atuação da AT nas comunidades visitadas. Conforme já foi dito, o conteúdo daquilo que a AT vai realizar junto a cada grupo/comunidade não é definido inteiramente nem pelo PROCASE nem pela equipe de AT. De fato o PROCASE determinou algumas tarefas pré-definidas para a AT – tais como o re-cadastramento das famílias e o acompanhamento das aquisições e da prestação de contas relacionadas ao PP (convênio) assinado entre o Projeto e a associação local. Mas as demais tarefas/atividades da AT junto aos grupos/comunidades deviam ser definidas em comum acordo entre grupo e equipe de AT, em função da do PP e da realidade de cada caso. A missão teve a oportunidade de consultar alguns documentos PDE, além de visitar algumas comunidades. Infelizmente, os PDE produzidos e entregues ao PROCASE deixam a desejar. O principal problema detectado, nos documentos, é que estes não trazem elementos que explicam os motivos pelos quais foram escolhidas as atividades que, de fato, constam em cada plano. O problema que vemos nesta situação é que aumenta as chances de que as atividades que a equipe de AT vai realizar junto a cada grupo não sejam as mais pertinentes.

Nas visitas foi possível observar que em diversos casos há uma 'aderência' da PDE com o tema dominante do PP, embora não estivesse muito claro aonde se quer chegar com as atividades definidas nos PDEs. Para citar um exemplo, as oficinas sobre 'manejo do rebanho' poderão ser bem úteis nos casos nos quais o PP trata deste tema. Em outro caso (um PP de caprinocultura de leite), foi registrada a ocorrência de atividades que não aparecem no PDE, mas que têm total pertinência para a situação daquele grupo/comunidade. Por outro lado, nos chamou a atenção, por exemplo, que a primeira atividade de capacitação, em todas as comunidades que visitamos que tinham a assessoria da EMATER, fosse a mesma 'oficina de associativismo'. Num assentamento visitado pela missão, as lideranças encontradas foram muito críticas quanto à utilidade deste tipo de capacitação. Afortunadamente, a boa relação existente entre assentados/os e técnicos/as que atendem o assentamento deverá permitir que a proposta de oficina seja adaptada ao ponto de ser útil para o grupo.

Em contrapartida, também tivemos a oportunidade de visitar uma associação (de artesãs rendeiras) onde ficou bem claro que vai ser necessário rever substancialmente o Plano da AT (o PDE). Neste caso, nos pareceu que tanto as próprias lideranças da associação, assim como o extensionista escalado para acompanhar este grupo, tinham pouca clareza sobre quais os caminhos possíveis para enfrentar os problemas de acesso ao mercado que são o principal gargalo deste grupo, sendo recorrentes ao se tratar deste tipo de atividade produtiva. Neste caso, um curso de corte e costura mais outro de associativismo (que foram propostos no PDE) não chegarão nem perto de resolver os problemas do grupo.

As observações feitas aqui também dizem respeito à supervisão que as equipes do PROCASE devem fazer das equipes contratadas de AT. Assim, a adequação do trabalho feito por estas equipes à realidade e necessidades dos grupos/comunidades deverá ser sempre um tema a ser observado. Afinal, nunca é tarde para realizar adaptações e mudanças no trabalho feito por estas equipes contratadas.

Finalmente, naquilo que se refere ao tema de AT para os grupos/comunidades da vertente 'PP', cabe lembrar a importância do apoio a ser dado às organizações dos beneficiários no tema da execução dos convênios. As equipes das entidades contratadas já estão ajudando nesta questão (mesmo que alguma delas demorou um pouco para incorporar plenamente esta tarefa), apoiando a labor dos membros das URGPs dedicados a esta tarefa. O tema das aquisições / licitações está próximo de ser encerrado. O próximo desafio será aquele de prestar contas.

7. Observações sobre o trabalho junto aos grupos/comunidades atendidas na modalidade 'Plano Emergencial' e sobre a provisão de AT para estes grupos/comunidades

– A proposta

Pela experiência passada (anos 2015 – 2016), a etapa da implantação dos investimentos previstos nas comunidades na modalidade 'Plano Emergencial' tem se mostrado bastante complexa. Esta implantação tem sido realizada por empresas contratadas pela UGP. Assim, foram contratados o Exército Brasileiro para a perfuração de poços, além de empresas de construção para as barragens subterrâneas, fornecedores de palma e de kits de irrigação e ainda foi contratada uma empresa para a instalação dos kits. A entrada em funcionamento destes investimentos mostrou ser um enorme desafio. Na época, o PROCASE buscou ajuda para enfrentá-lo com a contratação de uma entidade de AT.

Mas a proposta destas ações tipo 'Plano Emergencial' é maior do que apenas a implantação dos investimentos (fonte hídrica, sistema de irrigação por gotejamento, semente de palma). Na realidade, uma parte primordial desta proposta do PROCASE está centrada na ideia de 'campo (irrigado) de sementes forrageiras', buscando apoiar com eles: i) a reconstituição dos campos familiares de palma que foram destruídos pela cochonilha do carmim e pela seca e ii) a implantação de tais campos nas unidades familiares que ainda não os possuem. Estes 'campos', sendo locais privilegiados em termos de condições produtivas, poderiam ser também locais de experimentação com outras espécies forrageiras e alimentares, buscando diversificar mais amplamente a produção das unidades familiares. Em síntese, ressaltaremos aqui que estes 'campos de sementes forrageiras' devem ser a base a partir da qual acontece um processo mais amplo de fortalecimento das unidades familiares de criação animal. Sendo bem sucedido este processo, os investimentos feitos pelo PROCASE junto a estes grupos/comunidades serão um importante reforço econômico para as famílias e a comunidade.

Assim, as tarefas da AT junto aos grupos / comunidades beneficiárias devem orientar-se a partir da proposta mais ampla aqui colocada. Aparentemente simples, a implementação destes 'campos' e as atividades correlatas, colocam diversos desafios para a AT. O primeiro se refere à instalação física e ao funcionamento deste campo como local de produção. Mesmo considerando que as instalações da fonte hídrica e do sistema de irrigação sejam feitas pelos fornecedores contratados, será tarefa da AT trabalhar diversas questões práticas que se fazem necessárias para que esta área irrigada funcione mesmo como 'campo de sementes forrageiras'. Isto inclui, por exemplo, garantir a existência de uma cerca boa, acompanhar o plantio da palma (de repente incluindo alguma(s) outra(s) espécie(s) já desde o início...),

acompanhar o processo de irrigação, ajudando a resolver os ‘pepinos’ desta irrigação e também outros ‘pepinos’, etc.

Mas, uma vez resolvida a questão do funcionamento deste ‘campo’ de produção como fonte de sementes para um grupo / comunidade, colocam-se outros desafios. Assim, uma ‘engenharia social’ deve acompanhar a implantação física da proposta. Isto se torna ainda mais necessário pelo fato de que, em muitos casos, estes ‘campos’ foram (ou serão) instalados numa propriedade familiar na comunidade. Mesmo que acordada a cessão do uso desta área, o risco deste investimento beneficiar apenas uma família é grande. Assim, é importante que o ‘grupo’ ou a comunidade definido/a como o núcleo beneficiário passe a funcionar efetivamente como tal. Isto significa que a ‘engenharia social’ mencionada deve possibilitar, primeiramente, a produção das ‘sementes’, para depois distribuir e plantar as tais ‘sementes’ em outras unidades produtivas do grupo / comunidade. Só assim, a ambição inicial estaria se cumprindo.

- A realidade nos grupos da vertente ‘Plano Emergencial’ (fase 2015-2016) aponta tarefas para as entidades recém contratadas para atender este tipo de situação

No entanto, as conversas mantidas nas visitas feitas nas supervisões de 2017 e 2018 mostraram que os desafios para que esta proposta seja bem sucedida são múltiplos. Em primeiro lugar, viu-se que mesmo sendo feita por empresas supostamente experientes no tema, a própria implantação dos investimentos (perfuração de poços, equipamento destes poços, instalação de kits de irrigação, etc.) não necessariamente transcorre sem percalços. Assim, coube à equipe do PROCASE, e também à equipe do IDS enquanto esteve contratada (durante 2016), fazerem a supervisão do processo de implantação destes investimentos, inclusive para acionar outras instâncias quando isto foi necessário.

Por outro lado, o funcionamento destes ‘campos’ irrigados como fontes de semente de palma (e mais outras sementes) para a comunidade, em muitos casos, ainda não está bem sedimentado. As visitas de campo evidenciaram que, em geral, ainda é tênue a compreensão dos grupos beneficiários sobre os detalhes da proposta dos campos de produção de forragem que estão sendo implantados. Por exemplo, não parece estar muito claro para todos(as) os participantes qual vai ser a função deste campo de palma implantado por meio do Plano Emergencial. Vai ser apenas uma ‘fonte’ de forragem para as famílias beneficiárias? Ou vai ter a função de ser um campo de semente de palma, pensando no fortalecimento dos sistemas familiares da comunidade? Mais amplamente, como é que vão funcionar estes campos?

Embora existam sinais de que os grupos podem funcionar⁷, neste quesito da transformação de uma área pequena, individualizada, numa ferramenta social e econômica mais importante ainda tem muito por fazer em praticamente todos os casos. A ‘engenharia social’ que deve acompanhar a implantação física da proposta ainda precisa ser desenhada e socializada com todos os beneficiários. Desta feita, aqui registrada uma tarefa central ‘urgente’ para as equipes de AT que estarão iniciando o seu trabalho em breve (atendendo a estes grupos/comunidades). É importante lembrar que a irradiação dos produtos (‘semente’ de palma, mudas, outras sementes) destes ‘campos’ é um passo fundamental para o sucesso desta iniciativa na comunidade. É importante lembrar que, neste ponto, não basta apenas distribuir as ‘sementes’: o mais importante é a multiplicação das áreas de produção forrageira, de forma a que o maior número possível de famílias da comunidade seja contemplada. Fazer com que isto aconteça deverá ser uma importante tarefa para as equipes de AT que comecem agora a trabalhar nestas comunidades.

- A proposta para os ribeirinhos do Rio Paraíba

Por fim, diremos que o PROCASE ainda assumiu um compromisso com os/as agricultores/as familiares ribeirinhos de Rio Paraíba. Ainda é necessário um trabalho bastante árduo em torno desta proposta, que foi apresentada à equipe de supervisão do FIDA como uma iniciativa que visava propiciar uma adaptação / modernização dos sistemas de irrigação já existentes nas margens do Rio Paraíba (que vem de ser perenizado), buscando a instalação de sistemas de irrigação mais eficientes no uso da água. A primeira tarefa que cabe à equipe do PROCASE é aquela de identificar claramente o público beneficiário. Depois será necessário definir qual vai ser a propostas de ação concreta do PROCASE para este público dos pequenos irrigantes. Finalmente, uma vez definido o que o Projeto vai fazer, vai ser necessário definir qual vai ser a AT que terá a responsabilidade de implantar esta proposta. A missão do FIDA foi informada que a entidade que assumirá este trabalho será a EMATER. Resta colocar no papel como vai ser feito este trabalho.

⁷ Por exemplo, cabe registrar que o cercamento das áreas – considerado como ‘contrapartida’ dos grupos – que poderia constituir um obstáculo, não parece ser um problema, pelo menos a partir do que foi observado na pequena amostra dos grupos visitados durante as missões mencionadas.

APÊNDICE 4C – ACESSO À ÁGUA E PLANO EMERGENCIAL

As atividades do PROCASE que viabilizam o acesso à água são a construção de barragens subterrâneas, a perfuração e instalação de poços tubulares, a distribuição de kits de irrigação, a construção de barragens convencionais e a instalação de dessalinizadores. Estas atividades estão inseridas nos componentes “4.2. Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado” e “4.3. Gestão Ambiental e Convivência com o Semiárido”, inicialmente a partir dos Planos Produtivos e que foram incrementadas pelo Plano Emergencial (Plano emergencial para amenizar os efeitos da estiagem no Cariri, Seridó, Curimataú e Médio Sertão) (PE) de junho de 2015, atualizado em janeiro de 2017, com complementações no final de 2017 de novas ações do PROCASE).

Conforme enunciado no Manual de Implementação do PROCASE (de junho de 2017), no item 4.2 (Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado) “... os investimentos produtivos deverão primar pelo uso e disseminação de tecnologias adaptadas à convivência com o semiárido (**o que inclui, necessariamente, acesso à água para consumo humano, animal e para produção, garantia de forragem, resguardo e repasse de sementes crioulas, recuperação de mananciais, reflorestamento e outras ações pertinentes**).”

Já no item 4.3 (Gestão Ambiental e Convivência com o Semiárido), as atividades previstas são, dentre outras: i) apoio ao **licenciamento ambiental** de empreendimentos categorizados como potencialmente poluidores existentes nos convênios; ii) apoio à **Regularização Ambiental** obrigatória (Lei 12.651/2012) através da realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos imóveis rurais associados aos convênios, e da extensão florestal para o Programa de Regularização Ambiental (PRA), quando se fizer necessário; iii) apoio na solução de problemas ambientais diversos (degradação do solo, desflorestamento, contaminação ambiental, **reuso de água**, gestão de resíduos sólidos, etc.) existentes nos projetos executados nos convênios; iv) apoio no fortalecimento da cadeia produtiva **da viveiricultura e da restauração florestal**, tanto quanto a assessoria técnica com a articulação com potenciais mercados; e v) apoio a disseminação da tecnologia de sistemas lavoura-pecuária-floresta (**ILPF**) com o objetivo de fortalecer as atividades agropecuárias associadas a convivência com o semiárido e conservação da paisagem natural.

O PE, de junho de 2015, se propõe a “... *implantar de forma emergencial um conjunto de ações de convivência com o semiárido no intuito de amenizar os efeitos da estiagem junto aos agricultores/as que vivem nos 56 municípios de atuação do PROCASE*”.

O Plano, orçado em 37 milhões de reais, visa atender diretamente 5.600 famílias, beneficiando cerca de 30.000 pessoas com ações que buscam fortalecer e implantar, em caráter de urgência e emergência, alternativas de convivência com o semiárido, utilizando tecnologias existentes e já vivenciadas pelos/as agricultores/as com foco em **construção de reservatórios para captação e armazenamento de água, garantindo a segurança hídrica, a exemplo de cisternas-calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, perfuração de poços tubulares profundos e amazonas**, além de produção de palma resistente a cochonilha do carmim e utilização de energias sustentáveis.

Seus objetivos específicos são: i) implantar em conjunto com as comunidades rurais, tecnologias para **captação e distribuição racional e sustentável de água para consumo humano, animal e vegetal**; ii) realizar atividades formativas de conscientização dos agricultores/as sobre **gestão e uso consciente e racional da água**; iii) ofertar meios de produção de forragem que utilizem **baixo consumo de água**; e iv) aumentar a renda familiar dos/as beneficiários/as, **diminuindo a necessidade de compra de água**.

Prevê a implantação de 560 campos em áreas coletivas de produção de forragem, onde 280 são para poços artesianos e 280 de barragens subterrâneas, e um total de 5.600.000 raquetes de palma forrageira (10.000 raquetes/campo, irrigado por gotejamento). **A água** dos poços, seja dos “amazonas”, artesianos ou tubulares, servirão para **consumo humano, animal e vegetal**. O poço “amazonas” estará atrelado à barragem subterrânea, para que, por meio de bombeamento realizado por energia solar, a água captada seja direcionada ao plantio desejado na área de intervenção da barragem.

Nas comunidades onde houve a perfuração dos poços que resultaram em vazões suficientes bem como as barragens subterrâneas com capacidade de reservação de água, a área irrigada foi planejada para ser suprida a partir de sistema de bombeamento com energia solar.

Ainda o PE previu a construção de cinco barragens de terra ou convencionais nos municípios de atuação do PROCASE (Livramento, São Vicente do Seridó, Serra Branca, Pedra Lavrada e Tenório). A de Serra Branca não foi considerada pelo Projeto por estar fora da sua área de atuação.

As metas estabelecidas para o Plano foram: i) implantar **560 campos de produção vegetal** de palma, mandacaru e outras espécies forrageiras; ii) instalar **560 kits de irrigação** fotovoltaicos nos campos de produção; iii) construir **280 barragens subterrâneas** e poços amazonas; iv) perfurar e instalar **280 poços tubulares** profundos; v) beneficiar **5.600 famílias** de agricultores familiares; e vi) construir **5 barragens** de terra em cinco municípios de atuação do PROCASE.

Em janeiro de 2017, o PE foi ajustado, tendo como *Investimentos e Foco de Atuação*: i) **barragens**: construção, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, de 04 (quatro) barragens de terra ou convencionais; e ii) **investimentos produtivos e recursos naturais**:- implantação de 13 viveiros para produção de mudas nos projetos produtivos; formação de 20 jovens em viveiricultura; formação de 27 jovens em Cadastro Ambiental Rural; e eminência de formação em agroecologia de nível técnico para jovens inseridos nas áreas de intervenção do PROCASE.

As metas estabelecidas foram: i) 50 ha no entorno das barragens com boas práticas de gestão de recursos naturais (inserida nos componentes 02 e 03); ii) 13 jovens viveiristas atendidos/as com bolsas (inserida no componente 01); iii) 01 cooperativa de jovens viveiricultores/as constituída (inserida no componente 01); iv) 04 barragens de grande porte ofertando água para uma população de cerca de 40.000 pessoas (inserida no componente 02); e v) formação de 100 produtores/as para a implantação de 100 SAF/UEP (inserida no componente 01 e 03).

No final de 2017, o Governo do Estado propôs e o FIDA concordou com a ampliação do PE com ações voltadas para a aquisição de kits de Irrigação e à estratégia de apoio às atividades da agricultura agroecológica de base familiar a nove municípios alvo do PROCASE.

As ações previstas são: i) instalação de 338 poços com cata-ventos e kits completos de irrigação por gotejamento; ii) instalação de 123 cata-ventos com kits completos de irrigação por gotejamento; iii) instalação de 60 sistemas de dessalinização; iv) aquisição de fita gotejadora e filtro de polipropileno para 1.500 unidades produtivas; e v) aquisição de patrulha mecanizada.

Das atividades previstas relacionadas à gestão ambiental, 9 dos 13 viveiros foram implantados (2 estão produzindo mudas, 5 estão sendo rebaixados - 3 já rebaixados e 2 em processo, 1 está em implantação e 1 foi implantado porém está com problemas relacionados ao fornecimento de água; 5 unidades de aprendizagem foram implantadas e todas estão funcionando (está sendo implantada mais uma, além das programadas)¹; para o cadastramento ambiental rural estão sendo feitos diagnósticos pelas URPs, devendo ser concluídos dentro de 3 meses (estima-se que 50% das propriedades trabalhadas pelo PROCASE já estejam cadastradas), além das informações a serem fornecidas pelo INCRA, com prazo de conclusão de 100% até o final do ano; dos licenciamentos ambientais em atividades de artesanato com minerais, um está pronto e outro está em fase de conclusão; os Estudos Ambientais das Barragens de terra estão contratados, com prazos de conclusão de 6 meses; e os SAFs que deverão substituir os 50 ha de recuperação dos entornos das barragens estão contratados, com prazo de 6 meses para conclusão.

Obs.: a estratégia de fazer o CAR a partir dos jovens treinados não deu resultado, apesar da realização dos treinamentos, porque os treinando acabaram elaborando os cadastros em propriedades não trabalhadas pelo PROCASE.

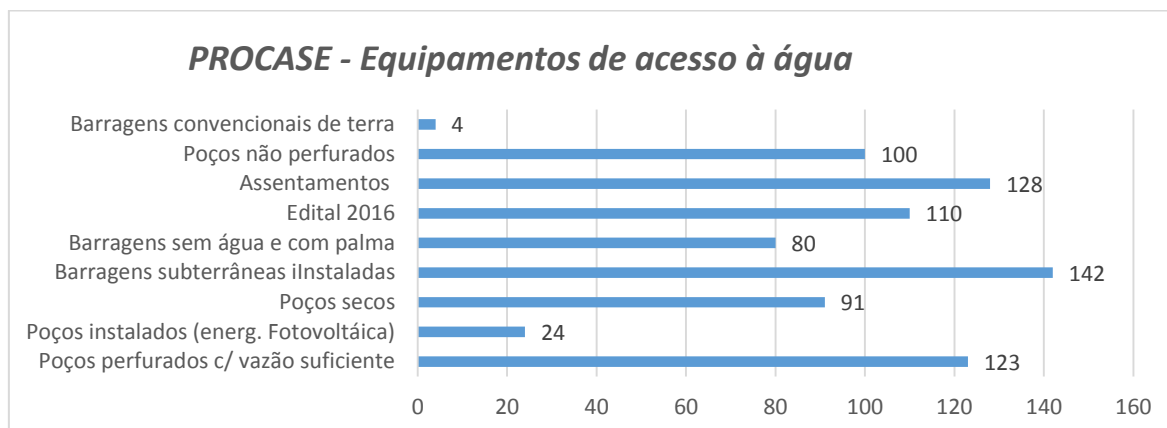
O Quadro e a Figura que seguem apresentam as ações voltadas para o acesso à água do PROCASE.

Quadro Resumo das atividades de acesso à água

Especificação	PP (1)	PE (Jun/15)	PE (Jan/17)	Dez/2017
Barragens convencionais (2)		5	4	
Barragens subterrâneas (3)	9	280		
Poços (perfuração e instalação) (4)	33	280		
Poços (instalação/recuperação)	1			
Poços (perfuração e instalação de cata-ventos) (5)				338
Poços (instalação cata-ventos) (6)				123
Kits de irrigação completos (7)		560		338
Kits de irrigação (filtros e fitas gotejadoras)				1500
Dessalinizadores				60
Cisterna	10			
Tanque de pedra	5			
Captação de água	5			
Sistema de reuso de água	15			

- (1) Todos os equipamentos previstos inicialmente no PROCASE, através dos Projetos Produtivos, num total de 78, foram implantados e estão operando.
- (2) Inicialmente foram previstas 5 barragens convencionais de médio porte, porém uma estava locada fora da área do PROCASE. Três (Cacimbinha, Riacho Fundo e Coronel Jueca) estão praticamente prontas, faltando alguns acabamentos e já com água; a de Porcos teve o maciço danificado por uma forte chuva que ocorreu na bacia e carece de um prazo maior para ser concluída (três meses, se não houver nenhum impedimento). As Licenças de Operação foram prorrogadas até outubro de 2018 e as Licenças de Operação estão sendo providenciadas (prazo de 6 meses para conclusão).
- (3) Das 280 barragens subterrâneas previstas no PE, 142 foram implantadas com reservatório, kit de irrigação com energia fotovoltaica; 80 não receberam reservatórios e kits de irrigação pela ausência de chuvas no período de contrato, no entanto estão programadas para receber palma de sequeiro; e 138 não foram implantadas.

- (4) Dos 280 poços tubulares previstos, 238 foram perfurados. Destes, 91 deram seco; 123 resultaram em vazão suficiente e serão contemplados com cata-ventos e kit de irrigação; e 24, com vazão suficiente, foram contemplados com kit de irrigação com energia fotovoltaica.
- (5) 338 poços serão perfurados e, se apresentarem vazão suficiente, serão implantados cata-ventos, reservatórios e kits de irrigação (licitação em andamento) - (100 comunidades que não foram contempladas inicialmente, 110 do Edital de 2016 - 55 associações), e 128 em assentamentos).
- (6) Em 123 poços previstos no PE e perfurados que apresentaram vazão suficiente serão instalados cata-ventos, reservatórios e kits de irrigação (edital em andamento);
- (7) Dos 560 kits de irrigação previstos no Plano Emergencial, 166 já foram instalados e feitas as medições para o pagamento; 271 (100 poços não perfurados + 91 poços secos + 80 barragens subterrâneas seca) não apresentaram condições para instalação dos kits; e 123 deverão ser contemplados com cata-ventos (edital em andamento). Considerando condições favoráveis nos poços a serem perfurados a partir do edital em andamento (338), haverá um total de 627 kits de irrigação implantados.



A evolução observada, tanto nos tipos de intervenção como nos números das ações relacionadas aos temas “acesso à água” e “questões ambientais”, evidencia a importância dada pelo Governo do Estado da Paraíba aos mesmos, bem como o entendimento do FIDA desta importância.

Com relação aos dessalinizadores, merece destaque a questão da gestão: a manutenção e operação destes equipamentos têm se mostrado de grande fragilidade, levando grande parte dos equipamentos instalados ao não uso. No caso em questão, não foram previstos recursos para a gestão, ficando, *a priori*, a SEIRHMACT responsável pela implantação dos mesmos (obras e equipamentos). Duas alternativas foram analisadas: i) reduzir o número de 60 para 50 e a diferença do valor direcionar para a gestão; e ii) o Governo do Estado assumir a gestão (seja com recursos próprios ou de outros financiadores) e o montante entrar como contrapartida no contrato com o FIDA. Isto necessitará de tratativas urgentes.

Quanto ao andamento das ações propostas no PE e suas complementações, no que toca ao acesso à água, pode-se avaliar: i) no que se refere às barragens convencionais, foram executadas em um prazo bom, com bom acompanhamento pela SEIRHMACT, devendo todas estarem concluídas num prazo de 3 a 4 meses e os estudos ambientais previstos deverão estar prontos em, no máximo 6 meses; ii) apenas 24 dos 280 poços tubulares inicialmente previstos estão completamente prontos (com bombeamento com energia fotovoltaica, reservatório, kit de irrigação e palma plantada), sendo que em outros 166 foram feitas as medições e estão aguardando pagamento; outros 338 deverão ser perfurados e instalados utilizando cata-ventos, e 123 já perfurados deverão também serem instalados com cata-ventos, o que exigirá aproximadamente 8 meses para a conclusão; iii) a distribuição de kits de irrigação para uso produtivo das águas do São Francisco, além da conclusão da licitação, necessitará de uma boa estratégia para seleção dos beneficiários e acompanhamento; e iv) a instalação dos dessalinizadores a partir de poços já existentes com vazões suficientes e água adequada deverá ser acompanhada de uma gestão eficiente sob pena de frustrar todo o esforço e não gerar resultados significativos.

APÊNDICE 4D – M&A – MONITORAMENTO DOS PIs E DAS ASSOCIAÇÕES

Este anexo descreve os principais pontos que o M&A do Procasse deverá abordar para mensuração e definição e da metodologia para o monitoramento dos principais indicadores do marco lógico.

O quadro abaixo destaca alguns indicadores de 1º nível, com alguns pontos importantes para serem considerados no procedimento do dia-a-dia das atividades do monitoramento.

Indicador	O que contabilizar
Meta: 18.500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	<ul style="list-style-type: none"> - Mensurar de forma que não haja repetição de beneficiários; - Não contabilizar 2x os beneficiários das ações do Plano Emergencial e Projetos Produtivos; - Contrapartida ações da EMATER, sem repetição com os beneficiários das ações do Projeto.
C1: 4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades do componente.	<ul style="list-style-type: none"> - Contabilizar todas famílias que foram beneficiadas pela ação; - Contabilizar as famílias da contrapartida da EMATER que foram capacitadas, sem repetição com famílias capacitadas pelo componente.
C2: 14.000 famílias beneficiados pela assessoria técnica e formação para o fortalecimento organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias beneficiadas por AT do Projeto; - Famílias beneficiadas pela contrapartida da EMATER em AT, sem repetição com famílias capacitadas pelo componente.
C2: 11.200 - Pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar crédito a curto prazo (inclusive PRONAF)	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa juntos aos beneficiários, identificando quem acessou PRONAF após as ações do Projeto. Apresentar metodologia para mensurar o indicador.
C2: 36 negócios agrícola e não agrícola suportados por um melhor acesso aos mercados	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever a metodologia utilizada no Relatório Técnico de Progresso. - Utilizar as entidades de AT para
C2: 04 grandes barragens para abastecimento humano	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar como meta o número de famílias beneficiadas; - Descrever a metodologia utilizada no Relatório Técnico de Progresso.
C3: Pelo menos 80% dos técnicos(as) das instituições contratadas para AT e agentes de desenvolvimento local formados em técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres)	<ul style="list-style-type: none"> - Ação executada pelo Projeto em 2017 e não monitorada. Rever essas informações.
C4 (ML): Instituições de extensão rural podem assistir as 15.200 famílias beneficiárias	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias beneficiadas por AT do Projeto; - Famílias beneficiadas pela contrapartida da EMATER em AT.

Em relação às 04 barragens utilizadas como contrapartida, é fundamental que o Projeto identifique as famílias beneficiadas, segundo o público alvo do Projeto. Famílias pobres e extremamente pobres, moradoras das áreas rurais, separadas por mulheres, jovens e de comunidades tradicionais. A missão recomenda que utilize os dados do censo 2010 do IBGE como fonte das informações.

O quadro abaixo destaca alguns indicadores de 2º nível, de resultados, onde o Projeto deverá finalizar a metodologia para o monitoramento destes indicadores. Cabe destacar, que o momento atual de implementação das ações realizadas e das novas, é fundamental que o Projeto obtenha estas informações qualitativas.

CÓDIGO ML	INDICADOR DE 2º NÍVEL	DESCRIÇÃO E/OU OBJETIVO DO INDICADOR	INDICADORES DE APOIO	QUEM VAI MONITORAR	COMO MONITORAR	INTERVALO DE TEMPO PARA CADA VERIFICAÇÃO
00.00.05	10% aumento anual nos volumes e valores dos produtos comercializados suportados pelo projeto.					
00.00.06	Pelo menos 20% de aumento na renda líquida dos pequenos negócios agrícola e não-agrícola suportados pelo projeto.					
00.00.08	80% dos negócios funcionam de maneira rendosa depois de três anos.					
00.00.09	4.300 trabalhos criados pelas atividades econômicas suportadas pelo projeto.					
00.00.12	Pelo menos 80% das organizações de produtores apoiadas pelo projeto participam das reuniões e de instâncias colegiadas municipais e ou regionais.					
01.01.04	80% de jovens que desenvolvem planos de negócios podem ascender a financiamentos para implementar os projetos.					
02.02.04	11.200 pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar crédito a curto prazo (incluso PRONAF).					
03.01.03	Pelo menos 80% de funcionários de extensão e agentes de desenvolvimento local formados em técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres).					

APÊNDICE 4E – GESTÃO DO CONHECIMENTO: APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO

1. Introdução

A Revisão de Meio Termo, realizada em dezembro de 2016, aponta caminhos para se constituir as condições necessárias para a Gestão de Conhecimentos do PROCASE. Baseado no desenho original do projeto que dispõe sobre as estratégias de gestão do conhecimento, faz-se necessário e urgente qualificar a gestão de conhecimento como ponto de partida para que o projeto possa atingir as metas planejadas para o setor.

A missão de supervisão constata que o PROCASE busca aprimorar o sistema de dados internos e conta com uma assessoria de comunicação capaz de realizar a difusão do projeto. No entanto, permanecem como desafios o desenvolvimento de processos e sistemas para construir uma estratégia de gestão do conhecimento adequada e articulada às atividades de comunicação. Assim afirma a revisão de meio termo:

” Es urgente y necesario el desarrollo de una Estrategia de Gestión de Conocimiento planteada por el PROCASE y adecuadamente articulada con las actividades de comunicación y difusión del Proyecto. Al mismo tiempo, se requiere una mirada externa, que analice las experiencias, las diversas acciones que implementa el Proyecto como información relevante sobre temas abordados para el desarrollo de la región del semiárido del Nordeste (RMT,2016.p.58).

No Memorando da Revisão de Meio Termo 2016 e da MS/2017, consta uma série de recomendações necessárias para o funcionamento do setor, entre essas, as duas missões reiteraram o já dito no desenho original do projeto em que é de responsabilidade unidade da M&A desenvolver a gestão do conhecimento – GC. Notadamente, deve-se construir uma estratégia de gestão da informação e da comunicação.

Esta estratégia deve colaborar para:

- (a) melhorar o acesso dos beneficiários às informações técnicas, econômicas e institucionais, visando o aperfeiçoamento da capacidade produtiva, organizacional e inserção ao mercado, com uma atenção ao público prioritário do projeto (mulheres, jovens e quilombolas);
- (b) incentivar o aprendizado institucional para aperfeiçoar o desenho de políticas e instrumentos de desenvolvimento;
- (c) além de gerir uma comunicação para o público externo à ação, como: sociedade civil organizada, gestores públicos; imprensa; entre outros.

Neste texto, pretende-se fazer a interligação da proposta original do projeto às recomendações da Revisão de Meio Termo/2016 e ao que de fato está sendo executado. Para tal, resgata-se o desenho das atividades previstas, inter-relacionando-as com as ações em execução. Para essa análise comparativa considera-se o amplo leque de atividades voltadas à gestão do conhecimento. Nisto, e em conformidade com a missão de agosto de 2017, destacam-se as seguintes ações:

- (I) a montagem e o funcionamento de um sistema de monitoramento e avaliação que deveria acompanhar a implementação e analisar os resultados do projeto;
- (II) a realização de visitas de intercâmbio, em particular visitas de campo, entre projetos e outros participantes interessados (*stakeholders*);
- (III) a elaboração de estudos de caso e sistematização de experiências bem sucedidas de desenvolvimento nas condições do semiárido;
- (IV) definição de consórcios temáticos e/ou territorial e realização de reuniões de trabalho sobre questões relevantes relacionadas ao desenvolvimento da região semiárida;
- (V) desenvolvimento de material de comunicação específico para disseminar as boas práticas e melhores histórias entre os beneficiários e outros participantes do projeto e para “armazenar a memória do projeto”.

Considerando as ações destacadas na supervisão de 2017, veremos em que o PROCASE tem avançado em cada item:

I - Sistema de monitoramento e avaliação:

Para a implementação e análise dos resultados do projeto, as Recomendações de Meio Termo/2016 explicita a necessidade de construir uma estratégia com a implementação de gerências para assegurar a continuidade das ações de fluxo de informações internas com mensuração de resultados a partir de indicadores e monitoramento das ações em execução. Esta ação deve envolver a comunicação e a equipe do M&E.

A supervisão de agosto de 2017 reconhece o esforço do PROCASE em instituir uma gestão do conhecimento, no entanto, chama a atenção para o setor responsável definir os âmbitos ou temas nos quais deveriam atuar com uma estratégia de GC, de forma menos abstrata e com maior concretude das ações. Alerta que ainda está distante a definição de uma estratégia clara do GC que permita identificar até as atividades a serem feitas.

Na missão de supervisão de 2018, percebe-se um considerável avanço no M&E, no qual já se visualiza uma equipe responsável pelo setor com iniciativas que proporcionou os seguintes resultados como a) ampliação dos instrumentos de monitoramento; b) o banco de dados dos projetos produtivos com atualização cadastral dos beneficiários dos 90 PP's; c) atualização do marco lógico do PROCASE; d) organização do banco de dados de beneficiários do plano emergencial (2016); e) início da organização do banco de dados das contrapartidas; f) monitoramento das ações internas (planejamento, execução das ações das diversas áreas, URGP'S); g) relatório gerencial de monitoramento dos convênios.

Além dos avanços já alcançados pelo projeto, existem planejamentos de ações a partir das seguintes proposições: (1) Proposta de mensuração dos indicadores do Marco Lógico; (2) Ampliação do monitoramento das ações de campo com articulação institucional; (3) Consolidação do banco de dados das contrapartidas, entre elas barragens e ações da EMATER; (4) Organização banco de dados das novas ações; (5) Avaliação interna e dos beneficiários - encontros de avaliação dos beneficiários/equipe; (6) Mensuração dos indicadores do projeto; (7) Avaliação final e relatório final do projeto.

Mesmo considerando os avanços, o setor ainda carece de planejamento e instrumentos de monitoramento. No último relatório entregue a missão, o projeto ainda permanece sem a contabilidade de mulheres beneficiárias e com dificuldades de identificação de jovens.

II Intercambio de conhecimento:

Para a realização de visitas de intercâmbio, em particular visitas de campo, entre projetos e outros participantes interessados, deve-se planejar a partir das necessidades dos beneficiários e ao mesmo tempo sistematizar o aprendizado. Para isso, está descrito já na Revisão de Meio Termo/2016⁸ a necessidade de fortalecimento da política de intercambio e produção coletiva do conhecimento. A RMT/2016 recomenda ainda, fortalecer a parceria com o Programa de Gestão de Conhecimento/SEMEAR.

A missão de 2017 já alertava para a necessidade de agilidade no desenvolvimento das ações de intercâmbios como um laboratório de aprendizagem e sistematização, bem como uma ferramenta para ampliação das capacidades das pessoas para melhoria da renda. Recomenda-se ainda: Multiplicar as visitas de intercâmbio entre grupos buscando explicitar as finalidades principais de cada uma destas iniciativas e sistematizar o aprendizado.

Na missão atual/2018, verificou-se que ocorreram intercâmbios com mulheres envolvendo feiras e visitas. Por um lado, o PROCASE demonstra a preocupação com o alcance da metodologia, mas ainda persiste a lacuna de utilizar o intercâmbio como laboratório de aprendizagem e sistematização e, bem como uma ferramenta para ampliação das capacidades das pessoas. Para os meses restantes do projeto recomenda-se sistematizar aprendizados de intercâmbios já realizados como os de caso de mulheres e jovens.

III Elaboração de estudos de caso e sistematização:

Tanto no desenho do projeto como na Revisão de Meio Termo/2016 consta a previsão e recomendação de diversos estudos e sistematização já contendo o propósito e a forma de como socializar os conteúdos. O quadro abaixo é uma demonstração resumida dos diversos estudos sugeridos nas missões de supervisão, especialmente na RMT/2016.

⁸ A revisão de Meio Termo/2016 para chegar às proposições feitas no memorando considerou o desenho original do projeto e a missão de 2015 quando afirmam a necessidade de fortalecer processos de intercâmbios entre projetos do programa do Brasil.

Quadro: Resumo das proposições de estudos do setor Gestão de Conhecimento, aprendizagem e inovação

TEMA	OBJETIVO/PROPÓSITO	TIPO DE PRODUTO	FORMA DE DISTRIBUIÇÃO
Análise de oportunidade de mercado e preferências do consumidor/a.	Compreender o comportamento dos consumidores, atuais e potenciais da renda renascença	Estudo	Material impresso Apresentação nos estados com oficinas.
Manual de boas práticas e manejo ambiental.	Facilitar o mercado de caprinos. Compartilhar práticas existentes e recomendadas para melhorar a eficiência.	Manual	Material impresso, disseminação em oficinas nacionais e estaduais.
Estudos sobre mulheres e jovens na cadeia do caprino.	Caracterização detalhada do setor para identificar oportunidades, estratégias para mulheres e jovens na cadeia de valor.	Estudo	Material impresso, disseminação em oficinas nacionais e estaduais.
Estudos territoriais de cargas por sistemas de produção.	Promover o manejo sustentável dos recursos naturais.	Estudo e vídeo	Curso com produtoras e produtores; oficinas.
Sistematização de processos de aprendizagem.	Capacitação mediante visitas a experiências relevantes de acordo com as necessidades dos PPs.	Sistematização	Notas técnicas, intercâmbios entre organizações de produtores

Fonte: Memorando da RMT; Anexo 7 – Gestión del conocimiento: aprendizaje e innovación, dezembro de 2016/ agosto de 2017

No entanto, dessas recomendações de elaboração de estudos, apenas o estudo da Renda Renascença foi concluído através da parceria SEMEAR.

O Memorando da MS 7; Anexo.2016/ Agosto de 2017 destaca que o estudo sobre a Renda Renascença é a forma de buscar recuperar os bens culturais da região. A publicação resultado do estudo é parte de estratégias para enfrentar os desafios da atividade de fabricação da Renda. O trabalho de sistematização consta de uma Memória (documento) com uma análise propositiva de desafios e oportunidades para a consolidação territorial.

Conforme a MS/Agosto de 2017, a sistematização teve os seguintes propósitos: (I) dar visibilidade da Renda como um patrimônio cultural e de identidade; (II) ampliar e melhorar as oportunidades de acesso ao mercado e (III) desenvolver estratégias que permitam estimular o interesse dos jovens para que a tradição e a cultura possam ser transmitidas entre as gerações.

IV Desenvolvimento de material de comunicação específico para disseminar as boas práticas:

Pensando sobre a gestão de conhecimento, as ações de difusão do PROCASE foram as que mais se desenvolveram.

A Revisão de Meio Termo/2016 e a Missão de Supervisão/ Agosto de 2017 já apontaram os avanços em termos da comunicação e difusão do PROCASE, dos quais podemos destacar:

- (i) Difusão em 56 municípios da sua área de intervenção nos quais são divulgadas as ações do projeto para beneficiárias e beneficiários, gestores municipais e sociedade civil, inclusive via o Orçamento Participativo do Governo do Estado da Paraíba. Os documentos analisados demonstram que, entre 2013 e 2016, as ações de divulgação e mobilização do projeto foram realizadas de forma direta nas áreas de abrangência da ação e que o objetivo dessas atividades de difusão foi “dar ampla visibilidade às ações pretendidas e buscar parcerias para a operacionalização do seu trabalho” (Memorando MS/agosto de 2017).
- (ii) Portanto, com a implementação de Projetos Produtivos e das ações do Plano Emergencial iniciados em 2015, o PROCASE foi protagonista da difusão com a interação de diversos atores sociais importantes da região, como poder público e sociedade civil. Com isso, ampliou o potencial de execução das ações e de aumento dos resultados.

O período de 2016 e 2017 coincide com a chegada do assessor de comunicação que ampliou as ações de difusão com avanços significativos que podem ser listados:

1. Boletim Informativo produzido regularmente e difundido por meio de uma lista de e-mails, destinado primordialmente à comunicação interna entre as equipes do PROCASE. Hoje o boletim é produzido quinzenalmente em um formato online e atende a um público externo ao projeto;
2. A criação do site exclusivo do PROCASE (<http://www.procasse.pb.gov.br/>);
3. Página PROCASE Mulher pertencente ao sítio (<http://www.procasse.pb.gov.br/>);
4. Criação de uma *Fanpage* do PROCASE (<https://www.facebook.com/procassepb/>) com 1.944 seguidores.

Além, desses instrumentos elencados como avanços, a comunicação e difusão conseguiu implementar sua rotina de trabalho com produtos e progressos no cotidiano do setor, dos quais pode-se citar:

1. Atualização de site e redes sociais com maior periodicidade na divulgação, envolvendo as ações desenvolvidas, boletim informativo online e comunicação em audiovisual com reportagens em vídeo;
2. Adaptações no site, facilitando o acesso às informações sobre os projetos produtivos conforme orientação do MIP;
3. Melhoria na identificação da comunicação e informação entre UGP e URGP's do PROCASE;
4. Articulação com SECOM/PB, assessorias das empresas de ATER, Semear Internacional e Projetos FIDA para divulgação das ações;
5. GT Gestão do Conhecimento (Articulação com Semear Internacional e Projetos FIDA para intercâmbio e divulgação de experiências exitosas);
6. Banco de imagens dos projetos produtivos e demais ações do PROCASE;
7. Peças gráficas para divulgação virtual, com dados sobre os projetos produtivos, como os de mulheres e quilombolas;
8. Clipagem (virtual e impressa) de publicações acerca do Projeto.

1. Recomendações no âmbito da Gestão do Conhecimento até o término do Projeto

Avaliando os avanços no tema da difusão do PROCASE e considerando a RMT/2016 e a Missão de agosto/2017, observou-se a importância de reforçar algumas recomendações, oriundas da missão anterior, para serem desenvolvidas no setor de gestão do conhecimento.

Dado o momento que vive o projeto e a urgência de realizar ações nas diversas dimensões da sua atuação, a Missão Supervisão/2018 entende que faz-se necessário mesclar ações estratégicas às tarefas cotidianas.

- (i) A *Fanpage* do PROCASE deve ser alimentada diariamente para gerar um acompanhamento sistemático do público interno e externo. Para que as publicações tenham um maior alcance, recomenda-se o patrocínio de postagens visando uma meta pré-estabelecida de alcance com ampliação de seguidores;
- (ii) A missão reconhece os avanços já citados, como a inclusão da listagem e informações dos PPs, melhoramento visual com aumento do número de atualizações, no entanto, observando as publicações do sítio web do projeto, percebe-se que a página do PROCASE ainda carece de maior frequência de atualização com informações advindas do campo contemplando a periodicidade semanal de cada território, bem como a inclusão de informações e documentos relevantes;

- (iii) Foi criado o banco de imagens com fotos do projeto, no entanto ainda se faz necessário que as fotos estejam em alta resolução. Recomenda-se construir uma parceria com a ganhadora do prêmio SEMEAR de fotografia para aperfeiçoar esse banco de imagens com o público beneficiários do projeto (Mulheres, Jovens e quilombolas);
- (iv) Segue como desafio realizar duas sistematizações de experiências bem-sucedidas do público prioritário, por meio da linguagem escrita e de audiovisual;
- (v) Multiplicar as visitas de intercâmbio entre grupos buscando explicitar as finalidades principais de cada uma destas iniciativas, em especial para ampliar as capacidades de mercados;
- (vi) Fortalecer a articulação em conjunto com o novo Programa Semear Internacional (do FIDA), buscando realizar uma retroalimentação de informações assim como construir iniciativas conjuntas de gestão do conhecimento.

Exemplos de peças produzidas para informações virtuais:



Folder do projeto:



Appendix 5: Mission preparation and planning, tors, schedules, people met

A missão do FIDA foi composta por Leonardo Bichara Rocha, Oficial de Programas para o País; Emmanuel Bayle, Coordenador Técnico e Especialista em Desenvolvimento Rural; Danilo Pisani, Especialista em Gestão Financeira; Lucianna Matte, Especialista em Aquisições; Rodrigo Dias, Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Pablo Sidersky, Especialista em Assessoria Técnica e Assentamentos; Conceição Dantas, Especialista em Focalização, Gênero, Raça e Juventude; Donivaldo Martins, Especialista em Obras Hídricas e Meio Ambiente; e Pedro Meloni, Especialista em Planos de Negócios e Acesso a Mercados

Durante a permanência na Paraíba, a missão se reuniu com o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca (SEDAP), Romulo Montenegro, responsável pela Unidade Gestora do Projeto, o Secretário de Estado de Planejamento (SEPLAG), Waldson Souza, com representantes da unidade da Embrapa Ovinos e Caprinos de Sobral, funcionários do Comitê de Licitações da Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), funcionários da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), funcionários da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e o coordenador estadual do Programa Água Doce.

A missão também se reuniu com representantes das entidades de ATER (Assessoria Técnica e Extensão Rural) que iniciaram suas atividades em campo em setembro de 2017 para acompanhar os 90 Projetos Produtivos elaborados: Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Rural Sustentável (IDS), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa Estadual de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER), e COOPTERA (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Paraíba). Ao longo das duas semanas de trabalho, a missão foi acompanhada de perto pelo Coordenador-Geral do Projeto, Aristeu Chaves, bem como por toda a equipe da Unidade Gestora do Projeto (UGP) e os técnicos das Unidades Regionais do Projeto (URGP).

Entre os dias 13 e 15 de março a equipe do FIDA foi a campo. No total, foram feitas visitas de campo às seguintes comunidades e assentamentos com Projetos Produtivos em execução, além dos grupos que estão recebendo os investimentos do Plano Emergencial e os investimentos nas novas ações acordadas com o Governador do Estado: Associação Comunitária do Sítio Cajueiro em Pocinhos, Associação dos Produtores Rurais do Arruda em Soledade, Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Assentados do Sítio Juá em Taperoá, Associação dos Produtores de Frutas de Assunção e Região da Paraíba em Assunção, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola, Associação Comunitária de Desenvolvimento do Ligeiro em Serra Branca, Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Produtores do Assentamento Riacho da Cruz em Cuité, Associação Rural dos Fruticultores do Sítio Bujari em Barra de Santa Rosa, Associação Comunitária Louceiras Negra da Serra do Talhado em Santa Luzia, Assentamento Mundo Novo em São Mamede, Associação dos Assentados no Assentamento Zé Marcolino em Prata, Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú, Comunidade Malhada de São Domingos em Cuité, Cooperativa de Produção Agropecuária do PA Oziel Pereira em Remígio, Comunidade Saco dos Goitis em Santa Luzia, Associação dos Produtores Artesanais de Juazeirinho, Associação dos Quilombolas Rural de Areias de Verão em Sumé, Plano Emergencial em Tanquinhos em Prata, Plano Emergencial no Assentamento Unha de Gato e em Pedras Pretas em Juazeirinho, além das Barragens Riacho Fundo em Soledade e em Desterro. Ao final das visitas a campo, no dia 16 de março, realizou-se uma reunião de nivelamento em João Pessoa com toda a equipe do Projeto, incluindo técnicos da UGP e URGP. Entre 19 e 23 de março, a missão fez reuniões temáticas com os gerentes dos componentes da UGP, os funcionários das URGP, e os respectivos técnicos responsáveis pela sua implementação, bem como entidades e Secretarias parceiras, contando com o fundamental apoio e articulação do Secretário da SEDAP e da SEPLAG. A assinatura do Memorando desta missão de Supervisão deu-se no dia 22 de março de 2018.

Termos de Referência dos Membros da Missão.

Os TdR dos membros da equipe técnica contratada para os trabalhos da missão encontram-se abaixo.

Daniilo Pisani - Especialistas em Gestão Financeira

- i. Enviar antes do início da missão para a equipe de consultores a situação financeira de cada componente, evidenciando os recursos utilizados e comprometidos e os recursos disponíveis;
- ii. Avaliar a qualidade de pedidos de desembolso, considerando os tipos de pagamento (depósito inicial, conta especial de reposição, pagamento direto, e reembolso) e monitoramento dos desembolsos e as tendências de cada projeto e carteira por país;
- iii. Apoio na revisão do relatório apresentado e as suas conclusões;
- iv. Conduzir Avaliação da Gestão Financeira do Projeto e identificação de riscos e medidas para melhorar o sistema de gestão financeira;
- v. Propor os indicadores ORMS para a gestão financeira;
- vi. Apoio na revisão e processamento de pagamentos, excluindo as atividades enumeradas;
- vii. Apoiar a revisão e análise dos cortes financeiros de gestão de relatórios, contratos de financiamento, manuais de operação, cartas ao mutuário / beneficiário e outros;
- viii. Melhorar a capacidade de projetos em gestão financeira e compreensão dos procedimentos, requisitos e políticas do FIDA nesta área;
- ix. Preparar os anexos 2 e 3;
- x. Avaliar a questão de contribuição da contrapartida do Estado da Paraíba;
- xi. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.

Lucianna Matte - Especialistas em Contratações e Aquisições

Atividades de apoio à execução de programas e projetos:

- i. Verificar a elegibilidade das despesas apresentadas nos pedidos de desembolso, considerando o POA e plano de aquisições e recomendações para adequações. Análise dos pedidos e recomendação de não objeção;
- ii. Controle da correta aplicação das orientações e normas do FIDA e procedimentos acordados para a execução na carta para o mutuário, manuais, regulamentos e outros documentos normativos. (Contratos com organizações da população-alvo, contratação com fornecedores de bens - obras - serviços).
- iii. Avaliação dos avanços na estrutura do Projeto, incluindo temas de escritórios, pessoal, equipamento e veículos;
- iv. Avaliar e revisar o contrato de gestão com o IICA, seu funcionamento e sua renovação;
- i. Análise e apoio à preparação e implementação de planos operacionais anuais e contratos;
- ii. Apoiar no monitoramento do cumprimento das condições contratuais e aplicação adequada das orientações e procedimentos do FIDA e regras acordadas para compras e contratos;
- iii. Apoiar e monitorar a implementação adequada das orientações do FIDA e os procedimentos e normas acordadas;
- iv. Avaliar a equipe do PROCASE e seu alinhamento com TdR da contratação, organograma e processos seletivos, etc;
- v. Análise do sistema de aquisição e processo de fluxo de projetos individuais;
- vi. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.
- vii. Preparar o anexo 3;

Rodrigo Dias – Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação (M&A)

- i. Revisão dos documentos de concepção do projeto, incluindo: indicadores e marco lógico, memorandos da missão de supervisão, memorando da implementação missão de apoio, e outra documentação relevante, e aplicação e ajustes do ORMS;
- ii. Revisar adequação dos indicadores ao POA, incluindo a devida codificação das atividades do Projeto;
- iii. Avaliação dos principais produtos e avanços do Projeto;
- iv. Revisar inserção dos indicadores do marco lógico no sistema ORMS, incluindo avanços em relação ao POA e às metas do desenho;
- v. Revisão dos relatórios técnicos de progresso;
- vi. Preparar o anexo 1 e 5;
- viii. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.
- vii. Preparar o quadro de plano de tarefas/acordo FIDA-Governo do Estado, e avaliar a implementação dos acordos da última missão de 2016 até o momento;

Pedro Meloni – Especialistas em Planos de Investimentos e de Negócio, Sistemas Produtivos, Comercialização e Acesso aos Mercados

- i. Avaliação dos principais produtos e avanços do Projeto, incluindo metodologia e critérios na elaboração dos Planos de investimentos e de Negócio e apresentar ao Componente Produtivo o sistema de elaboração de Projetos SAF-PP;
- ii. Avaliação da estratégia de comercialização, desenvolvimento produtivo e acesso a mercados e propor recomendações para melhorar sua efetividade;
- iii. Avaliar a viabilidade, qualidade e implementação dos PNs aprovados até o momento;
- iv. Avaliar a viabilidade, qualidade e implementação e situação dos PNs com cooperativas e acelerar essa atividade;
- v. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de algumas tarefas, principalmente na área do desenvolvimento produtivo e meio ambiente;
- vi. Mapeamento das possibilidades de articulação do PROCASE com outros programas e projetos na mesma área;
- vii. Trabalhar com a especialista de focalização para avaliar o grau de inclusão (gênero e juventude) nas atividades produtivas;
- viii. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.
- ix. Preparar o anexo 4a;

Emmanuel Bayle – Coordenador Técnico da Missão e Especialista em Desenvolvimento rural

- i. Rever os documentos de elaboração do projeto, memorandos da missão de supervisão, memorando de implementação a missão de apoio e assistência a outra documentação relevante;
- ii. Apoio aos instrumentos de planejamento de longo prazo como o quadro lógico, Plano Plurianual, Plano Operativo Anual (POA), Plano de Aquisições (PAC): status de implementação 2017 e proposta para 2018;
- iii. Rever os arranjos institucionais do PROCASE no âmbito da SEDAP e possibilidades de novas parcerias: Programa Água Doce e outras Secretarias;
- iv. Revisar a parte relativa a meio ambiente e sustentabilidade do PROCASE;
- v. Coordenar a preparação dos aportes dos membros da missão garantindo coesão e alinhamento de acordo com a estratégia delineada no desenho do PROCASE e/ou nos acordos de missões anteriores;
- x. Investimentos Produtivos (PIPs);
- xi. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.

Donivaldo Martins – Especialista em Infraestrutura Rural e Recursos Hídricos

- i. Rever os documentos de elaboração do projeto, memorandos da missão de supervisão, memorando de implementação a missão de apoio e assistência a outra documentação relevante;
- ii. Apoio aos instrumentos de planejamento de longo prazo como o quadro lógico, Plano Plurianual, Plano Operativo Anual (POA), Plano de Aquisições (PAC): status de implementação 2017 e proposta para 2018;
- iii. Atuar como principal consultor nos temas de meio ambiente, recursos hídricos e recursos naturais;
- iv. Rever os arranjos institucionais do PROCASE no âmbito da SEDAP e possibilidades de novas parcerias com ações no âmbito hídrico: Programa Água Doce e outras Secretarias e municípios;
- v. Revisar o andamento de todas as ações hídricas do projeto, em particular as ações do Plano Emergencial, incluindo sua pertinência técnica e alinhamento com o escopo do Projeto;
- vi. Avaliar outras possíveis ações hídricas ou de infraestrutura rural que sirvam para reforçar o projeto e ao mesmo tempo acelerar a implementação;
- vii. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.
- viii. Preparar o anexo 4c;

Pablo Sidersky – Especialistas em Desenvolvimento de Capacidades e Assistência Técnica

- i. Avaliar estratégia de acesso a políticas públicas no marco do projeto e propor recomendações para sua melhor efetividade;
- ii. Analisar a estratégia do Projeto sobre Assessoria Técnica e o contrato em vigor e seu status com as entidades de AT, incluindo a operacionalidade do edital para AT;
- iii. Medir o desempenho das entidades de AT com relação a entrega de PNs;
- iv. Avaliar as parcerias e cooperação do projeto com a sociedade civil;
- v. Avaliar a estratégia e implementação relativo ao componente social, de capacidades e de mobilização social;
- vi. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de algumas tarefas e bom andamento do PROCASE;

- vii. Mapeamento das possibilidades de articulação do PROCASE com outros programas e projetos na mesma área;
- viii. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.
- ix. Preparar o anexo 4b;

Conceição Dantas – Especialistas em Focalização, Atividades Agrícolas e Não Agrícolas, Juventude, Gênero, Comunidades Tradicionais

- i. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de tarefas e melhoria da implementação na área de gênero, geração, etnia, comunidades tradicionais, focalização e assentamentos rurais;
- ii. Avaliar a estratégia de gênero do projeto e efetuar um diagnóstico da situação atual;
- iii. Trabalhar com o especialista produtivo e avaliar o nível de inclusão e focalização nos investimentos produtivos: gênero e juventude;
- iv. Avaliar a efetividade e implementação de atividades agrícolas e não agrícolas envolvendo questões de gênero, geração, etnia e comunidades tradicionais;
- v. Avaliar a gestão de conhecimento incluindo intercâmbios, sistematizações, sinergias/cooperação com o Semear Internacional e outros parceiros incluindo o Slow Food;
- vi. Analisar as estratégias de divulgação e comunicação do PROCASE e propor recomendações para sua melhor efetividade;
- vii. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de algumas tarefas e bom andamento do PROCASE;
- viii. Mapeamento das possibilidades de articulação do PROCASE com redes de gênero e juventude e/ou outros projetos FIDA;
- ix. Preparar o anexo 4d de gestão do conhecimento;
- x. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório ORMS.